



Universidade de Brasília

**Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Programa de Pós-graduação em Economia**

André Luiz Cordeiro Cavalcanti

Globalização e Distribuição de Renda

**Brasília
2019**

André Luiz Cordeiro Cavalcanti

Globalização e Distribuição de Renda

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Universidade de Brasília para
obtenção do grau de Doutor em administração

Área de concentração: Economia Política

Orientador: Professor Doutor José Luiz Oreiro

**Brasília
2019**

Cavalcanti, André Luiz Cordeiro

Título *Globalização e Distribuição de Renda* / André Luiz Cordeiro Cavalcanti – Brasília, 2018. 124p

Orientador: Prof. José Luiz Oreiro, Ph.D

Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE). Programa de Pós-Graduação em Economia(PPGE). Universidade de Brasília (UnB).

1. Distribuição de Renda 2. Globalização 3. Crescimento Pós-Keynesiano

André Luiz Cordeiro Cavalcanti

Globalização e Distribuição de Renda

Tese de Doutorado sob o título “*Globalização e Distribuição de Renda*”, defendida por André Luiz Cordeiro Cavalcanti e aprovada em __ de ___ de 2018, em Brasília, Distrito Federal, pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Prof. Dr. José Luiz Oreiro
Programa de Pós Graduação em Economia - UnB

Prof. Dr. Ricardo Araújo
Programa de Pós Graduação em Economia - UnB

Prof. Dr. Luciano dias de Carvalho
Universidade Federal de Viçosa

Prof. Dr. Luís Carlos Garcia da Magalhães
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Dedicado aos amores da minha vida: Michelle, Ana Luiza, Clarissa e Pedro.

Agradecimentos

Certamente esta é a seção mais importante deste trabalho. Sem as pessoas que estão explicitadas aqui, este trabalho não teria sequer sido iniciado.

Agradeço primeiramente a Deus. Esta trabalho é para ti, Senhor. Os sacrifícios e todos os momentos de dedicação foram para ti, Senhor. As horas roubadas da minha família, foram para ti, Senhor. E por Tua graça e generosidade, consegui chegar até aqui, Senhor.

Agradeço a meu professor orientador José Luiz Oreio, que excedeu suas atribuições de orientador com sua enorme paciência e grande esforço em tentar fazer de mim um pesquisador melhor. O longo convívio decorrente de um relação como essa me ensinaram muito mais que economia. Sou mutuário de uma dívida impagável.

Agradeço aos professores Luciano dias de Carvalho e Luís Carlos Garcia da Magalhães por aceitarem participar de minha banca.

Agradeço a todos os meus mestres e professores que se dedicaram a minha formação. Especialmente aos Professores Ricardo Araujo, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Economia durante a maior parte do tempo em que fui estudante, e professor que mais me aturou em suas disciplinas, com enorme paciência me fez ter compreensão clara de conceitos muitas vezes não triviais de desenvolvimento e crescimento econômico.

Agradeço a meu grande amigo e irmão Prof. Dr. Jorge Henrique de Frias Barbosa, que se empenho de forma inestimável em me ajudar a desenvolver esta pesquisa. Sua amizade e presteza são, sem dúvida, uma das maiores dádivas que recebi do Senhor.

Agradeço a meu irmão e amigo Prof. Alexandre dos Santos Silva. Sempre atento a meus momentos de fraqueza, além de ter sido um permanente exemplo como homem e como profissional, foi fundamental como alguém que sempre tirou as travas dos meus olhos para meu desenvolvimento intelectual e espiritual.

Agradeço a meus pais, Reinaldo e Célia, que sempre se empenharam em me proporcionar a melhor educação formal, moral e espiritual.

Agradeço a minha esposa, parceira e amiga Michelle, por sua dedicação e incentivos sempre constantes.

Agradeço a meus filhos, Ana, Clarissa e Pedro, e dizer que tudo isso foi para ser exemplo para vocês, absolutamente para mais nada.

Resumo

Esta tese é composta por três artigos que cobrem tópicos sobre globalização financeira e desigualdade de renda e riqueza; mobilidade de capitais e a dinâmica da distribuição de renda em um modelo neo-kaleckiano de crescimento e distribuição de renda; e um estudo empírico sobre abertura da conta de capitais e distribuição de renda na economia brasileira entre os anos de 1980 e 2015. O primeiro artigo apresenta uma ampla revisão da literatura em que é possível levantar as principais artigos que relacionam globalização e desigualdade de renda; com os resultados foi possível identificar que 61,9% dos estudos analisados afirmam que de algum modo a globalização aumenta a desigualdade de renda e 40,48% que diminui; verificou-se também que os primeiros trabalhos publicados sobre o tema afirmavam que a haveria aumento na desigualdade em economias ricas ao passo que os países com economias mais frágeis teriam sua desigualdade reduzida; outros 5 estudos não encontraram correlação ou evidência suficiente de que a globalização interfere na desigualdade de riqueza e renda dos países pesquisados; assim ainda que a maioria dos trabalhos pesquisados demonstrem que a globalização aumenta a desigualdade de renda, não é possível concluir os efeitos do fenômeno, principalmente por que a quantidade de conclusões opostas também é consideravelmente alta. O segundo ensaio apresentou um modelo Neo-Keleckiano de crescimento e distribuição de renda para uma pequena economia aberta com mobilidade internacional de capitais, afim de analisar os efeitos dessa mobilidade sobre a taxa de acumulação de capital, a taxa de lucro e a taxa de juros de equilíbrio de longo-prazo do sistema, a fim de identificar efeitos dessa mobilidade sobre a distribuição funcional de renda; foi possível identificar que o grau de abertura da conta de capais impacta positivamente o crescimento do estoque de capital (g) e negativamente a taxa de retorno do capital (r), sendo com isso, segundo o modelo teórico desenvolvido por Piketty (2014), um instrumento capaz de contribuir para redução do processo de concentração de renda. E por fim o terceiro ensaio testa essa relação por meio de um modelo empírico, no qual foi possível identificar que no período sob exame um maior controle na conta de capitais contribui para redução do Índice de Gini, o que representa uma melhoria na desigualdade de renda do país, pois o coeficiente beta deu significativo, mostrando que a variável faz parte das variáveis que explicam, ao menos em parte, o fenômeno.

Abstract

This thesis is composed of three articles covering topics on financial globalization and income inequality and wealth; mobility of capital and the dynamics of income distribution in a neo-Kaleckian model of income growth and distribution; and an empirical study on the opening of the capital account and income distribution in the Brazilian economy between the years of 1980 and 2015. The first article presents a broad review of the literature in which it is possible to raise the main articles that relate globalization and income inequality; with the results it was possible to identify that 61.9% of the studies analyzed affirm that in some way globalization increases income inequality and 40.48% decreases; it was also found that the earlier published work on the subject stated that there would be an increase in inequality in rich economies while the countries with the most fragile economies would have their inequality reduced; other 5 studies have found no correlation or sufficient evidence that globalization interferes with the inequality of wealth and income of the countries surveyed; so even though most of the studies surveyed show that globalization increases income inequality, it is not possible to conclude the effects of the phenomenon, mainly because the number of opposing conclusions is also considerably high. The second essay presented a Neo-Keleckian model of growth and income distribution for a small open economy with international capital mobility, in order to analyze the effects of this mobility on the rate of capital accumulation, the rate of profit and the interest rate long-term equilibrium of the system in order to identify the effects of this mobility on the functional distribution of income; it was possible to identify that the degree of openness of the capital account positively impacts capital stock growth (g) and negatively the rate of return on capital (r), and according to the theoretical model developed by Piketty (2014) an instrument capable of reducing the income concentration process. Finally, the third essay tests this relationship through an empirical model, in which it was possible to identify that during the period under review a greater control in the capital account contributes to the reduction of the Gini Index, which represents an improvement in income inequality of the country, since the beta coefficient gave significant, showing that the variable is part of the variables that explain, at least in part, the phenomenon.

Sumário

1	INTRODUÇÃO	15
2	GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESIGUALDADE DE RENDA E RIQUEZA.	17
2.1.	INTRODUÇÃO	17
2.2.	GLOBALIZAÇÃO	18
2.2.1.	Conceitos	18
2.3.	DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RIQUEZA	25
2.3.1.	Distribuição na História da Teoria Econômica	25
2.3.1.1.	Os Clássicos	25
2.3.1.2.	Os Neoclássicos	28
2.3.1.3.	O Keynesianismo	29
2.3.2.	Justiça Distributiva	30
2.3.3.	Desigualdade de Riqueza e Renda	34
2.3.3.1.	Os Mais Ricos	34
2.3.3.2.	Globalização Da Desigualdade	38
2.4.	RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA	43
2.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
3	A MOBILIDADE DE CAPITAIS E A DINÂMICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UM MODELO NEO-KALECKIANO DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	52
3.1.	INTRODUÇÃO	52
3.2.	ESTRUTURA DO MODELO	55
3.3.	EQUILÍBRIO DE CURTO-PRAZO	60
3.4.	ESTÁTICA COMPARATIVA	61
3.5.	EQUILÍBRIO DE LONGO PRAZO	64
3.6.	DINÂMICA	67

3.7. TAXA DE LUCRO E CRESCIMENTO: ASPECTOS DAS CONCLUSÕES DE PIKETTY	69
3.6. CONCLUSÃO	71
4 ABERTURA DA CONTA DE CAPITAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA BRASILEIRA (1980 – 2015)	72
4.1. INTRODUÇÃO	72
4.2. EVOLUÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DA CONTA DE CAPITAIS NO BRASIL	73
4.3. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL	79
4.4. REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA	84
4.5. MODELO ECONOMÉTRICO	93
4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
Apêndice I - Tabela de Bibliografia	101
Referências	109

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- CURVA IS: LÓCUS DAS COMBINAÇÕES ENTRE O DÉFICIT EM CONTA CORRENTE COMO PROPORÇÃO DO ESTOQUE DE CAPITAL	59
FIGURA 2 - CURVA BP: LÓCUS DAS COMBINAÇÕES ENTRE O DÉFICIT EM CONTA CORRENTE COMO PROPORÇÃO DO ESTOQUE DE CAPITAL E O NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA	60
FIGURA 3 - EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	60
FIGURA 4 - LUGAR GEOMÉTRICO ONDE $I'=0$	65
FIGURA 5 - LUGAR GEOMÉTRICO ONDE $P'=0$	66
FIGURA 6 - PONTO DE INTERSEÇÃO ENTRE OS LÓCUS $I' = P' = 0$	66
FIGURA 7 - EVOLUÇÃO DO CONTROLE DA CONTA DE CAPITAL – 1995-2015	79
FIGURA 8 - BRASIL: EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE NA RENDA FAMILIAR PER CAPITA – COEFICIENTE DE GINI – 1995-2015 (COEFICIENTE DE GINI)	80
FIGURA 9 - FRAÇÃO DA RENDA RECEBIDA PELOS 0,01%, 0,1% E 1% MAIS RICOS – BRASIL, 1926-2013 (%)	81
FIGURA 10 - FRAÇÃO DA RENDA RECEBIDA PELOS 1%, 5%, 10% E 15% MAIS RICOS – BRASIL, 1926-2013 (%)	81
FIGURA 11 - PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL DA RECEBIDA PELOS 1% MAIS RICOS	82
FIGURA 12 - PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL RECEBIDA PELOS 50% MAIS POBRES	82
FIGURA 13 - PARTICIPAÇÃO NA RENDA TOTAL RECEBIDA PELOS 40% DO MEIO	83
FIGURA 14 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA RENDA NACIONAL DOS GRUPOS DE RENDIMENTOS	83
FIGURA 15 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA E DO ÍNDICE DE GINI	95
FIGURA 16 - GRAU DE ABERTURA DA CONTA DE CAPITAL – 1995 A 2015	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- LISTAS DAS VARIÁVEIS DO MODELO	93
TABELA 2 - APRESENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS DADOS	94
TABELA 3 - KWIATKOWSKI-PHILIPS-SCHMIDT-SHIN (KPSS) TEST	97
TABELA 4 - MODELOS DE REGRESSÃO ESTIMADOS	98

1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas com a distribuição e com a desigualdade da distribuição têm sido polêmicas e motivo de debates entre os economistas ao longo de anos. Segundo Milanovic (2010), a desigualdade de renda tem aumentado de maneira significativa e alguns números apresentados pelo autor confirmam esse fato. Com o uso da PPP (paridade poder de compra) é possível identificar que em 1820 a Grã Bretanha e a Holanda, os dois países mais ricos na época, eram apenas cerca de 3 vezes mais ricos que China e Índia, os dois mais pobres. Atualmente a relação entre o mais rico e o mais pobre é mais de 100 para 1.

Além disso, Milanovic (2010) afirma que 60% da renda pessoal é explicada pelo lugar onde o indivíduo nasce, e mais 20% é explicado pela classe social dos pais. Assim, 80% da renda é explicada por esses dois fatores, mostrando não haver mobilidades sociais decorrentes de distribuição efetiva de renda no mundo. Milanovic (2005) trabalhou com um banco de dados composto por pesquisas de 95 países, representando 90% da população mundial e descobriu que, em países pobres, a globalização tende a favorecer os ricos (10% rendimento).

Para a teoria neoclássica, a globalização reduziria a desigualdade no mundo em decorrência da convergência internacional (modelo de Heckscher-Ohlin e um de seus teoremas, o teorema de Stolper-Samuelson, 1941). A abertura ao comércio levaria a um aumento do retorno real e nominal do fator abundante em um país e, ao contrário, a uma queda no retorno real e nominal do fator escasso do país. Mas o capital continua a ser destinado mais a países ricos que a pobres, vários números mostram isso, e o pior, seguindo o autor, é que um novo fluxo de capitais tem aumentado consideravelmente, que é o de países pobres para países ricos.

Assim o propósito dos três ensaios constituintes da tese é contribuir para a literatura que trata tanto de desigualdade de renda quanto da globalização financeira. O primeiro artigo apresenta uma ampla revisão da literatura em que é possível levantar as principais artigos que relacionam globalização e desigualdade de renda. O segundo ensaio apresenta um modelo Neo-Keleckiano de crescimento e distribuição de renda para uma pequena economia aberta com mobilidade internacional de capitais, afim de analisar os efeitos dessa mobilidade sobre a taxa de acumulação de capital, a taxa de lucro e a taxa de juros de equilíbrio de longo-prazo do sistema, a fim de identificar efeitos dessa mobilidade sobre a distribuição funcional de renda. E por fim o terceiro ensaio testa essa relação por meio de um modelo empírico.

Esta tese está organizada da maneira a seguir. O Capítulo 2 descreve uma ampla revisão da literatura globalização financeira e desigualdade de renda e riqueza. O Capítulo 3 apresenta a construção de um modelo que examina a mobilidade de capitais e a dinâmica da distribuição de renda, por meio um modelo neo-kaleckiano de crescimento e distribuição de renda, e o Capítulo 4 apresenta a construção de um modelo empírico que examina abertura da conta de capitais e distribuição de renda na economia brasileira no período de 1980 a 2015.

2 GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E DESIGUALDADE DE RENDA E RIQUEZA.

2.1. INTRODUÇÃO

Em economia tem sido um fato estilizado que a globalização interfere diretamente da desigualdade de renda e riqueza. Várias pesquisas nesse sentido chegam a resultados que se contrapõem, e não tem sido possível chegar a conclusões mais consistentes dos efeitos dessas variáveis na desigualdade de renda e riqueza.

Dessa forma, este ensaio pretende identificar o que os principais estudos científicos afirmam acerca da influência da globalização no aumento da desigualdade de renda e riqueza. Para isso se apresenta, na Seção 2.2 e 2.3, os conceitos de globalização, e de desigualdade de renda e riqueza. Em seguida, na Seção 2.4, apresenta-se os principais estudos acerca dos efeitos da globalização na desigualdade de renda e riqueza.

Os Resultados do referencial teórico elaborado na seção 2.4 estão tabulados no Apêndice 1. Pode-se verificar que, das 42 bibliografias pesquisadas, 61,9% afirmam que de algum modo a globalização aumenta a desigualdade de renda e 40,48% que diminui. É possível perceber também que há uma intersecção entre esses dois conjuntos, ao se verificar 28,57% das pesquisas analisadas afirmam que a globalização tanto aumenta quanto diminui a desigualdade de renda, dependendo das condições, verificadas em cada um desses trabalhos, que a análise foi efetuada. O Apêndice I foi disposto em ordem cronológica de maneira a facilitar a compreensão da evolução das conclusões teóricas acerca do assunto. Pode-se perceber que os primeiros trabalhos publicados sobre o tema afirmavam que haveria aumento na desigualdade em economias ricas ao passo que os países com economias mais frágeis teria sua desigualdade reduzida. Em princípio isso não seria um efeito tão perverso, pois de algum modo haveria uma convergência em termos de igualdade de renda, aproximando países ricos dos menos ricos. Ocorre porém que alguns estudos têm mostrado trajetória diferente das desigualdades nos países, como o de Ogunyomi, Daisi e Oluwashikemi (2013), que encontrou um aumento considerável da desigualdade na Nigéria, devido à grande ênfase na globalização financeira e outros desequilíbrios macroeconômicos, em vez da globalização do comércio.

Os trabalhos pesquisados passam, com o tempo, a tentar identificar as causas de aumento ou diminuição da desigualdade. Várias são as causas detectadas, tais como qualificação de mão de obra decorrente da entrada de empresas internacionais; geração de empregos e renda, e consequente redução da pobreza; aumento da desregulamentação interna e liberalização; etc. É relevante destacar o número de estudos que não encontrou correlação ou evidência suficiente de que a globalização interfere na desigualdade de riqueza e renda dos países pesquisados. Cinco Estudos chegaram a essa conclusão, o que representa cerca de 12 % dos artigos estudados.

Em relação à globalização, apesar de a maioria dos trabalhos pesquisados demonstrarem que a globalização aumenta a desigualdade de renda, é fundamental destacar que não é possível concluir de forma definitiva sobre os efeitos do fenômeno, mormente porque a quantidade de conclusões opostas também é consideravelmente alta.

2.2. GLOBALIZAÇÃO

2.2.1. Conceitos

O objetivo desta seção é apresentar o conceito de Globalização, seus principais teóricos e argumentos utilizados no debate em sua defesa ou contra. Globalização é definida como a livre circulação de bens, serviços e capitais através das fronteiras. (Heshmati, 2003)

A definição a seguir, clássica, de 1997, traz em seu bojo o conceito inicial de globalização, e o que se esperava desse fenômeno há 20 anos:

“No geral, a globalização representa uma nova fase de desenvolvimento capitalista, cujas características básicas são a desregulamentação de mercados, processos de trabalho e força de trabalho, a privatização das economias, com base em mudanças tecnológicas centradas no uso da microeletrônica e da utilização generalizada de novas tecnologias, como a robótica, automação, tecnologia da informação, biotecnologia e biogenética”. (MARTÍNEZ, SALAS e MÁRQUEZ, 1997) (apud in ABÍLIO, 2007, p.1)

Essa é uma visão de caráter meramente econômico, mas é fundamental manter em vista que o conceito de globalização permanece ainda impreciso, em particular na análise das mudanças econômicas e políticas ocorridas tanto no âmbito internacional quanto no dos vários países do mundo. Tal imprecisão decorre em parte das análises realizadas, que tendem a priorizar aspectos específicos (econômicos, financeiros, tecnológicos, políticos, históricos, geográficos, geopolíticos, ecológicos, sociais, culturais ou outros), sendo poucos os estudos que reconhecem e abrangem o conjunto mais amplo desses aspectos, ou o espectro completo dessas relações.

A globalização tem sido considerada um rearranjo mundial revolucionário, que aconteceu como consequência natural do desenvolvimento tecnológico, e tem interferido de forma diversa em cada um dos os setores da sociedade.

Bartelson (2000) afirma que, embora não haja falta de recentes visões gerais da globalização, muito pouca atenção tem sido dedicada ao seu conceito a partir de outros pontos de vista que não aqueles fornecidos pela própria teoria da globalização.

Segundo Castells (1999), uma das vertentes da globalização, e talvez a mais conhecida delas, que é a da interdependência econômica em escala global, tem transformado a paisagem social da vida humana.

Sen (2001) afirma que a globalização não é nova e nem necessariamente ocidental, tampouco é uma maldição, tendo em vista que durante milhões de anos contribuiu para o progresso do mundo através das viagens, do comércio, da imigração, das muitas influências culturais e da disseminação do conhecimento e saber, incluindo a ciência e a tecnologia.

Nesse contexto, vale a pena ressaltar a metáfora da fábrica global para descrever a globalização:

“A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho, divisão do trabalho social e outras forças produtivas. Acompanhada pela publicidade, a mídia impressa e eletrônica, a indústria cultural, misturadas em jornais, revistas, livros, programas de rádio, emissões de televisão, vídeos, fax, redes de computadores e outros meios de comunicação, informação e fabulação, dissolve fronteiras, agiliza os mercados, generaliza o consumismo. Provoca a desterritorialização e reterritorialização das coisas, gentes e ideias. Promove o redimensionamento de espaços e tempos”. (Ianni .2002, p.19)

Segundo Cerny (1995), a globalização é um conjunto de estruturas e processos econômicos e políticos decorrentes da mudança de características dos bens e ativos que compõem a base da economia política internacional. Não é uniforme nem homogênea.

A globalização transforma as maneiras pelas quais as regras básicas dos jogos funcionam na política e nas relações internacionais e altera as matrizes de pagamento cada vez mais complexas enfrentadas pelos atores na avaliação racional de suas opções.

Para Lastres (1997), há consenso quanto a algumas questões relacionadas à globalização. Primeiro, é consenso que esse sistema se dá além das sociedades nacionais, e se refere a uma formatação capitalista consolidada nas últimas décadas e com crescente movimento de acumulação e internacionalização dos capitais. Mas também é certo que o conceito é um pouco mais que uma expressão da ideologia capitalista (Ferguson, 1992).

Bartelson (2000) divide o conceito de globalização em três:

- *Globalização como transferência. Um processo de transferências e trocas entre as fronteiras de unidades pré-constituídas (unidades políticas, econômicas e/ou culturais), e entre as unidades e sistemas. Esse conceito pressupõe que os sistemas e as unidades permanecem idênticos durante o processo de globalização. Muito pouco se distingue esse conceito do conceito de internacionalização e interdependência. Isso*

significa que houve intensificação nas trocas ou movimentos entre fronteiras, mas nada que alterasse tais fronteiras ou a natureza das unidades pré-constituídas.

- *Globalização como transformação. Nesse conceito a globalização promove transformações em nível de sistemas, assim com interfere e afeta a identidade das unidades e dos sistemas. A globalização ocorre além das unidades, como resultado da interação entre variáveis sistêmicas em diferentes dimensões e setores do sistema. Assim, a globalização é, por definição, um processo multidimensional que ocorre de fora para dentro. Na medida em que esse processo envolve as unidades, ele o faz transformando-as em circuitos reprodutivos para aqueles processos sistêmicos e forças que, em última instância, alterarão sua identidade e regras constitutivas do sistema em que se situam.*
- *Como transcendência. A globalização implica a transcendência das distinções que, juntas, condicionam a identidade de unidade, sistema e dimensão.*

Em relação ao tema, há essencialmente três grupos de autores:

- *Os que veem a globalização como um processo que amplia as diferenças dos atores e espaços envolvidos;*
- *os que ou não dão atenção à globalização ou a colocam como algo relativamente neutro; e*
- *os demais, que defendem a tese de que tal processo trará benefícios para todos e, em particular, para aqueles menos desenvolvidos. Robertson (1992, p. 173)*

Muitos percebem a globalização como um grande presente do ocidente para o mundo, como uma contribuição enorme para o aumento do padrão de vida ocidental. Outros olham a globalização por um lado negativo, como dominação ocidental, e até continuidade do imperialismo, servindo à ganância dos países da Europa e América do Norte, não servindo aos interesses dos países periféricos e pobres. (Sen, 2002)

Uma questão a ser colocada é sempre se a globalização é de fato um mal. Para Bordier e Wacquant (1999) o conceito de globalização tem o efeito, e não a função, de submergir os efeitos do imperialismo no ecumenismo cultural ou fatalismo econômico e fazer com que as relações transnacionais de poder pareçam como necessariamente neutras.

A globalização não é necessariamente uma dominação do ocidente sobre o restante do mundo. Se considerarmos o lapso de tempo de 10 anos antes de Cristo, verificamos que muitas culturas e hábitos orientais influenciaram e influenciam até hoje o ocidente, como a matemática e outros objetos e práticas. Dessa forma, o que houve foi uma mudança de sentido na influência,

mantendo-se a mesma direção, ou seja, o ocidente agora tem influenciado mais o oriente. Assim, não se deve rejeitar a globalização da ciência e tecnologia porque representa influências ocidentais e imperialismos. (Sen, 2002)

Sen (2002) afirma ainda que rejeitar a globalização da ciência e da tecnologia, porque representa a influência ocidental e o imperialismo, seria ignorar a co-contribuição global - extraída de muitas partes do mundo - que se encontra solidamente denominada na Ciência Ocidental.

O maior desafio está relacionado à desigualdade. Esse problema inclui disparidades na riqueza e assimetrias políticas, sociais, de oportunidade econômica e de poder. A questão crucial consiste na divisão entre os potenciais ganhos advindos da globalização entre países ricos e pobres, e entre a população rica e pobre internamente em cada um dos países.

Há também uma necessidade de maior clareza na formulação da questão distributiva. Por exemplo, é frequentemente argumentado que os ricos estão ficando mais ricos e pobres mais pobres. Mas isso não é de modo algum uniforme, embora haja casos em que isso tenha acontecido. Muito depende da região ou do grupo escolhido e dos indicadores de prosperidade econômica utilizados. (Sen, 2002)

Podemos observar que há uma ambiguidade no conceito e nos consequentes efeitos, e compreender tal ambiguidade é crucial para entender a evolução da globalização como fato.

Tal ambiguidade surge quando se observam seus efeitos negativos e positivos sobre a população mundial, principalmente do ponto de vista econômico. Dessa forma, dois processos se contrapõem quando se trata de globalização, se por um lado existem avanços, pode existir retrocessos de outro.

Para Gonçalves (2002), é importante restringir o conceito de globalização às questões econômicas. Para isso, considera nesse conceito a existência de 3 processos: o enorme crescimento dos fluxos internacionais de capital e de produtos; aumento da concorrência internacional; e interdependência entre empresas e economias nacionais. (Gonçalves, 2002)

Para Pimentel (2007), os tipos de globalização são a financeira e a produtiva, que tratam dos fluxos financeiros e dos fluxos de investimento estrangeiro direto e atuação das empresas transacionais.

Baumann et al (2004) afirmam que a globalização é composta por três processos:

- *Expansão dos fluxos financeiros internacionais;*
- *Aumento da concorrência nos mercados internacionais de capitais;*
- *Maior integração entre os sistemas financeiros.*

Segundo esses autores, a globalização produtiva envolve:

- *Internacionalização da produção;*
- *Acirramento da concorrência internacional;*
- *Integração entre estruturas produtivas das economias nacionais.*

Alguns fatores importantes devem ser considerados para o desenvolvimento da globalização financeira nas últimas décadas. Dentre eles podemos considerar os fatores de ordem ideológica - com a ascensão das ideias liberais nesse período, que promoveu uma grande desregulamentação do sistema financeiro em escala global - e os processo de inovação e de desenvolvimento tecnológico.

A globalização está entrando em uma nova era, definida não apenas pelos fluxos internacionais de bens e capital, mas também, e cada vez mais, por fluxos de dados e informações. Essa mudança parece favorecer as economias avançadas, cujas indústrias estão na vanguarda no uso de tecnologias digitais em seus produtos e operações. Uma questão fundamental para esse trabalho é se os países em desenvolvimento serão deixados para trás.

Durante décadas, a disputa pelo negócio de manufatura de baixo custo do mundo parecia ser a maneira mais promissora para os países periféricos alcançarem o desenvolvimento. O comércio mundial de bens aumentou de 13,8% do PIB mundial em 1985 para 26,6% do PIB em 2007. Impulsionados pela procura e pela terceirização das economias avançadas, os mercados emergentes ganharam uma parte considerável do crescente comércio de bens. Até 2014, representavam mais de metade dos fluxos comerciais mundiais.

Desde a última Grande Recessão, o crescimento do comércio global de mercadorias tem parado, principalmente devido à redução da demanda nas principais economias do mundo e à vertiginosa queda dos preços das commodities.

Tyson e Lund (2016) afirmam que esse processo, no entanto, não se deve apenas à crise. Várias organizações de porte global estão simplificando e encurtando suas cadeias de suprimentos. Com a automação cada vez mais essencial no processo produtivo, as decisões de localização da produção e de terceirização não dependem exclusivamente dos custos de mão-de-obra.

Então, se de fato essa mudança nas cadeias globais de valor tiver atingido seu pico, e a tendência agora seja a redução nos níveis de comércio global, será mais difícil para os países pobres da África, América Latina e Ásia se desenvolverem. Tyson e Lund (2016)

Porém, parece que a globalização em si não está em recuo. Enquanto o comércio global de mercadorias tem parado e os fluxos financeiros caíram acentuadamente desde 2007, os fluxos de informação digital aumentaram: o uso global de banda larga cresceu 45 vezes na última

década, circulando ideias, conteúdo intelectual e inovação ao redor do mundo, causando impactos econômicos importantíssimos. (Tyson e Lund, 2016)

Novas pesquisas do McKinsey Global Institute (MGI) demonstram que os fluxos transfronteiriços de bens, serviços, finanças, pessoas e dados durante este período aumentaram o PIB mundial em cerca de 10% - cerca de US \$ 7,8 trilhões apenas em 2014. Os fluxos de dados representaram uma estimativa de US \$ 2,8 trilhões desse ganho, exercendo um impacto maior do que o comércio global de bens - uma descoberta notável, uma vez que as redes comerciais mundiais se desenvolveram ao longo de séculos enquanto os fluxos de dados transfronteiriços nasceram há apenas 15 anos. (Tyson e Lund, 2016)

O fluxo digital interfere diretamente na natureza dos bens mudando de mãos; no universo dos potenciais fornecedores e clientes; no método de entrega e no capital e na escala necessários para operar globalmente. Além disso, expande oportunidades para mais tipos de empresas, indivíduos e países para participarem da economia global. Ela também dá aos países e às empresas em toda parte a oportunidade de redefinir sua vantagem comparativa e competitiva. Por exemplo, enquanto os Estados Unidos podem ter ficado em desvantagem em um mundo onde os baixos custos de mão-de-obra eram primordiais nas cadeias de valor de manufatura globais, a globalização digital o traz novamente para liderança no cenário global, pois a tecnologia e a inovação são seus principais pontos fortes.

De outro lado, essa mudança para a globalização digital parece funcionar contra países em desenvolvimento que têm grandes grupos de mão-de-obra de baixo custo, mas infraestrutura e sistemas educacionais inadequados.

No entanto, os fluxos digitais oferecem aos países em desenvolvimento novas formas de se envolver com a economia global. Os custos marginais quase nulos das comunicações e transações digitais criam novas possibilidades para a realização de negócios transfronteiriços numa escala massiva. Alibaba, Amazon, eBay, Flipkart e Rakuten estão transformando milhões de pequenas empresas em todo o mundo em exportadores "micro-multinacionais". As empresas com sede em países em desenvolvimento podem superar as restrições do mercado local e se conectar com clientes, fornecedores, financiamentos e talentos em todo o mundo. Doze por cento do comércio global de bens já é realizado em canais de comércio eletrônico.

Aaronson (2016) afirma que a internet, segundo pesquisa de 2010, criou 2,6 empregos para cada posto de trabalho que destruiu, e aumentou o bem-estar e a produtividade do trabalho, segundo Conferência de Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas. Afirma também

que, segundo o Banco Mundial, “a rápida penetração das tecnologias digitais está mudando a vida dos pobres”.

Em contrapartida, há um lado negativo nas novas tecnologias digitais, com a perda de postos de trabalho menos qualificados, e aumento da desigualdade econômica e social. Apesar do lado negativo, políticos no mundo inteiro tem tentado promover o uso dessas tecnologias.

Um outro dado importante é que das 15 maiores empresas de tecnologia, 11 estão no EUA e o restante na China, e que governos querem criar ambientes propícios, regulamentos e infraestrutura, para, além de incentivar o progresso da tecnologia digital, que os crimes da web sejam evitados. (Aaronson, 2016)

As transações financeiras internacionais cada dia mais atinge maiores volumes e mais países, e diferente dos fluxos de capitais do início do século XX, prevalece o fluxo de capitais privados. Antes da década de 60 o principal volume de fluxo de capitais se dava por meio de fluxos bilaterais normalmente na forma de empréstimos com a garantia de títulos emitidos por países ricos.

Para Eric Hobsbawm (1994), com o eurodólar, após a década de 60, teve início um fenômeno novo, em que um grande volume de uma moeda passava a ser transacionada fora de seu território e sem o controle da autoridade monetária. Para Dalcerio (1997) entre os problemas gerados por esse fenômeno estava a capacidade desse mercado "criar" moeda, na medida em que empréstimos bancários eram concedidos em dólares fora do âmbito de regulação do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos. Com essa nova ordem, as empresas norte-americanas com filiais na Europa poderiam captar recursos por meio de financiamentos, em cada lado do Atlântico, optando pela taxa de juros que lhe fosse mais conveniente.

O contexto macroeconômico mundial dos anos 90 apresentou peculiaridades importantes, tais como:

“taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial; deflação rastejante; conjuntura mundial extremamente instável, marcada por sobressaltos monetários e financeiros cada vez mais frequentes; alto nível de desemprego estrutural; marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e uma concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da Triade. (Chesnais, 1995)

Chesnais (1995) defendeu a hipótese de que essas características decorreriam de um novo regime mundial de acumulação. Segundo o autor esse novo regime “dependeria das prioridades do capital privado altamente concentrado – do capital aplicado na produção de bens e serviços, mas também, de forma crescente, do capital financeiro centralizado, mantendo-se sob a forma

de dinheiro e obtendo rendimento como tal”. Ele chama esse novo regime de “mundialização do capital” (Chesnais, 1995).

A globalização é, portanto, o fluxo internacional, e desprovido de barreiras, de bens, capitais financeiro e produtivo, serviços, informações, tecnologia, culturas e conhecimento.

Porém tem sido tratada unicamente sob seu aspecto econômico, de fluxo de bens, serviços e capitais.

2.3.DESIGULDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E RIQUEZA

2.3.1. Distribuição na História da Teoria Econômica

As questões relacionadas com a distribuição e com a desigualdade da distribuição tem sido polêmica e motivo de debates entre os economistas ao longo de anos. Descrever como a distribuição foi tratada na Teoria Clássica, Teoria Neoclássica e no Keynesianismo é fundamental para compreendê-la nas ciências sociais contemporânea.

Assim, nessa seção serão analisados autores que consideravam a distribuição fundamental para a teoria econômica, como Adam Smith, Karl Marx, Alfred Marshall, Arthur Cecil Pigou e John Maynard Keynes.

Para os autores clássicos, de Smith a Marx, a desigualdade e a distribuição do excedente era um tópico central. O excedente era um conceito fundamental e dependia dos arranjos institucionais, que podem ser alterados, sendo o critério ético fundamental (Martins, 2014).

Marshall e Pigou, da Escola Neoclássica, analisaram o efeito direto e indireto da desigualdade. A principal diferença entre estes autores e os clássicos reside na análise do efeito direto, pois para Marshall e Pigou este é medido em termos de utilidade. (Rocha, 2016)

Keynes se preocupou com as questões de distribuição e com as consequências que seus impactos na economia têm para o bem-estar, destacando essencialmente as questões relacionadas com a demanda.

2.3.1.1. Os Clássicos

Os clássicos vão de Adam Smith a Karl Marx, incluindo, Jean-Baptiste Say, David Ricardo, Thomas Robert Malthus e John Stuart Mill. Segundo Martins (2014). Na Economia Política Clássica, no que tange a questão de distribuição, a análise econômica está focada na distribuição do excedente econômico.

Martins (2009) explica que para Adam Smith a divisão do trabalho era limitada pela dimensão do mercado, pois só a produção em maior quantidade permitia a divisão do trabalho e conseqüentemente um aumento da produtividade. O aumento na produtividade permite a existência de lucros, que originam a poupança, que é reinvestida em capital e permite uma maior

divisão do trabalho e uma maior produtividade. Dessa forma, o crescimento econômico entra em num ciclo virtuoso e sustentável.

Jean-Baptiste Say, que foi influenciado por Smith, definiu que a oferta gera a sua própria demanda, pois a produção gera rendimentos, salários, rendas, juros e lucros, que depois de distribuídos são utilizados no consumo, gerando poupança – Lei de Say - (Martins, 2009). A Lei de Say, considerada um postulado fundamental da teoria econômica clássica por Keynes (1936), tornou-se fundamental para a teoria do crescimento econômico contemporânea, em que o crescimento econômico potencial será sempre igual ao crescimento econômico efetivo (Martins, 2009).

Ricardo, assim como Smith, distinguia três rendimentos (rendas, lucros e salários) que, por sua vez, se repartiam por três classes sociais, os trabalhadores, os capitalistas e os donos de terra. Segundo Martins (2014), em decorrência da competição entre trabalhadores, os salários iriam manter-se no nível de subsistência.

A diferença entre a produção total e os salários representa o excedente da economia, que é distribuído entre rendas e lucros. Para Ricardo, era o lucro da agricultura que determina o lucro da economia. As grandes preocupações de Ricardo estavam no preço das terras e no nível da renda (Piketty, 2014).

Para Ricardo, a economia tende a um crescimento constante, e com isso os capitalistas criam novas indústrias, provocando aumento da demanda por trabalho e, conseqüentemente, aumento temporário dos salários, que, por melhorar as condições de vida, aumenta a população.

Para Piketty (2014), Este aumento da produção conduz a que a terra se torne mais rara. As novas terras utilizadas para cultivo não são tão produtivas, o que levaria a um aumento do custo dos cereais e por conseguinte do seu preço, o que implicava um aumento da renda dos que ocupam as melhores terras.

Em paralelo ao aumento da renda inicia-se um aumento dos salários para que os operários possam comprar o que é produzido a preços superiores. Assim, os capitalistas ficavam em pior situação porque tinham que pagar salários mais elevados e os proprietários de terras em melhor posição, pois as rendas iam se elevando à medida que piores solos eram utilizados.

Ao contrário da perspectiva de Smith em que todos iam ficando gradualmente melhor à medida que a divisão do trabalho aumentava, no mundo de Ricardo só o dono da terra ganhava.

Ricardo considerava que a atividade agrícola tinha rendimentos decrescentes, o que resultava numa diminuição da produtividade e conseqüentemente dos lucros da atividade agrícola e que levaria a que se redirecionasse o investimento para a atividade industrial, aumentando a

concorrência nesta atividade, o que conduzia a uma diminuição dos lucros também na indústria, sem lucros, não se gera poupança para a acumulação de capital, e o crescimento econômico acabaria por estagnar.

Thomas Robert Malthus acreditava, em relação a distribuição do rendimento entre as classes sociais, que rendas e lucros são determinados pela oferta e pela procura, o que fazia com que o custo de produção e, por sua vez, o preço natural também o fossem (Martins, 2014).

Malthus acreditava que crescimento econômico não era sustentável a longo prazo em decorrência do crescimento populacional, pois enquanto a população crescia numa progressão geométrica, a quantidade de terra cultivável crescia numa progressão aritmética. Assim, o crescimento populacional será sempre superior à taxa de crescimento do produto total, pelo que o crescimento per capita tenderia a descer (Martins, 2009). Desta forma a grande ameaça ao crescimento econômico é a sobrepopulação (Piketty, 2014).

Martins (2009) explica que os salários tenderiam sempre para o nível de subsistência, pois se estes fossem inferiores a este valor, a taxa de mortalidade aumentaria, o que levaria a uma redução o crescimento populacional e os salários voltariam ao nível de subsistência, mas também não poderiam ser superiores, pois aí o aumento da população levaria a uma maior competição entre um maior número de trabalhadores, o que colocaria o salário novamente no nível de subsistência.

John Stuart Mill (1848) apud Rocha (2016) defendia que a produção dependia essencialmente da tecnologia e a distribuição não dependia da produtividade, mas sim das instituições sociais. Para o autor a tecnologia já permitia produzir em quantidades suficientes, pelo que o crescimento econômico não era um problema, pois este dependia da tecnologia, daí que a questão fundamental a resolver no futuro seria a criação de arranjos institucionais que permitam uma melhor distribuição do rendimento (Martins, 2009).

Marx (1999) definiu três forças de produção, o trabalho, matérias-primas e ferramentas (tecnologia). À semelhança dos autores clássicos, como Smith e Ricardo, o valor de um produto era determinado pela quantidade de trabalho que ele contém.

Ao contrário dos outros autores clássicos, em Marx (1999) apud Rocha (2016), o proprietário das terras tinha uma posição social de menor importância, sendo que os papéis principais eram assumidos pelos operários que surgem no mercado para entregar a força de trabalho e os capitalistas. Para Marx era o trabalho que gerava lucro e com isso a mecanização do processo produtivo levaria à substituição de meios de produção que geram lucro por meios de produção não lucrativos.

A grande questão para os clássicos é a determinação da distribuição do excedente entre as classes sociais, isto é, entre salários, lucros e rendas que decorre todo o processo de desenvolvimento econômico. Quando excedente é utilizado por classes produtivas, a economia prospera. Quando o excedente é utilizado por classes improdutivas, a economia estagna ou declina.

2.3.1.2.Os Neoclássicos

Martins (2014) considera que podemos distinguir três diferentes teorias de valor, a Teoria Clássica, onde as condições de produção determinam o preço natural e este, por sua vez, é determinante da procura efetiva, como analisámos no tópico anterior, a Teoria Marginalista, iniciada por Stanley Jevons, Carl Menger e Léon Walras, onde a quantidade determina a utilidade marginal e a utilidade marginal determina os preços e, por fim, a Teoria Neoclássica, de Marshall e Pigou onde os preços e as quantidades são determinados mutuamente, pela procura e pela oferta que são considerados fatores independentes, sendo neste aspeto que a teoria neoclássica se afasta da teoria clássica.

Na Teoria Neoclássica, a oferta reflete o custo de produção e a demanda as preferências subjetivas, o que mantém elementos clássicos na análise da oferta, e elementos marginalistas na análise da demanda.

Para Marshall (1920) apud Rocha (2016) os preços são determinados por uma interação entre oferta e demanda, mas este vai distinguir períodos de tempo diferentes, no curto prazo o preço dependeria da procura e das preferências subjetivas, estudando-se o valor através do conceito de utilidade marginal (abordagem marginalista); mas no longo prazo este iria aproximar-se do custo de produção, como os clássicos defendiam (Martins, 2014).

Marshall, à semelhança dos autores clássicos reconhece a importância da análise do bem-estar humano, procurando analisar o efeito direto da desigualdade no bem-estar, bem como o indireto, já explicados anteriormente.

Pigou (1920) apud Rocha (2016) considerava que o bem-estar econômico de uma pessoa num determinado período de tempo depende do rendimento que esta consome e não do rendimento que recebe, pelo que, quanto mais rico é um indivíduo menor é a proporção de rendimento que este irá consumir.

Marshall (1920) apud Rocha (2016) faz uma importante distinção entre riqueza e bem-estar, defendendo que o bem-estar que a riqueza gera depende da utilidade marginal e da distribuição do rendimento. Considerando a lei das utilidades marginais decrescentes, pode considerar-se que qualquer causa que aumente a proporção de rendimento real na mão dos pobres, desde que

não leve a uma redução do rendimento nacional, conduz a um aumento do bem-estar econômico (Rocha, 2016).

Desta forma, Marshall, Sidgwick e Pigou consideravam que uma distribuição mais igualitária do rendimento conduziria a um aumento do bem-estar geral, pois geraria um aumento da utilidade total na medida em que a utilidade marginal do rendimento dos pobres é superior à dos ricos.

2.3.1.3.O Keynesianismo

A teoria Keynesiana pode ser utilizada para mostrar que o consumo e o investimento (que constituem a demanda efetiva) são também determinantes chave do crescimento de longo prazo utilizando o conceito keynesiano de propensão marginal a consumir. Tal propensão determina a parte do rendimento que é utilizada em consumo, dada pela média ponderada das várias propensões individuais.

Demanda efetiva "é o termo usado por Keynes em sua Teoria Geral (1936) para representar as forças que determinam mudanças na escala de produção e no emprego como um todo. Keynes atribuiu as primeiras discussões sobre os determinantes da oferta e demanda de produção como um todo para os economistas clássicos, em particular o que passou a ser conhecido como Lei de Say. (Kregel, 2008)

Keynes (1936) argumenta que o montante utilizado, por uma comunidade, em consumo depende do montante da renda. Em períodos curtos, em que as propensões psicológicas não dispõem de tempo para se alterar, os seres humanos, de modo geral e em média, aumentam o seu consumo à medida que a sua renda cresce (Keynes, 1936) embora numa quantidade desigual. (Rocha,2016)

Uma elevação absoluta do montante da renda contribui para alargar a diferença entre rendimento e consumo, pois a proporção de renda poupada é maior à medida que a renda real aumenta.

Com base no conceito de multiplicador Keynesiano pode se constatar que um aumento da desigualdade do rendimento gera uma tendência a redução da demanda agregada por meio de uma redução do multiplicador do investimento (Martins, 2014). Isto porque os grupos sociais com menor rendimento, em média, têm uma propensão marginal ao consumo superior, assim, uma maior desigualdade na distribuição da renda leva a que uma percentagem de rendimento vá para os grupos sociais com mais rendimento e, por conseguinte, com menor propensão marginal ao consumo, o que conduz a uma redução do multiplicador do investimento. Esta redução do multiplicador do investimento conduz a uma redução da demanda agregada.

Portanto, tanto a abordagem neoclássica como a abordagem Keynesiana, pelo menos no modo como foram formuladas na escola de Cambridge, viam a desigualdade como um aspeto fundamental a considerar, com influência no bem-estar e na demanda agregada, respetivamente.

2.3.2. Justiça Distributiva

A desigualdade de riqueza e renda, como exposta até o momento, é considerada injusta por muitas pessoas. Mas algo que pouco se avalia em trabalhos que tratam do tema é se algumas desigualdades de renda são justas. Talvez pessoas que trabalhem mais, tenham melhor formação, ou tenham habilidades que as destaquem, mereçam ser mais ricas e ganhar mais. Mas esses fatores não costumam justificar diferenças de até 350 vezes entre salários. Também é possível não achar justo diferenças de riqueza devida a fatores completamente acidentais do ponto de vista moral, como ter pais ricos ou terem nascido em um país desenvolvido. As desigualdades se correlacionam sistematicamente com variáveis sociais e geográficas marcantes: praticamente todos os países que têm um PIB per capita acima da média mundial estão no hemisfério norte do planeta, ou no extremo Sul, enquanto que todos aqueles com renda abaixo da média estão próximos à linha equador; Em muitos países, as mulheres ganham sistematicamente menos que os homens; no Brasil e em outros países, as pessoas de ascendência africana têm rendimentos consideravelmente mais baixos do que os caucasianos, e essa diferença está se ampliando.

A Justiça distributiva é uma teoria que define a forma como são avaliadas as distribuições de bens positivos (renda, liberdade, cargos políticos) ou negativos (punições, sanções, penalidades) em uma sociedade. Ao fazer julgamentos distributivos, os indivíduos avaliam, a partir de parâmetros que determinam qual método distributivo é mais ou menos justo aplicar no contexto da distribuição, em que medida a distribuição favoreceu ou prejudicou os envolvidos. (Sampaio et al, 2009)

As teorias consequencialistas sustentam que atos, políticas e instituições são apenas consequências na medida do que produzem. O utilitarismo é um exemplo. As teorias consequencialistas contrastam com as teorias deontológicas, que determinam a correção de uma ação, política ou instituição com base no cumprimento de um princípio abstrato (como o princípio "Fazer aos outros o que fazem para você" ou os Dez Mandamentos). Tanto o libertarianismo como as teorias de contratos sociais são exemplos de teorias deontológicas. As teorias da virtude se concentram no caráter e no florescimento do indivíduo em vez de seus atos ou os princípios que ela segue.

Em termos gerais, o utilitarismo sustenta que a distribuição de bens é justa apenas se e somente se maximizar a utilidade agregada. De acordo com um slogan, o utilitarismo procura "a maior quantidade de bem para o maior número de pessoas", e os princípios da justiça distributiva devem concordar com essa máxima.

Como explica Amartya Sen, o utilitarismo tem três ingredientes: consequencialismo, bem-estar (welfarism) e ranking de soma (sum-ranking) (Sen, 2009). Já vimos o consequencialismo. O Welfarism sustenta que as consequências relevantes são aquelas que promovem o bem-estar dos indivíduos. E o ranking de soma, finalmente, diz que o que importa é a soma total do bem-estar (talvez dividido pelo número de pessoas) e não a sua distribuição.

Sob o prisma do utilitarismo, o enorme grau de desigualdade que atualmente observamos na maioria dos países do mundo é provavelmente injusto. Pois, caso um indivíduo não tenha nada o que comer, uma única refeição fará uma grande diferença para seu bem-estar. Mas ao contrário, se você já tiver feito quatro refeições em um dia, uma refeição adicional não vai lhe causar um bem-estar muito maior. Esse princípio também se aplica ao dinheiro. Se por ventura for dado um montante em dinheiro a um mendigo, supondo algo em torno de dez mil dólares, provavelmente isso fará uma grande diferença na vida dele; caso seja dada a mesma quantidade de dinheiro a um milionário, e ele não perceberá qualquer diferença. Assim, redistribuir bens ou dinheiro dos mais ricos da sociedade para os mais pobres provavelmente aumentará a utilidade agregada:

No entanto, é evidente que qualquer transferência de renda de um homem relativamente rico para um homem relativamente pobre de temperamento semelhante, uma vez que permite desejos mais intensos serem satisfeitos à custa de desejos menos intensos, deve aumentar a soma agregada de satisfação. A antiga "lei da utilidade decrescente" conduz assim de forma segura à proposição: qualquer causa que aumente a parte absoluta do rendimento real nas mãos dos pobres, desde que não conduza a uma contração no tamanho do dividendo nacional de qualquer ponto de vista, em geral, aumentará o bem-estar econômico. (Pigou 1932 [1920]: I.VIII.3), apud Reiss (2013)

Para Reiss (2013) há um pressuposto que precisa ser refletido. Trata-se da premissa de que a redistribuição não tem um efeito significativo sobre a quantidade de bens que há para redistribuir, ou seja, a redistribuição não afeta substancialmente o tamanho do bolo. Segundo o autor, provavelmente essa afirmação é falsa, mas é difícil saber o tamanho do efeito. Suponha que todos tenham a mesma função de utilidade e que essa função seja marginalmente decrescente. Nesse caso, uma distribuição igual de produtos maximizaria a utilidade agregada. Mas é possível que alguém que saiba que acabaria com a parte do bolo do mesmo tamanho, não importa quanto esforço dispender para consegui-lo, tenha uma forte inclinação a não se esforçar. Isso não significa que não colocaria nenhum esforço. Talvez simplesmente poderia gostar de

fazê-lo; poderia pensar que é dever destinar o esforço; talvez não reflita sobre o assunto e simplesmente faça o que tem de fazer. Mas, na verdade, grande parte das pessoas, espera algum tipo de relação positiva entre o esforço e a recompensa, e essas pessoas serão reprimidas por uma distribuição igualitária.

De outro lado, se alguém vive em uma sociedade muito desigual e particularmente se a desigualdade não é apenas devido a esforços diferenciados, mas também devido a fatores acidentais, tais como a sorte, pode não se sentir motivado a se esforçar muito, mesmo que esse esforço seja recompensado de alguma forma. As coisas ficam pior, é claro, se as desigualdades não são apenas devido ao esforço e à sorte no processo, mas principalmente quando é devida a outros fatores que têm pouca chance de influenciar, como antecedentes familiares e ascendência, sexo, raça e assim por diante. (Reiss, 2013)

Tendo estabelecido o uso do utilitarismo como um princípio de justiça distributiva, Edgeworth (apud Creedy, 2008) afirmou:

A condição de que a utilidade líquida total adquirida por tributação deve ser um máximo, então reduz à condição de que a desutilidade total seja mínima ... segue em geral que a desutilidade marginal incorrida por cada contribuinte deve ser a mesma. (1925, p.103)

O utilitarismo tende a priorizar os direitos individuais (exceto, é claro, na medida em que a violação do direito de alguém tem consequências para seu bem-estar). As decisões baseadas no utilitarismo muitas vezes resultam na produção de danos injustos para alguns indivíduos, mormente para aqueles cuja perda dos direitos maximiza a utilidade agregada. Embora esta não seja uma objeção conclusiva ao utilitarismo, certamente coloca dúvidas sobre a noção de que as consequências para o bem-estar das pessoas devem ser tudo o que importa para a avaliação moral.

Assim, para os utilitaristas, o direito das pessoas e a distribuição são aspectos assessórios.

A teoria de Rawls é tratada como uma reação ao utilitarismo clássico. A ideia do bem-estar agregado e da utilidade marginal para obtê-lo incomodava Rawls. Mesmo que o utilitarismo leve a ideias acertadas sobre a igualdade, Rawls descreve que o utilitarismo não atribuir valor intrínseco à igualdade, o que seria um erro, e tão somente atribui valor instrumental. Dessa forma a igualdade não seria boa em si, mas apenas porque produz a maior felicidade total.

A contribuição de Rawls foi no sentido de criar uma visão de justiça baseada na equidade, tendo como principal objetivo superar a lógica da filosofia moral predominante no mundo anglo-saxão, indo de encontro a teoria utilitarista, que prioriza o bem em detrimento ao justo. Com isso a teoria formulada é de caráter moral deontológico e não-naturalista, que sobrepões o justo ao bem. (Silveira, 2007)

Rawls propõe uma concepção de justiça como equidade partindo do princípio de indivíduos em uma situação de igualdade inicial, em um situação em que a partir da igualdade e da racionalidade, poderiam decidir imparcialmente.

Segundo Siveira (2007) a teoria de Rawls se adequa à tradição de contrato social, acrescida da influência de Kant. De Kant, Rawls acha que as pessoas têm a capacidade de raciocinar de um ponto de vista universal, o que para ele significa que podem julgar princípios do ponto de vista imparcial. Para Rawls a justiça não envolve um estado de natureza, mas sim o que ele chama de "posição original". Na posição original, os indivíduos enxergam por meio de um "véu de ignorância" que os impede de ver tudo que é irrelevante do ponto de vista da justiça.

Assim, de uma posição original os princípios de justiça são escolhidos através esse véu, situação na qual as pessoas não têm conhecimento de condições peculiares. Quando estão enxergando sob esse véu, as pessoas escolhem os princípios de justiça em decorrência ou de um consenso ou de um ajuste equitativo. Quem entra em consenso na posição original age de forma racional e não se interessam pelo interesse das outras partes, dessa forma não têm como escolher um princípio utilitário.

Um dos princípios da teoria de Rawls exigiria a igualdade de deveres e direitos básicos, o que asseguraria a liberdade. Outro princípio afirmaria que as desigualdades econômicas e sociais, tais como as de riqueza e autoridade, seriam justas caso proporcionarem benefícios para cada um, especialmente para os membros menos favorecidos da sociedade (Rawls, 2000, p.53; TJ §11).

Quando se aceita os princípios de justiça é como aceitar um padrão de bem comum, tendo em vista que a concepção do bem ou compreensão da vida humana obriga a estabelecer certos procedimentos específicos visando a equidade. Quando se está sob o véu o direito a bens primários é pressuposto, pois tais bens são condições necessárias para a satisfação das diversas concepções de bem. (Rawls, 2000, p.78-81; TJ §15).

Segundo Silveira (2007):

“A proposta de John Rawls é deontológica, pois não especifica o bem de maneira independente do justo, ou não interpreta o justo como maximizador do bem. Rawls pretende construir uma teoria procedimental de justiça. As partes envolvidas na posição original não se movem a partir de uma concepção prévia de dever ou justiça. A justiça é o resultado imediato de um procedimento, sendo uma justiça procedimental pura (pure procedural justice).”

As teorias da justiça destinam-se a ajudar a justificar instituições e intervenções políticas, porém não são simples de serem justificadas. É certamente plausível que, em determinada sociedade, ao decidir se e como construir instituições e implementar políticas, as consequências dessas instituições ou políticas para os níveis de bem-estar das pessoas devem contar. Também é

plausível assumir que as pessoas têm certos direitos, mas alguns desses direitos devem ser questionados, como um direito soberano de propriedade.

Todos estes são problemas fundamentais sérios. Filósofos, economistas e outros cientistas sociais estão debatendo com mais ou menos sucesso. Todas as teorias disponíveis de justiça podem ter suas expectativas, mas certamente ajudam a criar questões normativas importantes e ajudam-nos a pensar claramente sobre a distribuição de renda e outros assuntos de justiça social.

2.3.3. Desigualdade de Riqueza e Renda

Para Milanovic (2010), a desigualdade de renda tem aumentado de maneira significativa. Alguns números apresentados pelo autor podem revelar isso. Com o uso da PPP é possível identificar que em 1820 a Grã Bretanha e a Holanda, os dois países mais ricos na época, eram apenas cerca de 3 vezes mais ricos que China e Índia, os dois mais pobres. Atualmente a relação entre o mais rico e o mais pobre é mais de 100 para 1.

Atkinson (2015) afirma haver duas dimensões da desigualdade: Desigualdade entre quem? Desigualdade de que? Quando se refere à desigualdade entre quem, mostra que existem diversas formas de mensurá-la, a depender, por exemplo, do conceito de família utilizado. Ao tratar da desigualdade “de que” o autor continua discutindo, por exemplo, a forma de cálculo da renda familiar e individual.

Nesta seção vamos discutir os principais aspectos relacionados a desigualdade de riqueza e renda.

2.3.3.1. Os Mais Ricos

Medeiros & Souza (2014) afirmam que estudar os mais ricos e a distribuição da riqueza é fundamental para entender profundamente as desigualdades sociais. Em alguns países a desproporção entre ricos e pobres é muito evidente, com muitos casos em que os 1 ou 2% mais ricos têm renda maior que os 50% mais pobres. A distribuição da riqueza parece estar cada dia mais concentrada no topo. Dessa forma, os mais ricos são, via de regra, players chave na economia, exercendo papel fundamental nas tendências de produção e consumo. O dinheiro também pode trazer poder político e cultural, permitindo que os ricos influenciem os diversos escalões mais altos da sociedade.

Há um crescente interesse na distribuição das maiores riquezas baseada nos dados de renda do imposto de renda. Isso teve início na França (Thomas Piketty 2001, 2003).

Atkinson, Piketty e Saez, (2011) afirmam que a participação das maiores rendas no total da renda tem aumentado consideravelmente no Estados Unidos e em outros países na última

década. Segundo os autores, desde 1917, há mudanças importantes nas maiores rendas, chegando ao recorde dos 10% mais ricos deterem 50% da renda, em 2007.

Os autores perguntam o porquê desse aumento na concentração de renda entre os mais ricos. Afirmam que muitas respostas podem ser dadas, e que via de regra as pessoas têm senso de justiça e se preocupam com a distribuição dos recursos econômicos entre os indivíduos na sociedade. Como resultado, as economias avançadas têm tentado colocar em prática políticas redistributivas, tais como as de tributação e, em particular, a tributação progressiva, além de programas de transferência de renda, o que efetivamente tem redistribuído uma parte significativa do produto nacional entre grupos de renda (Atkinson, Piketty e Saez, 2011).

Os ganhos do trabalho são uma importante fonte de renda para os ricos. Mas os ganhos de capital, incluindo juros, são as principais fontes de renda de indivíduos ou famílias que compõem o topo da distribuição. Na França, por exemplo, isso ocorre apenas entre os 0,1% mais ricos. (Landais, 2008, apud Medeiros & Souza (2014))

As pesquisas domiciliares têm dificuldade de captar os ganhos de capital. Assim, seria de se esperar que as rendas mais altas nessas pesquisas fossem compostas, predominantemente, de rendas do trabalho. Dados de imposto de renda mostram que os chamados “trabalhadores ricos” são os CEOs e outros altos executivos, profissionais bem remunerados e profissionais liberais. Segundo os autores (Medeiros e Souza, 2015), a renda do trabalho é o maior fator único do componente de renda entre os 1% mais ricos nos seguintes países: França, Canadá, Colômbia, Argentina, Brasil, Indonésia, USA e Chile .

Há 3 possíveis explicações para o ganho de capital ser a segunda fonte de recursos dos 1% mais ricos:

- *a forma de mensuração é correta e de fato os ganhos de capital não são a principal fonte de recursos dos 1% mais ricos;*
- *ganhos de capital são frequentemente intermediados por corporações ou fundos financeiros, e muitas vezes não são contabilizados como renda, e sim reinvestidos;*
- *as diversas definições de ganho de capital: dependendo da classificação, da distribuição de lucros e de pagamentos compensatórios a proprietários de empresas, os ganhos de capital são registrados como ganho do trabalho, especialmente se seguirem pagamentos regulares mensais.*

Muitos estudos concordam que, em países desenvolvidos, os ganhos de capital têm perdido seu lugar de importância para o trabalho na composição dos maiores rendimentos, principalmente

após a década de 1980 ou mesmo antes disso Feenberg and Poterba, 1993;; Piketty, 2003, 2007, 2013; Piketty and Saez, 2003, 2013; Slemrod, 1994). (Medeiros e Souza, 2015)

Apesar dessa perda de espaço, entre 1991 e 2006 os ganhos de capital e dividendos foram as principais fontes de concentração de renda nos dados de imposto de renda dos Estados Unidos – a parcela dos ganhos de capital no total da renda está aumentando e se tornando mais concentrada. Se os ganhos estão cada vez mais concentrados e trabalhadores poupam parte desses ganhos por meio de aplicação em fundos de pensão, deve-se esperar um aumento das contribuições das pensões para a desigualdade no mundo. (Medeiros e Souza, 2015)

Milanovic (2010) afirma que 60% da renda é explicada pelo lugar onde o indivíduo nasce, e mais 20% é explicado pela classe social dos pais. Assim, 80% da renda é explicada por esses dois fatores. Para Medeiros e Souza (2015), as transmissões intergeracionais de riquezas materiais e outras vantagens é um importante determinante do “ser rico”. A herança pode ser adicionada à riqueza existente, reinvestida e resultar em ainda mais riqueza (Spilerman, 2000, apud Medeiros e Souza, 2015), e mais importante ainda, existem outros meios de transmissão de vantagens de uma geração para outra que permitem que indivíduos ricos possam influenciar na posição social de seus descendentes.

A análise estatística da mobilidade Inter geracional começou no início de 1900. Emily Perrin (1904) analisa tabelas de contingência para estimar que a origem social determina cerca de um terço da escolha por uma profissão, um valor ligeiramente inferior ao de três quartos que Pearson (1904) estimou com seus dados (Medeiros e Souza, 2015). Poucos anos depois, alguns estudos começaram a se concentrar especificamente sobre a medição da mobilidade dos ricos. Um relatório governamental dos Estados Unidos descobriu que, em 1914, as fortunas dos ricos, que representavam mais de metade de toda a riqueza pessoal do país, foram principalmente herdadas e que os herdeiros transferiram a responsabilidade de administrar sua riqueza para os profissionais (executivos e fundos de investimento de hoje). O relatório recomendou a taxação dessas fortunas, a fim de reduzir a desigualdade (EUA, Comissão de Relações Industriais e Walsh, 1915). Sorokin (1925) encontrou uma alta transmissão inter geracional da riqueza entre milionários norte-americanos, e que a maioria dos ricos veio de pais que eram fabricantes, comerciantes, banqueiros e homens de negócios. (Medeiros e Souza, 2015)

As conclusões sobre a herança são robustas em diferentes definições de riquezas e fontes de dados. Canterbury e Nosari (1985) (apud Medeiros e Souza, 2015) rodaram regressões com base nos dados relativos ao Forbes 400 nos EUA e descobriram que as heranças são responsáveis por 43% de suas fortunas.

Medeiros e Souza (2015) afirmam que as comparações internacionais com base na literatura revisada por Erikson e Goldthorpe (2002) e por Breen e Jonsson (2005) corroboram que em todas as sociedades industriais existe uma forte relação entre origem de classe e de destino. Há alguma controvérsia sobre se essa relação muda com o tempo, mas as evidências nos estudos revisados por Piketty (2000) tendem a apontar para a estabilidade relativa desses padrões.

A mobilidade é inferior precisamente em países altamente desiguais (Medeiros e Souza, 2015). Analisando 15 países da Europa, América do Norte e Oceania, Andrews e Leigh (2009) concluíram que os países que foram mais desiguais durante a década de 1970 tiveram mobilidade inter geracional menor durante os anos 1990. Parece que, em grande medida, os ricos são ricos devido a um controle de oportunidades herdadas.

A educação é um determinante importante da desigualdade e talvez o mais importante determinante da mobilidade intergeracional para as classes mais baixas (Medeiros e Souza, 2015). A abordagem convencional é assumir a correlação entre escolaridade e retorno em renda expressa dos investimentos em capital humano. No entanto, a menos que o capital humano seja compreendido em um sentido muito amplo - talvez tão amplo que torne o conceito quase inútil para a pesquisa empírica - os ricos não parecem ser muito mais rico do que outros, porque eles investiram mais em capital humano.

Atkinson, Piketty e Saez, (2011), em estudo sobre as maiores rendas ao longo da história, concluíram que muitos países apresentaram uma forte queda na participação das maiores rendas na primeira metade do século XX, normalmente em torno de eventos históricos importantes, como a segunda grande guerra e a grande depressão. Em alguns países, no entanto, especialmente naqueles que não participaram da segunda guerra, a redução foi mais gradual durante o período. Em todos os países para os quais estão disponíveis dados de composição de renda, na primeira parte do século, os rendimentos percentuais superiores foram esmagadoramente compostos por rendimentos de capital (em oposição à renda do trabalho). Os percentis superiores caem muito mais que os inferiores.

Também concluíram que em 1949 a dispersão dos percentis superiores nas parcelas da renda em todos os países diminuiu. Na segunda metade do século XX, as maiores rendas experimentaram um movimento em forma de U, com alto declínio após as décadas imediatamente após a segunda guerra, seguido por um considerável aumento nas décadas recentes. Concluíram ainda que os países de língua inglesa ocidental (América do Norte, Europa, Austrália e Nova Zelândia) e Índia e China tiveram uma aumento da participação das maiores rendas na renda total em décadas recentes. O Sudeste Europeu e os Países Nórdicos também

experimentaram um aumento, porém em magnitude menor. A Europa Continental e o Japão tiveram a participação nas maiores rendas, no pós guerra, denotado por um U bem suave, com modestos aumentos das maiores rendas nas últimas décadas.

2.3.3.2.Globalização Da Desigualdade

Atkinson, Piketty e Saez, (2011) afirmam que a definição básica de renda para economia é a de controle dos recursos. Os autores então questionam se os ricos não recebem renda suficientes para controlar os recursos globais.

Preliminarmente, apesar de 1% ser uma parcela pequena da população, os 1% mais ricos concentram mais de um quinto da riqueza (23,5%) nos EUA em 2007; segundo, e até mais importante, o aumento da riqueza dos mais ricos nos últimos 30 anos tem um impacto dramático no crescimento econômico. A renda real por família cresceu a modestos 1,2% anuais, de 1976 a 2007. No entanto, quando excluimos os 1% mais ricos, a renda real dos outros 99% da população cresceu a uma taxa de 0,6%. Isso significa dizer que o 1% mais rico ficou com 58% do crescimento econômico real por família durante o mesmo período.

Os efeitos do crescimento dos 1% mais ricos ainda é mais significativo em períodos recentes que se contrastam, 1993 a 2000 (administração Clinton) e 2002 a 2007 (administração Bush). Nos dois períodos, a renda real dos 1% mais ricos cresceu a taxas anuais de 10,1 e 10,3 % , respectivamente, enquanto que a renda dos outros 99% cresceu a uma taxa de 2,7% na administração Clinton, enquanto apenas 1,3% na administração Bush. Assim, no período de 2002 a 2007, os 1% mais ricos ficaram com 65% de renda bruta.

É importante, contudo, fazer comparações com outros países. Por exemplo, a renda real por família nos Estados Unidos cresceu a uma taxa de 32,2% de 1975 a 2006, enquanto que na França, no mesmo período, cresceu a uma taxa 27,1% (Piketty 2001 e Landais, 2007), mostrando que, em termos de performance macroeconômica, os Estados Unidos foram melhores. Excluindo os 1% mais ricos, a renda real dos americanos cresceu apenas 17,9%, enquanto que a da França cresceu a 26,4%. (Atkinson, Piketty e Saez, 2011)

Os extremamente ricos são players globais, mas qual a sua importância quantitativa em escala mundial? Como eles se encaixam em um mundo de cerca de 6 bilhões de pessoas? De acordo com as estimativas de François Bourguignon e Christian Morrisson (2002), o coeficiente de Gini mundial passou de 61% em 1910 para 64% em 1950 e, em seguida, para 65,7% em 1992. (Atkinson, Piketty e Saez, 2011). Como a participação dos mais ricos em países ricos caiu durante a primeira metade do século 20 e aumentou bruscamente em alguns países nas décadas recentes?

Para resolver esta questão, Atkinson (2007b) define os "globalmente ricos" como aqueles com mais de vinte vezes a renda média mundial, que em 1992 significou mais de US\$ 100.000. Em 1992, houve uma estimativa de 7,4 milhões de pessoas com rendimentos acima desse nível, mais de um terço deles nos Estados Unidos. Eles constituíam 0,14 por cento da população mundial, mas detiveram 5,4% do total da renda mundial. Como proporção da população mundial, o nível mundial de ricos caiu de 0,23 por cento em 1910 para 0,1 por cento em 1970, refletindo a queda dos mais ricos registrados em países individuais. (Atkinson, Piketty e Saez, 2011)

Assim, concluem Atkinson, Piketty e Saez (2011), embora a desigualdade entre cidadãos do mundo tenha aumentado, houve uma compressão na parte superior da distribuição mundial. Mas, desde 1970, vemos uma reversão e um aumento na proporção de globalmente ricos em relação aos de 1950. O número de globalmente ricos dobrou nos Estados Unidos entre 1970 e 1992, o que representa metade do aumento mundial, fazendo uma diferença considerável para a distribuição mundial.

Segundo Milanovic (2010) uma série de dados de diversos países, considerando o período de 1988 a 2005, encontrou um índice de Gini Global de 0,70, o que representa uma desigualdade muito alta. Os 10% mais ricos recebem cerca de 56% de toda renda global, enquanto que os 10% mais pobres recebem cerca de 0,7%. A relação entre os decis é de 80 para 1. Em países ricos essa relação é melhor, de 10 para 1. Os 5% mais ricos detêm 37% da renda global. A relação entre o topo e a base da pirâmide é de cerca de 200 vezes. Se olharmos em termos de PPP, os 10% mais ricos recebem mais que 2/3 da renda mundial, e os 5% mais ricos cerca de 45%.

Para Atkinson (2015), a globalização começa influenciando a desigualdade por meio da utilização de mão de obra. Economias avançadas enfrentam uma concorrência maior de países nos quais os salários de profissionais menos qualificados são mais baixos. Por outro lado, essas economias mais avançadas demandam mão de obra mais qualificada. Assim, a história, segundo o autor, é contada em termos de dois grupos de trabalhadores, os qualificados e os não qualificados. Diante disso, e dos conceitos de oferta e demanda de mão de obra qualificada e não qualificada, e de prêmio salarial, o autor demonstra que quanto mais alto o preço relativo do bem que depende de mão de obra altamente qualificada, maior o prêmio salarial para trabalhadores qualificados. Com isso, se a globalização implica em países importando bens manufaturados mais baratos, pagos pela exportação de serviços de alta tecnologia mais valiosos, então os salários qualificados aumentam em relação aos salários não qualificados, e assim a

proporção de salário de equilíbrio de mercado se inclina desfavoravelmente no sentido dos trabalhadores não qualificados.

Souza e Medeiros (2015) afirmam que no que diz respeito à globalização, pode-se fazer duas perguntas pelo menos: “Quem no mundo é rico?” e “como é que os ricos se beneficiam da integração das economias nacionais?”. Para os autores, a maioria dos estudos sobre os ricos é interna aos países, com pouca atenção dada ao papel da globalização como um determinante da renda e da riqueza dos ricos. Por isso as respostas a estas perguntas encontrados na literatura são, até agora, muito especulativas.

No que diz respeito à questão de "quem no mundo é rico?", é muito provável que a resposta é que o medianamente rico em poucos países norte-americanos e europeus são os verdadeiros ricos globais, muito mais ricos do que os ricos locais de outros países. O mundo como um todo é mais desigual do que qualquer país isoladamente considerado (Firebaugh, 2000; Firebaugh e Goesling, 2004; Lakner e Milanovic, 2013; Milanovic, 2012) Ops. Cit Souza e Medeiros (2015). Os que detêm as maiores rendas nos países ricos são muito provavelmente os ricos do mundo. A verificação desta hipótese é uma questão de medição, mas não é uma tarefa simples, devido às dificuldades na harmonização dos dados internacionais.

Como os países interagem e muito dessa interação é controlada por elites econômicas, seria surpreendente se o cenário global não tivesse influência sobre a criação de uma classe rica de um país. (Medeiros e Souza, 2015)

A segunda questão, no entanto, é mais difícil de responder que a primeira. A avaliação mais precisa de quanto a globalização é responsável por fortunas é de difícil mensuração em decorrência das limitações de dados. Nos últimos tempos, Milanovic (2005) trabalhou com um banco de dados composto por pesquisas de 95 países, representando 90% da população mundial e descobriu que, em países pobres, a globalização tende a favorecer os ricos (10% rendimento). Roine et al (2009) trabalharam com um conjunto menor de países, 15 economias de alta renda e a Índia, mas usou dados de registros fiscais, o que o permitiu inferir sobre um grupo mais rico, os 1% mais ricos. O estudo não encontrou falta de barreiras comerciais que fossem desproporcionalmente benéficas aos ricos, mas isso foi limitado a indicadores de nível geral de abertura no comércio em regressão linear, não para o papel direto do comércio como um fonte de renda para diferentes grupos. Neumayer (2004) analisa apenas a lista Forbes dos mais ricos 2001-2003 e descobriu que não há uma influência negativa de tributação, regulamentação dos salários, regulação dos preços das commodities ou a concessão de benefícios sociais no número de bilionários de um país. A abertura comercial, no entanto, tem um impacto positivo sobre este

número. Volscho e Kelly (2012) concluíram que a abertura comercial favoreceu os mais ricos nos EUA.

Estes são estudos sobre impactos internos da abertura comercial, uma proxy para globalização que não consideram diretamente investimento e transações financeiras. Aparentemente não existem estudos preocupados especificamente com a forma como os ricos nos países ricos são afetados pela abertura comercial e financeira dos países de baixa renda, ou, em outros termos, como os ricos globais se relacionam às classes mais baixas globais. A verdade é que um estudo deste tipo é difícil de realizar devido às limitações na disponibilidade de dados e comparabilidade. Duas exceções notáveis são Zucman (2013), que estima que 8% da riqueza financeira global é realizada em offshores de paraísos fiscais, devido a transferências de países pobres para os países ricos, especialmente os EUA e os da zona euro; e Piketty e Zucman (2013), que descobriram que uma parcela significativa do capital nacional nos países ricos é de propriedade de pessoas em outros países, e que as carteiras estrangeiras geraram grandes ganhos de capital nos EUA: um terço de todos os ganhos de capital no EUA vêm de carteiras transfronteiriças, um sinal de que uma parte importante da renda de alguns dos ricos não é limitada por economias nacionais.

Por uma questão de fato, como é bem aceito que os níveis de renda em uma economia dependem dos níveis de renda em outros países - como se faz rotineiramente na teoria do crescimento - não há razão para acreditar que a globalização não deve afetar a concentração de renda no país rico. Na verdade, existem vários estudos que apontam nessa direção. Atkinson (2003, 2007) argumenta que os níveis de renda e riqueza dos mais ricos em um país estão relacionados com a desigualdade global: "A análise até agora tem considerado o papel dos principais rendimentos num contexto puramente nacional, mas é evidente que os ricos, ou pelo menos os super-ricos, são players globais" (Atkinson, 2007: 23). Uma possível razão é que as grandes companhias que operam internacionalmente mantenham poderes monopolistas e, portanto, sejam capazes de extrair renda como resultado desses poderes em diferentes países e concentrá-las na forma de ganhos de capital, altos salários ou acumulação de riqueza. Tal proposição merece uma avaliação mais aprofundada, mas se estiver correta, o recente aumento dos maiores rendimentos na América do Norte e na Europa também pode ser um resultado de uma redistribuição internacional da renda de outros países.

Segundo a teoria neoclássica, a globalização reduziria a desigualdade no mundo em decorrência da convergência, que ocorreria pelos seguintes motivos, segundo Milanovic (2010):

- *Os países menos ricos recebem mais investimento diretos do exterior, pois são mais pobres e tendem a ter salários mais baixo gerando mais retornos que investimentos em países ricos;*
- *Os países mais pobres podem aproveitar da tecnologia desenvolvida pelos países mais ricos, sem com isso necessitar investir em P&D;*
- *Especialização na produção de bens dos países ricos ajudaria os países pobres a terem desenvolvimento mais acelerado;*
- *Os países pobres também aproveitariam políticas e instituições que se mostraram melhores na geração de bem-estar.*

Segundo o autor, assim seriam como os fatos supostamente aconteceriam. Mas o capital continua a ser destinado mais a países ricos que a pobres, vários números mostram isso, e o pior, seguindo o autor, é que um novo fluxo de capitais tem aumentado consideravelmente, que é o de países pobres para países ricos.

Em relação ao compartilhamento ou ao uso de tecnologias já desenvolvidas, deve-se destacar que, de acordo com a nova teoria do crescimento, a tecnologia é um bem excludente, ou seja, pode-se cobrar por seu uso. Logo, os países pobres precisam pagar pelo uso dessas tecnologias. Com a frustração desses dois elementos, fluxo de capital e tecnologia, a globalização não se mostrou favorável aos países pobres.

Lakner e Milanovic (2015) apresentaram novas evidências sobre a evolução da desigualdade interpessoal global entre os 1988 e 2008. Como visto, essa medida de desigualdade capta os efeitos da desigualdade dentro dos países e entre países.

Segundo os autores, medir a desigualdade global é muito mais difícil que medir a desigualdade em cada país. Na ausência de uma pesquisa global das famílias, eles combinaram pesquisas nacionais. O banco de dados inclui 565 questionários aos agregados familiares de cinco anos de referência e cada observação país-ano é representada pela renda média dos dez grupos decil de renda. As pesquisas nacionais coletam informações em moedas locais, sendo necessário convertê-las em uma moeda comum, de preferência ajustar as diferenças no nível de preços (entre países e tempo). Na construção da distribuição global, foram mescladas pesquisas de renda e de consumo.

O artigo de Lakner e Milanovic (2015) faz quatro contribuições ao estudo da desigualdade global de renda. Primeiro, compila uma nova e melhor base de dados de pesquisas nacionais de famílias em resposta a críticas ao conjunto de dados anteriores; segundo, permite apresentar resultados mais críveis da desigualdade interpessoal global de renda entre 1988 e 2008; terceira,

constrói painéis balanceados e desbalanceados dos decis por país para 5 anos de referência. Isso permite identificar quais países afetaram e quanto a desigualdade global, examinando uma distribuição mais desagregada de decis por país, podendo identificar aqueles que mais ganharam e perderam nesses 20 anos; quarta, apresenta um dos primeiros ajustes integrais das rendas superiores omitidos no estudo da desigualdade global.

Os autores acharam que o índice de gini global é de cerca de 70%. Esse índice diminuiu nos últimos 20 anos. A maior diminuição ocorreu entre 2003 e 2008. Grande parte da desigualdade global é explicada pelas diferenças entre países.

A composição regional da distribuição global mudou substancialmente nos últimos 20 anos. A China saiu dos níveis mais baixos de distribuição global, fato que tem tido um efeito muito grande, não apenas na composição regional, mas também na forma total da distribuição global. O crescimento na renda média e a mudança na desigualdade de renda na China foram excepcionalmente fortes.

2.4.RELAÇÃO ENTRE GLOBALIZAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

Nessa seção são apresentados estudos que tratam dos efeitos da globalização na desigualdade de renda.

De acordo com a teoria neoclássica do comércio internacional (modelo de Heckscher-Ohlin e um de seus teoremas, o teorema de Stolper-Samuelson, 1941), a abertura ao comércio levaria a um aumento do retorno real e nominal do fator abundante em um país e, ao contrário, a uma queda no retorno real e nominal do fator escasso do país. Assim, em países com oferta abundante de mão-de-obra barata e pouco qualificada (geralmente o caso dos países em desenvolvimento), a abertura ao comércio teria o efeito de aumentar os salários reais e nominais desses trabalhadores, conduzindo assim a uma diminuição da desigualdade. Por outro lado, em países com abundante oferta de capital físico e humano (geralmente o caso dos países desenvolvidos), a abertura ao comércio levará a um aumento do rendimento real e nominal dos proprietários desses fatores (por exemplo, altamente trabalhadores qualificados). Conseqüentemente, a desigualdade aumentaria nos países desenvolvidos. Em suma, de acordo com o teorema de Stolper-Samuelson, a globalização levaria a uma redução da desigualdade nos países em desenvolvimento e a um aumento da desigualdade nos países desenvolvidos. No entanto, essa conclusão contradiz a "visão popular" comumente aceita sobre a globalização e seus impactos, como observou Barro (2000: 27): "a teoria padrão parece entrar em conflito com as preocupações expressas no debate popular em curso sobre a globalização. A noção é que

uma expansão da abertura internacional (...) beneficiará a maioria dos residentes domésticos que já estão relativamente bem ".

Alguns autores encontraram evidências que apóiam os resultados do modelo de Heckscher-Ohlin (como Wood, 1994, Bourguignon e Morrisson, 1990, Calderón e Chong, 2001, Dollar e Kraay, 2004, Hanson e Harrison, 1999). Outros autores não encontraram correlação alguma entre a liberalização do comércio e a disparidade na distribuição de renda (como Li, Squire e Zou, 1998). Finalmente, vários autores destacaram a existência de evidências empíricas que contradizem o teorema de Stolper-Samuelson (Barro, 2000; Lundberg e Squire, 2003; Milanovic e Squire, 2005).

Bergh e Nilsson (2010) usaram o índice KOF da globalização¹ e o índice Fraser² de liberdade econômica e concluíram que as reformas em favor da liberdade econômica tendem a aumentar a desigualdade nos países mais ricos. Quanto aos países de renda média e baixa, verificou-se que o principal motor do aumento da desigualdade de renda é a globalização social, um dos componentes do índice KOF.

Bergh e Nilsson (2011) examinam a ligação entre a globalização e a desigualdade de renda dentro dos países, depois de adicionar várias variáveis de controle e controlar a endogeneidade potencial usando o método econométrico system-GMM. Concluíram que as reformas para aumentar a liberdade econômica parecem aumentar a desigualdade principalmente no Hemisfério Norte; Considerando que a globalização social é mais importante no Sul. Constatase também que as globalizações monetárias, jurídicas e políticas não tendem a aumentar a desigualdade. Este artigo tem a vantagem de fazer uma distinção entre diferentes formas de globalização. Além disso, este trabalho apresenta uma análise econométrica robusta.

Nos últimos tempos, a globalização tinha sido amplamente percebida tanto por pro-globalistas como antiglobalistas como um fenômeno de dupla face, que tinha sido benéfico para muitos países desenvolvidos, mas não ajudou em assuntos na maioria dos países em desenvolvimento.

¹ O Índice de Globalização KOF mede as dimensões econômicas, sociais e políticas da globalização, mede a globalização para todos os países do mundo e o índice original foi introduzido por Dreher (2006) e atualizado em Dreher et al. (2008).

² O índice mede o grau de liberdade econômica presente em cinco áreas principais: [1] Tamanho do Governo; [2] Sistema Legal e Segurança de Direitos de Propriedade; [3] Estabilidade da Moeda; [4] Liberdade de comércio internacional; [5] Regulamento. Dentro das cinco principais áreas, existem 24 componentes no índice. Muitos desses componentes são compostos por vários subcomponentes. No total, o índice compreende 42 variáveis distintas. Todas as variáveis vêm de fontes de terceiros, como o International Country Risk Guide, o Global Competitiveness Report e o projeto Doing Business do Banco Mundial, para que os julgamentos subjetivos dos autores não influenciem o índice. Isso também cria transparência e permite que os pesquisadores repliquem o índice. O índice dos anos anteriores é atualizado a cada nova edição para levar em conta as revisões nos dados subjacentes.

Portanto, um número considerável de pesquisas tinha provado teórica e empiricamente que a globalização teve um resultado misto. Os anti-globalistas argumentavam que a globalização afeta negativamente os países pobres, criando um aumento das desigualdades de renda dentro e entre os países do mundo, enquanto os pró-globalistas alegavam que a globalização promoveu um maior crescimento da geração de emprego e redução da pobreza (Roud e Whalley , 2002, Abid e Anila, 2005, Atif et al, 2012 e Bussmann, Soysa and Oneal, 2005). Na Ásia os tigres como a China, Japão, Coréia fornecem um exemplo de um efeito positivo da globalização sobre o crescimento. O crescimento espetacular dos países da Ásia Oriental retirou centenas de milhões de pessoas da pobreza. No entanto, em algumas regiões das Américas a globalização levou a deprimentes perspectivas econômicas. Da mesma forma, na maioria dos países africanos que abraçaram a globalização econômica resultou em divergência econômica estrutural.

Ogunyomi, et al, (2013) desenvolveram estudo que examina o impacto da globalização econômica sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico na Nigéria de 1986 a 2010. A metodologia do estudo foi principalmente o Modelo Econométrico Linear Estático. Dois modelos foram utilizados para testar as duas variáveis dependentes simultaneamente. Os resultados revelaram que a globalização econômica causou um aumento da desigualdade de renda, bem como redução do crescimento econômico da economia nigeriana, devido à grande ênfase na globalização financeira e outros desequilíbrios macroeconômicos, em vez da globalização do comércio. Por conseguinte, recomenda que, para que a economia da Nigéria aproveite os ganhos da globalização econômica, tal como os tigres asiáticos, o Governo deve demonstrar boa gestão em todos os níveis do governo através de uma política nacional protecionista, de eficiência orçamental, de estabilidade política e de infra-estruturas adequadas. Neutel e Heshmati (2006) examinaram relações entre globalização, desigualdade e pobreza. Seus resultados da análise de regressão transnacional mostram que há uma relação significativa entre a globalização e a desigualdade de renda.

Agenor (2002) examinou em que medida a globalização afeta os pobres em países de baixa e média renda. Ele começou com uma descrição de vários canais através dos quais a abertura comercial e a integração financeira podem ter um efeito adverso sobre a pobreza. Agenor (2001) apresentou regressões transversais que relacionam medidas de integração real e financeira com a desigualdade. Ele usou não apenas indicadores individuais de abertura comercial e financeira, mas também um "índice de globalização" baseado na análise de componentes principais e testado para efeitos lineares e não-lineares. Seus resultados sugerem

que existe uma relação em forma de U invertida entre globalização e desigualdade. Em níveis baixos, a globalização parece prejudicar os pobres; Mas para além de um determinado limiar, parece reduzir a pobreza - possivelmente porque traz consigo um impulso renovado para a reforma.

Figini e Gorg (1999) analisaram os efeitos ou as desigualdades salariais das empresas multinacionais no país de acolhimento. Seus resultados empíricos para o setor manufatureiro irlandês entre 1979 e 1995 sugeriram que existe uma forma de U invertido na desigualdade salarial. Eles descobriram que a presença de multinacionais, o que aumenta a demanda por mão de obra qualificada, levando a crescente desigualdade salarial entre trabalhadores qualificados e não qualificados. Ao longo do tempo, as empresas aprendem a nova tecnologia imitando as multinacionais e os trabalhadores anteriormente não qualificados se tornam hábeis trabalhando com a nova tecnologia. Isto, subsequentemente, leva a uma diminuição da desigualdade salarial. Feenstra e Hanson (1997) examinaram o aumento dos salários relativos dos trabalhadores qualificados no México durante a década de 1980. Eles argumentaram que o aumento da desigualdade salarial no México está ligado a entradas de capital do exterior. O efeito destas entradas de capital, que correspondem a um aumento da terceirização por parte das multinacionais dos Estados Unidos e de outros países do Norte, é deslocar a produção no México para produtos relativamente intensivos em habilidades, aumentando assim a demanda relativa por mão de obra qualificada. Eles descobriram que o crescimento do Investimento Estrangeiro Direto (IED), como um progresso na globalização, está positivamente correlacionado com a demanda relativa por mão de obra qualificada. Nas regiões onde o IDE tem sido mais concentrado, o crescimento do IDE pode representar mais de 50% do aumento da participação da mão-de-obra qualificada nos salários totais ocorrida no final dos anos 80 e 90, reduzindo a taxa de desigualdade.

Milanovic (2003) apresentou mais uma tentativa de discernir os efeitos da globalização usando dados de pesquisas de orçamentos familiares e analisando o impacto da abertura e do investimento direto estrangeiro sobre as parcelas de renda relativa de decis baixos e altos. Encontrou algumas evidências de que, em países de níveis de renda média muito baixos, são os ricos que se beneficiam da abertura. À medida que o nível de renda sobe para países como o Chile, a Colômbia ou a República Tcheca, por exemplo, a situação muda, e é a renda relativa dos pobres e da classe média que sobe em relação aos ricos. Parece que a abertura torna a distribuição de renda pior antes de melhorá-la, ou diferentemente, porque o efeito da abertura na distribuição de renda de um país depende do nível de renda inicial do país. Além disso,

Adams (2007) examinou o impacto da globalização sobre a desigualdade de renda para um corte transversal de sessenta e dois países em desenvolvimento ao longo de um período de dezessete anos. Os resultados do estudo indicam que a globalização explica apenas 15% da variância na desigualdade de renda. Estas conclusões sugerem que a globalização tem custos e benefícios e que a oportunidade de ganhos económicos pode ser concretizada num ambiente que apoia e promove instituições governamentais sólidas e credíveis, educação e desenvolvimento tecnológico.

Wan et al. (2007) discutiu o processo de globalização da China e estimou renda, incorporando comércio e IED variáveis. Eles descobriram que a globalização constitui uma parcela positiva e substancial da desigualdade regional, e tal parcela aumenta com o tempo.

Cornia (2003) analisou as mudanças na desigualdade global, entre os países e dentro dos países, em relação a 1980-2000, no contexto das mudanças ocorridas nessa área durante a globalização de 1870 a 1914. Ele descobriu que as mudanças recentes nas relações globais e inter - País não estão marcadas e dependem em parte das convenções adotadas para a sua medição. Em contrapartida, a desigualdade dentro do país parece ter aumentado claramente em dois terços dos setenta e três países analisados, principalmente devido à política de desregulamentação interna e de liberalização externa. Meschi e Vivarelli (2009) usaram uma especificação dinâmica para estimar o impacto do comércio internacional sobre a desigualdade de renda dentro de um país em uma amostra de sessenta e cinco países em desenvolvimento durante os períodos 1980-1999. Seus resultados sugerem que o comércio com países de renda alta piora a distribuição de renda. Sato e Fukushige (2009) analisaram os determinantes do coeficiente de Gini para receitas e despesas na Coreia do Sul entre 1975 e 1995. Em ambos os casos, não encontraram suporte para a hipótese de U invertida de Kuznets. Do ponto de vista da globalização econômica, a abertura de mercados de bens reduz a desigualdade de renda tanto no curto quanto no longo prazo. Por outro lado, a abertura dos mercados de capitais pode aumentar a desigualdade de renda em ambos os períodos.

Borjas e Ramey (1994) utilizam técnicas de cointegração para investigar os efeitos causais entre várias variáveis explicativas de desigualdade de renda para os Estados Unidos. Conclui-se que a única variável explicativa que segue uma tendência significativa de longo prazo para a desigualdade de renda é o déficit comercial de bens duráveis como uma porcentagem do PIB. Usando o comércio como um proxy para a globalização, o estudo sugere uma relação positiva entre desigualdade e globalização. Uma força particular deste trabalho é o rigor da análise econométrica de séries temporais. São apresentados testes robustos de inferências estatísticas

que demonstram a validade dos modelos empregados. No entanto, a principal limitação desta análise é que os dados de origem se referem apenas aos EUA. Por conseguinte, não é apropriado aplicar as conclusões obtidas a partir desta análise a outras economias, particularmente as dos países em desenvolvimento.

Edwards (1997) investiga a relação entre política comercial e distribuição de renda através da regressão de coeficiente de Gini em seis indicadores diferentes de abertura comercial. O documento conclui que não há evidência que sugira que a liberalização do comércio, ou aumento da globalização, tenha qualquer impacto significativo sobre a desigualdade de renda (Edwards 1997, p.209). A discussão sobre questões de medição dos indicadores de comércio é uma força relativa deste artigo. Mas usando mais de uma medida de liberalização do comércio, a análise mostra que alguns indicadores de aumento do comércio melhoram a distribuição de renda, outros têm o efeito oposto. Portanto, a análise conclui a ausência de qualquer ligação clara entre o aumento da desigualdade de comércio e renda. Contudo, uma limitação da análise é que o modelo de regressão dos mínimos quadrados ordinários não é estatisticamente significativo com $R^2 = 0,28$ (Edwards 1997, p.209).

Marjit, Beladi e Chakrabarti (2004) fornecem uma análise teórica do possível impacto do comércio sobre a desigualdade de renda. Em particular, a análise enfoca a diferença entre mão-de-obra qualificada e não qualificada em uma pequena economia em desenvolvimento. No entanto, como a discussão é predominantemente teórica, uma limitação deste trabalho é a falta de modelagem econométrica para apoiar as conclusões apresentadas.

Heshmat (2010) investiga a relação entre globalização e desigualdade de renda, desenvolvendo um novo índice de globalização baseado no crescimento econômico. Além disso, outros dois índices de globalização, Kearney não-paramétrico e análise de componentes principais paramétricos são usados como pontos de referência para comparar os resultados. O novo índice proposto é decomposto em quatro sub-componentes. O índice também é estimado em várias formas separadas por diferentes variáveis de crescimento econômico e em formas decompostas ou compostas. A principal característica desta abordagem é que a estimativa do índice de globalização e o exame de sua relação com o desenvolvimento econômico são conduzidos em uma etapa. Todos os índices são comparados em relação ao seu nível, desenvolvimento e correlações. A análise empírica é baseada em dados de painel constituídos por 61 países desenvolvidos e em desenvolvimento observados no período 1995-2001. A análise de regressão é utilizada para estimar os efeitos da globalização sobre a desigualdade de renda. Para examinar

a sensibilidade da relação entre globalização e desigualdade, empregam-se diferentes variáveis de desigualdade.

Poucos estudos têm tratado das ligações entre os fatores como desigualdade, pobreza, crescimento, comércio e globalização. Aghion e Williamson (1998) estudam as relações entre globalização, crescimento e desigualdade, enquanto Collier e Dollar (2001) examinam as relações entre globalização, crescimento e pobreza. Mahler (2001) mostra pouca evidência de uma relação entre a globalização econômica e o rendimento disponível ou rendimentos das famílias no caso dos países desenvolvidos. Mayer (2001) mencionou que a globalização dá benefícios mesmo aos países pobres, por exemplo, na forma de acesso a novas tecnologias e oportunidades, enquanto os países mostram capacidades diferentes de tecnologia, absorção de habilidades e desenvolvimento.

Manasse e Turrini (2001) examinaram os impactos da globalização sobre a desigualdade por meio da integração comercial, enquanto Miller (2001) argumenta que a globalização leva a um aumento significativo da desigualdade de renda. Lindert e Williamson (2001) afirmam que a globalização tem implicações muito diferentes para a desigualdade em um país. Os autores classificam os efeitos da globalização sobre a desigualdade em cinco categorias dentro e entre países. Entre os efeitos, uma é que um maior grau de globalização reduziu a desigualdade.

Talbot (2002) argumenta que uma nova desigualdade internacional derivou do antigo estilo de desigualdade internacional, o que explica a crescente desigualdade global. A globalização do século XIX foi uma das razões mais importantes para aumentar a desigualdade internacional.

Mussa (2003) examinou questões relacionadas com a distribuição dos benefícios da crescente atividade de globalização. Em geral, o foco no crescimento econômico mudou de identificação de fatores geradores de crescimento e convergência para como o crescimento é distribuído em uma economia. Heshmati (2006c) revisa a literatura econômica sobre a distribuição mundial de renda e desigualdade de renda. A pesquisa existente apoia o aumento da conscientização sobre o problema, sua mensuração e quantificação, a identificação de fatores causais e medidas políticas que afetam a desigualdade de renda global.

Summers (2006) reconhece que a globalização, além de efeitos positivos, tem efeitos adversos como o aumento da desigualdade. Em um recente estudo patrocinado pela WIDER-UNU, que consiste em estudos em economia de desenvolvimento e política elaborado por Nissanke e Thorbecke (2007), foi identificado o impacto da globalização sobre os pobres do mundo, focando em mecanismos de transmissão. O estudo é uma séria tentativa de compreender melhor as principais ligações e documentar alguns dos principais mecanismos de transmissão.

Os Resultados do referencial teórico está tabulado no Apêndice 1 deste trabalho. Pode-se verificar que, das 42 bibliografias pesquisadas, 61,9% afirma que de algum modo a globalização aumenta a desigualdade de renda e 40,48% que diminui. É possível perceber também que há uma intersecção entre esses dois conjuntos, ao se verificar 28,57% das pesquisas analisadas afirmam que a globalização tanto aumenta quanto diminui a desigualdade de renda, dependendo das condições, verificadas em cada um desses trabalhos, que a análise foi efetuada.

O Apêndice I foi disposto em ordem cronológica de maneira a facilitar a compreensão da evolução das conclusões teóricas acerca do assunto. Pode-se perceber que os primeiros trabalhos publicados sobre o tema afirmavam que a haveria aumento na desigualdade em economias ricas ao passo que os países com economias mais frágeis teria sua desigualdade reduzida. Em princípio isso não seria um efeito tão perverso, pois de algum modo haveria uma convergência em termos de igualdade de renda, aproximando países ricos dos menos ricos. Ocorre porém que alguns estudos têm mostrado trajetória diferente das desigualdades nos países, como o de Ogunyomi, Daisi e Oluwashikemi (2013), que encontrou um aumento considerável da desigualdade na Nigéria, devido à grande ênfase na globalização financeira e outros desequilíbrios macroeconômicos, em vez da globalização do comércio.

Os trabalhos pesquisados passam, com o tempo, a tentar identificar as causas de aumento ou diminuição da desigualdade. Várias são as causas detectadas, tais como qualificação de mão de obra decorrente da entrada de empresas internacionais; geração de empregos e renda, e consequente redução da pobreza; aumento da desregulamentação interna e liberalização; etc.

É relevante destacar o número de estudos que não encontrou correlação ou evidência suficiente de que a globalização interfere na desigualdade de renda dos países pesquisados. Cinco estudos chegaram a essa conclusão, o que representa cerca de 12 % dos artigos estudados.

Em relação a globalização, apesar de a maioria dos trabalhos pesquisados demonstrarem que a globalização aumenta a desigualdade de renda, é fundamental destacar que não é possível concluir os efeitos do fenômeno, mormente por que a quantidade de conclusões opostas também é consideravelmente alta.

2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho considerou como hipótese o fato de que a globalização contribui para o aumento da desigualdade de renda e riqueza.

Assim, o trabalho se propôs a identificar o que os principais estudos científicos afirmam acerca da influência da globalização no aumento da desigualdade de renda e riqueza

Os Resultados da revisão da literatura efetuada e apresentada na seção 3 estão tabulados no Apêndice 1. É possível identificar que 61,9% dos estudos analisados afirmam que de algum modo a globalização aumenta a desigualdade de renda e 40,48% que diminui.

Os primeiros trabalhos publicados sobre o tema afirmavam que a haveria aumento na desigualdade em economias ricas ao passo que os países com economias mais frágeis teriam sua desigualdade reduzida. Alguns estudos têm mostrado trajetória diferente das desigualdades nos países.

Alguns estudos não encontraram correlação ou evidência suficiente de que a globalização interfere na desigualdade de riqueza e renda dos países pesquisados. 5 Estudos chegaram a essa conclusão.

Em relação a globalização, ainda que a maioria dos trabalhos pesquisados demonstrem que a globalização aumenta a desigualdade de renda, não é possível concluir os efeitos do fenômeno, principalmente por que a quantidade de conclusões opostas também é consideravelmente alta. Sendo assim, é possível verificar que o objetivo do trabalho foi alcançado, e como tema de trabalhos futuros seria uma contribuição importante para o tema o desenvolvimento de um modelo matemático, tal como o apresentado por Atkinson, Piketty e Saez (2014), com variáveis que representem o comércio internacional, de maneira a representar a globalização, e variáveis de inovação tecnológica. Além disso, em completo a tal contribuição, testar o modelo por meio de análises empíricas, com dados de estudos já desenvolvidos, de forma a verificar a aplicabilidade do modelo.

3 A MOBILIDADE DE CAPITAIS E A DINÂMICA DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UM MODELO NEO-KALECKIANO DE CRESCIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

3.1.INTRODUÇÃO

Desde sua “fundação” a escola Pós-Keynesiana preocupou-se, com uma questão teórica fundamental: crescimento e distribuição de renda. Tal preocupação tem início com os trabalhos de Harrod (1939) e Domar (1946), que estenderam para o longo prazo os resultados obtidos por Keynes, demonstrando a possibilidade de existência do equilíbrio com desemprego em uma situação em que o estoque de capital cresce de forma contínua ao longo do tempo.

O resultado fundamental do modelo Harrod-Domar é que a obtenção de uma trajetória de crescimento estável com pleno-emprego da força de trabalho é possível, mas altamente improvável. Dessa forma, as economias capitalistas deverão, via de regra, apresentar um crescimento irregular — alternando períodos de crescimento acelerado com períodos de queda acentuada do nível de atividade econômica — e desemprego elevado. (Oreiro, 2011)

Kaldor(1957) e Pasinetti desenvolveram modelos de crescimento e distribuição de renda no qual o equilíbrio de longo-prazo é estável e com pleno emprego da força de trabalho. Para tanto, foi necessário o desenvolvimento de uma nova teoria de distribuição funcional da renda, na qual a variável de ajuste entre as decisões de poupança e investimentos é a distribuição funcional da renda entre salários e lucros . Nesse contexto, Kaldor e Pasinetti mostraram que um aumento (redução) do investimento irá gerar, em uma economia fechada e sem governo, um aumento (redução) equivalente na poupança, pois estará associado a um aumento (redução) da participação dos lucros na renda nacional. Como a propensão a poupar a partir dos lucros é maior do que a propensão a poupar a partir dos salários; segue-se que o aumento da participação dos lucros na renda estará associada a um aumento da poupança nacional.

Segundo Carvalho e Oreiro (2006), os modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição de renda podem ser divididos em três gerações, sendo que a primeira delas é composta pelos modelos de crescimento balanceado, como os de Kaldor (1957) e Pasinetti (1962). O aspecto teórico essencial dessa classe de modelos é determinar que condições devem ser atendidas para se obter uma trajetória de crescimento do produto caracterizada por pleno-emprego da força de trabalho; ou seja, trata-se de determinar as condições requeridas para a igualdade entre a taxa garantida e a taxa natural de crescimento do produto real.

A segunda geração de modelos não está preocupada com trajetórias de crescimento balanceadas. Essa geração de modelos considera a acumulação de capital como um processo aberto, determinado pelas instituições (por exemplo, pelo nível de organização dos sindicatos de trabalhadores) e pelo “animal spirits” dos capitalistas. O crescimento é determinado pela taxa desejada de acumulação de capital e o nível de produção é determinado pela demanda. Um exemplo dessa classe de modelos é dado por Rowthorn (1981).

A primeira e a segunda geração de modelos pós-keynesianos têm em comum o fato de que ambas lidam com economias não-monetárias com uma estrutura linear de equações dinâmicas. A terceira geração de modelos – talvez inspirada pela crítica de Kregel (1985) aos modelos de primeira geração – tenta integrar os aspectos real e monetário da teoria pós-keynesiana num arcabouço dinâmico caracterizado pela existência de não-linearidades. Alguns exemplos dessa classe de modelos são Jarsulic (1989), Watanabe (1997), Lima (1999) e Carvalho e Oreiro (2007).

Um tema abordado recentemente pela terceira geração de modelos de crescimento e distribuição de renda refere-se a análise dos efeitos de diferentes regras de política monetária sobre a performance de longo-prazo das economias capitalistas. Mais especificamente, autores como Setterfield (2005) incorporam a condução da política monetária por intermédio do regime de metas de inflação no arcabouço teórico dos modelos pós-keynesianos de crescimento e distribuição de renda, procurando argumentar que o regime de metas de inflação não é, per se, incompatível com a economia pós-keynesiana.

Os modelos Neo-Kaleckianos, ou de segunda geração, tem base em Bob Rowthorn. Para Rowthorn (1981), a premissa básica dos modelos kaleckianos é que o crescimento é liderado pelos salários (wage-led). Em uma economia que opera abaixo da capacidade total, o aumento da participação dos salários reais no rendimento total, obtido por meio de aumentos reais de salário que superam o crescimento da produtividade, tem a capacidade de gerar a demanda necessária para evocar níveis mais altos de produção. Isso, por sua vez, eleva o nível de

utilização da capacidade e, portanto, a taxa de lucro sobre o estoque de capital existente, induzindo assim as empresas a aumentar os seus investimentos

Na análise da estática comparativa dos modelos Neo-Kaleckianos, Blecker (2002) define os seguintes possíveis resultados:

- *O regime de demanda é dito "estagnacionista", quando um aumento da participação dos lucros na renda resulta numa diminuição do grau de utilização da capacidade produtiva da economia. Quando a dinâmica se der ao contrário, o regime de demanda é dito "aceleracionista" ;*
- *A relação entre as classes sociais (capitalistas e trabalhadores) é dita "cooperativa" quando um aumento da participação dos salários na renda está associada a um aumento da taxa de lucro. Quando a dinâmica se der ao contrário, a relação entre as classes sociais é "não cooperativa" ou "conflituosa";*
- *O regime de acumulação é dito "profit-Led", quando um aumento da participação dos lucros na renda está associado a um aumento da taxa de acumulação de capital; e "wage-led" quando um aumento da participação dos salários na renda está associado a uma redução da taxa de acumulação de capital .*

Neste contexto o objetivo do presente artigo é apresentar um modelo Neo-Kaleckiano de crescimento e distribuição de renda para uma pequena economia aberta com mobilidade internacional de capitais, afim de analisar os efeitos dessa mobilidade sobre a taxa de acumulação de capital, a taxa de lucro e a taxa de juros de equilíbrio de longo-prazo do sistema. Em particular, deseja-se determinar o efeito da mobilidade de capitais sobre a relação entre a taxa de crescimento do produto (e do estoque de capital) e a taxa de lucro (e de juros), com o intuito de avaliar em que medida a dinâmica da distribuição de renda pode ser afetada pela assim chamada "globalização financeira". A importância da relação entre a taxa de crescimento do produto (e do estoque de capital) e a taxa de lucro (e de juros) para a dinâmica da distribuição de renda no capitalismo foi ressaltada recentemente por Piketty (2014). Dessa forma, o presente artigo irá contribuir para a fronteira do conhecimento na teoria pós-keynesiana ao fazer uma ponte entre os modelos de segunda geração e o trabalho de Piketty (2014) sobre a natureza da desigualdade da distribuição de renda no capitalismo.

Para isso esse artigo será dividido, além desta introdução em mais 6 Seções. A segunda seção apresenta a estrutura do modelo, enquanto a terceira apresenta o equilíbrio de curto prazo para o modelo. A quarta seção examina a estática comparativa do equilíbrio de curto prazo. A quinta seção examina o equilíbrio de longo prazo e a estabilidade do modelo. A sexta seção apresenta

o modelo de Piketty (2014), procurando mostrar em que medida o aumento da “globalização financeira” pode contribuir para o aumento da desigualdade de renda no capitalismo. Por fim, a última seção faz um resumo das conclusões obtidas ao longo do artigo.

3.2. ESTRUTURA DO MODELO

Consideremos uma pequena economia aberta, que produz um único bem, que serve tanto para consumo quanto para investimento.

Inicialmente é fundamental encontrar a equação de preço. Considerando que o preço é formado colocando o *mark-up* sobre o custo unitário de produção, e que o único insumo é mão-de-obra tem-se:

$$P = (1 + z)wa_0 = \varphi wa_0 \quad (1)$$

Onde: P é o preço; $\varphi = (1 + z)$ é o *mark-up*; w é a taxa de salário nominal e a_0 é o requisito unitário de mão de obra

Considerando que o *profit share*, que é a participação dos lucros na renda, determinada a partir da taxa de *mark-up* fixada pelas empresas sobre o custo unitário de produção, é o lucro unitário dividido pelo valor adicionado, tem-se:

$$\pi = \frac{(p-wa_0)X}{pX}$$

$\pi > 0$, pois $p > wa_0$, desde que $z > 0$

$$\pi = \frac{z}{(1+z)} \quad (2)$$

Assim, a distribuição de renda está determinada em nível micro, ou seja, a decisão das empresas acerca da taxa de *mark-up* é que determina distribuição de renda. A variável z reflete a estrutura de mercado no qual as empresas operam, a qual depende da concentração de mercado, do nível das barreiras de entrada e do grau de substitubilidade entre os produtos. No curto prazo supõe-se todas essas variáveis como dadas. Assim, as empresas irão fixar o maior *mark-up* compatível com a estrutura de mercado que estão operando.

Aplicando o log natural na equação de formação de preços e derivando com respeito ao tempo, temos que:

$$\hat{p} = \hat{\varphi} + \hat{w} + \hat{a}_0$$

$$\hat{\varphi} = 0$$

$$\hat{a}_0 = 0$$

Supondo que no curto prazo o *mark-up* é fixo e que não há progresso técnico, temos então que:

$$\hat{p} = \hat{w} \quad (3)$$

Ou seja, a taxa de inflação é igual à taxa de crescimento dos salários nominais.

O que determina a inflação salarial? Para responder a essa pergunta vamos supor que os sindicatos formulam suas demandas por reajuste de salário nominal tendo em vista a obtenção de uma meta para a participação dos salários na renda agregada (Rowthorn, 1981). Seja \bar{m} a participação dos salários na renda que é desejada pelos trabalhadores. Temos que essa meta define implicitamente a participação dos lucros na renda que os sindicatos desejam, como podemos observar na equação abaixo:

$$\bar{m} = (1 - \bar{\pi}) \quad (4)$$

Iremos supor que $\bar{\pi}$, participação nos lucros na renda desejada pelos trabalhadores, seja uma função decrescente da taxa de emprego, a qual pode ser aproximada pelo grau de utilização da capacidade produtiva. Isso porque, na medida em que aumenta o grau de utilização da capacidade aumenta a taxa de emprego, aumentando assim o poder de barganha dos sindicatos, os quais irão querer se apropriar de uma fração maior da renda nacional³.

Temos, então, que:

$$\bar{\pi} = \pi_0 - \pi_1 u \quad (5)$$

Onde

$$\pi_0 > 0$$

$$0 < \pi_1 < 1$$

$$\pi_0 > \pi_1 u$$

Substituindo (5) em (4) e a resultante em (3) temos que:

$$\hat{p} = \alpha (\pi - \pi_0) + \alpha \pi_1 u \quad (6)$$

A equação (6) mostra a existência de uma relação positiva, de curto prazo, entre a taxa de inflação e o grau de utilização da capacidade produtiva. Isso porque um aumento do grau de utilização da capacidade produtiva está associado a um aumento da taxa de emprego e, por conseguinte, do poder de barganha dos sindicatos; os quais passam a demandar uma participação maior dos salários na renda, levando assim a uma aceleração da inflação salarial.

³ NOTA: seja $e=LN$ a taxa de emprego, onde L representa o numero de trabalhadores empregados e N a força de trabalho. Temos que : $e=LYYKKN=a0uk$ onde: $a0$ é o requisito unitário de mão-de-obra; u é o grau de utilização da capacidade produtiva e k é o estoque de capital por trabalhador. Dados : $a0$ e k , a taxa de emprego (% da força de trabalho que está empregada) é uma função crescente do grau de utilização da capacidade produtiva.

Dadas as condições de concorrência no mercado de bens, as empresas irão repassar esses aumentos salariais para os preços, acelerando a inflação.

Definindo a condição de equilíbrio no mercado de bens para uma pequena economia aberta e com governo, deve-se considerar que $D =$ Déficit na Balança Comercial, $C =$ Consumo, $I =$ Investimento, $G =$ Gastos do Governo e $X =$ Renda, tem-se então que o déficit em conta corrente será dado por:

$$D = (C + I + G) - X \quad (7)$$

O consumo agregado é determinado pela massa total de salários, pois os trabalhadores gastam tudo o que ganham (Kalecki, 1954), e pela fração consumida dos lucros dos capitalistas.

$$PC = wL + (1 - s_c)rpK \quad (8)$$

Onde $w =$ taxa de salário nominal; $L =$ número de trabalhadores empregados, $s_c =$ propensão a poupar a partir dos lucros, $r =$ taxa de lucro e $K =$ tamanho do estoque de capital.

Dividindo-se a equação (8) por K tem-se que

$$\frac{c}{K} = va_0u + (1 - s_c)r \quad (9)$$

Onde va_0 é a participação dos salários na renda $= (1 - \pi)$.

Considerando que a taxa de lucro é igual à razão entre o montante de lucros e o valor real do estoque de capital, podemos demonstrar que:

$$r = \frac{R}{K} = \frac{R X}{X K} = \pi u \quad (10)$$

Onde π é a participação dos lucros na renda e u é o grau de utilização da capacidade produtiva.

Substituindo (10) em (9), obtemos o consumo como proporção do estoque de capital:

$$\frac{c}{K} = va_0u + (1 - s_c)\pi u \quad (11)$$

Iremos passar agora a análise dos determinantes dos gastos de investimento. Supondo que a taxa desejada de crescimento do estoque de capital é dada pela seguinte equação:

$$g = \frac{I}{K} = g_0 + g_1u + g_2(\pi u - i) \quad (12)$$

Onde g_0 é uma medida do "espírito animal" dos capitalistas, g_1 é uma medida da sensibilidade da taxa desejada de acumulação de capital ao grau de utilização da capacidade produtiva u , e g_2 é a sensibilidade da taxa desejada de acumulação de capital entre a taxa de lucro (igual ao produto entre a participação dos lucros na renda e o grau de utilização da capacidade produtiva) e a taxa de juros doméstica.

Como u e r são correlacionadas, pois $r = \pi u$ e $\pi = cte$, então não se faz necessário incluir o u separadamente. Assim, doravante faremos $g_1 = 0$.

No que se refere aos gastos de consumo e custeio do governo⁴ iremos supor que o governo ajusta seus gastos de forma a manter uma proporção desejada entre os mesmos e o estoque de capital. Dessa forma temos que:

$$\gamma = \frac{G}{K} \quad (13)$$

Onde: γ é a proporção desejada entre os gastos de consumo e de custeio do governo e o tamanho do estoque de capital.

Dividindo-se a equação (7) por K, temos que:

$$\frac{D}{K} = \frac{C}{K} + \frac{I}{K} + \frac{G}{K} - \frac{X}{K} \quad (14)$$

Substituindo as equações (12), (11) e (13) em (14), chegamos a seguinte expressão:

$$d = (g_1 + g_2\pi - s_c\pi)u + (g_0 + \gamma) - g_2i \quad (15)$$

Dessa equação é possível derivar a curva IS (Figura 1), a qual corresponde ao lócus das combinações entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital e o nível de utilização da capacidade produtiva para os quais o mercado de bens se encontra em equilíbrio.

$$\left. \frac{\partial d}{\partial u} \right|_{is} = g_1 + g_2\pi - s_c\pi$$

$$\left. \frac{\partial d}{\partial u} \right|_{is} < 0 \rightarrow g_1 + g_2\pi < s_c\pi$$

$$s_c > \frac{g_1}{\pi} + g_2, \text{ condição 1}$$

Se $g_1 = 0 \rightarrow s_c > g_2$, condição padrão de estabilidade em modelos Keynesianos

⁴ No que se segue iremos supor que os gastos do governo são “improdutivos”, ou seja, eles não contribuem para aumentar a capacidade de produção da economia.

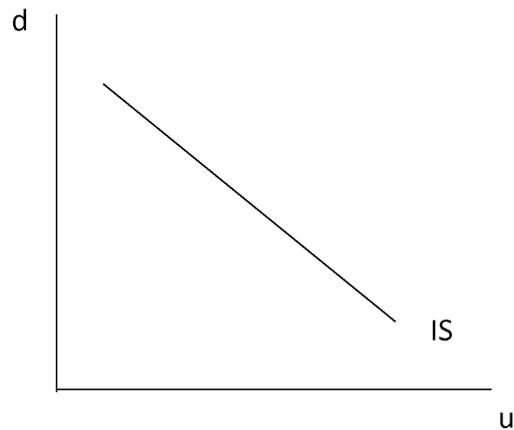


Figura 1- Curva IS: lócus das combinações entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital

Para fechar o modelo, devemos especificar a equação que determina o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital.

Para tanto iremos supor que na economia em consideração, prevalece um regime de câmbio fixo num contexto de conta de capitais (imperfeitamente) aberta. Dessa forma, o balanço de pagamentos deverá estar continuamente em equilíbrio, com o déficit (superávit) da conta corrente sendo financiado por um superávit (déficit) da conta de capitais. Isso posto, iremos supor que o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos como proporção do estoque de capital (igual ao superávit em conta capital) é dado pela seguinte equação :

$$d = d_0 + d_1(i - i^* - \rho) + d_2u \quad (16)$$

Onde: d_0 é o componente autônomo (estrutural) do déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital; d_1 é a sensibilidade do déficit em conta corrente (do superávit da conta de capitais) como proporção do estoque de capital ao diferencial - ajustado pelo prêmio de risco país - entre a taxa nominal de juros doméstica e a taxa nominal de juros internacional e d_2 é a sensibilidade do déficit em conta corrente (do superávit da conta de capitais) como proporção do estoque de capital ao nível de utilização da capacidade produtiva.; i é a taxa de juros de curto prazo; i^* é a taxa de juros internacional e ρ é o prêmio de risco país.

A medida de mobilidade de capital que utilizaremos para avaliar o impacto sobre a distribuição de renda é o grau de abertura da conta de capitais, o d_1 .

A equação (16) define a curva BP, ou seja, o lócus das combinações entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital e o nível de utilização da capacidade produtiva para as quais o balanço de pagamentos está em equilíbrio (figura 2).

$$\left. \frac{\partial d}{\partial u} \right|_{BP} = d_2 > 0$$

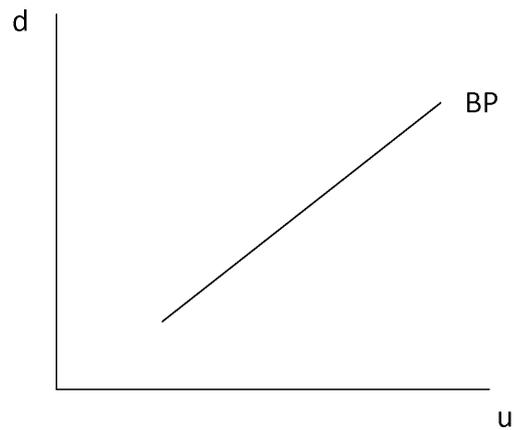


Figura 2 - Curva BP: locus das combinações entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital e o nível de utilização da capacidade produtiva

3.3.EQUILÍBRIO DE CURTO-PRAZO

A economia estará em equilíbrio de curto prazo quando a demanda agregada se iguala ao nível de produção. Para encontrarmos o grau de utilização da capacidade de equilíbrio, iremos igualar as equações (15) e (16). Após os algebrismos necessários segue que:

$$u^E = \frac{(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \quad (17)$$

O equilíbrio de curto-prazo pode ser visualizado por meio da figura 3:

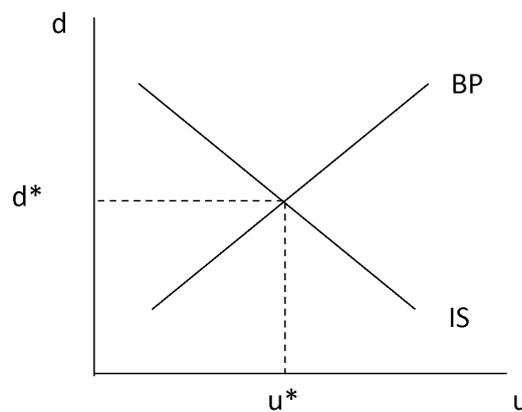


Figura 3 - Equilíbrio de Curto Prazo

A equação (17) apresenta o nível de equilíbrio de curto-prazo do grau de utilização da capacidade produtiva, ou seja, o nível de utilização da capacidade para o qual a demanda agregada é igual ao nível de produção e há equilíbrio em transações correntes. Para que o equilíbrio de curto-prazo seja estável é necessário que as seguintes condições sejam atendidas:

Condição 2a: $\pi(s_c - g_2) + d_2 > 0$

Condição 2b $u^E > 0 \rightarrow g_0 + \gamma + d_1(i^* + \rho) > d_0 + (g_2 + d_1)$

Condição 2C $u^E < 1 \rightarrow g_0 + \gamma - d_0 - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho) < \pi(s_c - g_2) + d_2$

Para encontrar a taxa de crescimento do estoque de capital de equilíbrio de curto-prazo, deve-se substituir a equação (17) na equação (12), obtendo assim a seguinte expressão:

$$g^E = \frac{g_0(\pi(s_c - g_2) + d_2) + g_2\pi[(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)] - i(\pi(s_c - g_2) + d_2)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \quad (18)$$

Para encontrar o déficit em conta corrente de equilíbrio de curto-prazo, basta substituir (17) em (16). Temos então que:

$$d^E = \frac{d_0[\pi(s_c - g_2) - g_1] + d_1\{(i - i^* - \rho)(\pi(s_c - g_2 + d_2 - g_1) + d_2)\} + d_2(g_0 + \gamma - i g_2)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \quad (19)$$

Para fechar a solução de curto-prazo do modelo, devemos calcular a taxa de inflação e a taxa de lucro de equilíbrio de curto-prazo. Para isso substituímos a equação (17) na equação (6), obtendo a seguinte expressão.

$$\hat{p}^E = \alpha(\pi - \pi_0) + \alpha\pi_1 \frac{(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \quad (20)$$

Por fim, a taxa de lucro de equilíbrio de curto-prazo é determinada por meio da equação (21):

$$r^E = (\pi) \left(\frac{(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \right) \quad (21)$$

3.4. ESTÁTICA COMPARATIVA

Nesta seção iremos realizar os exercícios de estática comparativa, ou seja, analisaremos os efeitos sobre a configuração de equilíbrio de curto-prazo de mudanças exógenas nos parâmetros do modelo.

O primeiro passo é analisar os efeitos sobre o grau de utilização da capacidade produtiva de uma mudança na participação dos lucros na renda. Isso irá definir o *regime de demanda* da economia.

Assuma de (17) que:

$$(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho) = E \quad (22)$$

No que se segue, em decorrência da Condição 2b, temos que $E > 0$.

Assim,

$$u^E = \frac{E}{\pi(s_c - g_2) + d_2}$$

$$u^E = E[\pi(s_c - g_2) + d_2]^{-1} \quad (23)$$

Diferenciando a equação (23) com respeito a u e π , temos que:

$$\frac{\partial u^E}{\partial \pi} = \frac{-E(s_c - g_2)}{[\pi(s_c - g_2) + d_2]^2} \quad (24)$$

Com base em (24) podemos concluir que:

$$(s_c - g_2) > 0 \rightarrow \frac{\partial u^E}{\partial \pi} < 0$$

Temos então, para essa economia, que um aumento na participação dos lucros na renda está associado a uma redução da taxa de utilização do capital, caracterizando o regime de demanda como *estagnacionista*.

Na sequencia iremos analisar os efeitos da variação da participação dos lucros na renda sobre a taxa de crescimento do estoque de capital para determinar o regime de crescimento.

Tomemos que:

$$(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho) - i(\pi(s_c - g_2) + d_2) = Q \quad (25)$$

Temos então que:

$$g^E = \frac{g_0(\pi s_c + d_2) + g_2 \pi(Q)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \quad (26)$$

Diferenciando a equação (26) com respeito a g e π , temos que:

$$\frac{\partial g^E}{\partial \pi} = \frac{g_2 d_2 [(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)]}{(\pi(s_c - g_2) + d_2)^2} \quad (27)$$

Supondo que $(g_0 + \gamma - d_0) > (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)$ temos *condição suficiente* para que $\frac{\partial g^E}{\partial \pi} > 0$, ou seja, para que o regime de crescimento seja *profit-led*. Na sequencia iremos analisar os efeitos da variação da participação dos lucros na renda sobre a taxa de lucro. Derivando a equação (21) em função de π , temos:

$$\frac{\partial r^E}{\partial \pi} = \frac{d_2 [(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)]}{(\pi(s_c - g_2) + d_2)^2} \quad (28)$$

Considerando que $(g_0 + \gamma - d_0) > (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)$ então nessa economia prevalece o conflito de interesses entre capital e trabalho, ou seja $\frac{\partial r^*}{\partial \pi} > 0$.

A inflação também sofre efeito da variação da participação do lucro na renda, e seguimos a mesma lógica para avaliar esse efeito.

$$\frac{\partial \hat{p}^E}{\partial \pi} = \alpha - \frac{((g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho))(s_c - g_2)}{(\pi(s_c - g_2) + d_2)^2} \quad (29)$$

Não há condição suficiente para garantir que um aumento da participação dos lucros na renda irá aumentar ou reduzir a taxa de inflação.

Também examinaremos o impacto sobre o grau de utilização da capacidade produtiva, a taxa de acumulação de capital, a taxa de inflação e a taxa de lucro de variações exógenas da taxa de juros doméstica. Vamos começar pela análise do regime de demanda, verificando o comportamento da taxa de utilização do capital

$$\frac{\partial u^E}{\partial i} = -\frac{(g_2 + d_1)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} < 0 \quad (30)$$

Na expressão (30) observamos que o aumento na taxa de juros doméstica reduz o grau de utilização da capacidade produtiva de equilíbrio de curto-prazo, pois reduz o investimento desejado pelas firmas para uma dada taxa de lucro.

Agora vamos examinar como varia o crescimento do estoque de capital em função da taxa de juros doméstica. Temos que:

$$\frac{\partial g^E}{\partial i} = \frac{-g_2 \pi [(g_2 + d_1)]}{\pi (s_c - g_2) + d_2} - g_2 < 0 \quad (31)$$

Nesse caso temos que $\frac{\partial g^E}{\partial i} < 0$, então o aumento na taxa de juros diminui a taxa de crescimento do estoque de capital de equilíbrio de curto-prazo, o que é mais provável de acontecer quando há maior controle de capitais.

Temos que o efeito sobre a taxa de lucro de equilíbrio de curto-prazo de um aumento da taxa de juros doméstica é dado por:

$$\frac{\partial r^E}{\partial i} = \frac{-\pi (g_2 + d_1)}{\pi (s_c - g_2) + d_2} < 0 \quad (32)$$

Faremos um exercício de análise do impacto de mudanças em d_1 sobre as variáveis endógenas.

$$\frac{\partial g^E}{\partial d_1} = \frac{-(i - i^* - \rho)}{\pi (s_c - g_2) + d_2} < 0 \quad (33)$$

E

$$\frac{\partial r^E}{\partial d_1} = \frac{-(i - i^* - \rho)\pi}{\pi (s_c - g_2) + d_2} < 0 \quad (34)$$

Então temos que enquanto maior a mobilidade de capital, medida por d_1 , menor é a taxa de crescimento do estoque de capital, e menor a taxa de lucro de equilíbrio de curto prazo. Essa variável tem um impacto positivo sobre os preços, como se observa da equação:

$$\frac{\partial \hat{p}^*}{\partial d_1} = \frac{\alpha \pi_1 i^*}{\pi (s_c - g_2) + d_2 - g_1} \quad (34)$$

E por fim, vamos analisar os sinais das derivadas dessas funções referentes a inflação e ao déficit em conta corrente com respeito a taxa de juros doméstica e ao prêmio de risco país.

$$\frac{\partial \hat{p}^*}{\partial i} = \frac{-d_1}{\pi (s_c - g_2) + d_2} < 0 \quad (35)$$

$$\frac{\partial \hat{p}^*}{\partial \rho} = \frac{d_1}{\pi (s_c - g_2) + d_2} > 0 \quad (36)$$

De (35) e (36) verificamos que a inflação é negativamente influenciada pela taxa de juros doméstica e positivamente afetada pelo prêmio de risco.

$$\frac{\partial d^*}{\partial i} = d_1 + \frac{d_2 (d_1 - g_2)}{\pi (s_c - g_2) + d_2} \quad (37)$$

No caso do déficit em conta corrente, verifica-se pela equação (37) que há um efeito ambíguo em relação a seu comportamento diante de uma variação da taxa de juros. Se o grau de abertura

das contas de capital suficientemente elevado então um aumento na taxa de juros interna aumenta o déficit em conta corrente, $\frac{\partial d^*}{\partial i} > 0$. Caso contrário, há uma redução no déficit.

$$\frac{\partial d^*}{\partial \rho} = \frac{-d_1(\pi(s_c - g_2 + d_2 - g_1) + d_2)}{\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1} < 0 \quad (38)$$

Já o prêmio de risco país influencia negativamente o déficit em conta corrente.

3.5. EQUILÍBRIO DE LONGO PRAZO

No longo prazo, o prêmio de risco país e a taxa de juros doméstica são variáveis endógenas, de tal forma que a sua dinâmica é explicada pelas equações (39) e (40) apresentadas abaixo:

$$\frac{\partial i}{\partial t} = i' = \vartheta(\widehat{P}^* - \widehat{P}^M) \quad (39)$$

$$\frac{\partial \rho}{\partial t} = \rho' = B(d - \bar{d}) \quad (40)$$

Onde: \widehat{P}^M é a meta de inflação de longo-prazo; \bar{d} ⁵ é o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital que é sustentável no longo-prazo.

A equação (33) estabelece que a autoridade monetária irá aumentar a taxa de juros doméstica se a taxa de inflação for maior do que a meta para essa variável. Essa equação explicita a regra de política monetária seguida pelo Banco Central.

Na equação (34) observamos que a dinâmica do prêmio de risco país depende da diferença entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital e o valor normal desse déficit \bar{d} ⁶. A ideia subjacente a essa equação é que os mercados financeiros formam uma determinada *convenção* a respeito do nível déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital que considera aceitável/sustentável no longo prazo. Nesse contexto, quando $d > \bar{d}$, o risco percebido de default soberano irá aumentar gradativamente ao longo do tempo, levando a um aumento do prêmio de risco país.

Da seção anterior sabemos que:

$$\widehat{P}^E = P(i, \rho) \quad (41)$$

$$\bar{d} = d(i, \rho) \quad (42)$$

Inicialmente iremos definir o equilíbrio de longo prazo do modelo. Tal equilíbrio ocorre quando o *locus* i' se cruza com o *locus* ρ' , onde é satisfeita a seguinte condição:

$$i' = \rho' = 0 \quad (43)$$

⁵ $d > \bar{d}$. Endividamento externo aumenta devido ao maior fluxo de capital, eu aumenta também o prêmio de risco país.

⁶ O grau normal do déficit é o nível de déficit em conta corrente que é compatível com uma relação entre dívida externa e exportações que é estável no longo-prazo. A esse respeito ver Oreiro e Rocha (2013).

Então, no equilíbrio de longo prazo, a inflação efetiva deve ser igual à meta de inflação e o déficit em conta corrente (como proporção do estoque de capital) deve ser igual ao grau normal da referida variável, ou seja: $\widehat{P}^E = \widehat{P}^M$ e $d = \underline{\bar{d}}$. Se $\underline{\bar{d}} > 0$ o equilíbrio de longo prazo é compatível com o endividamento crescente.

Substituindo (20) em (39), temos que:

$$i' = \vartheta \left(\left(\alpha (\pi - \pi_0) + \alpha \pi_1 \frac{(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1(i^* + \rho)}{\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1} \right) - \widehat{P}^M \right) \quad (44)$$

A equação (44) pode ser usada para determinarmos o lócus $\left(\frac{di}{dt}\right) = 0$, ou seja, o lugar geométrico das combinações entre i e ρ , para as quais a taxa de juros permanece constante ao longo do tempo. Sendo assim, obtemos o seguinte resultado:

$$i^{**} = \frac{-\widehat{P}^M(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) - \alpha(\pi - \pi_0)(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) - \alpha\pi_1(g_0 + \gamma - d_0) - \alpha\pi_1 d_1 i^* - \alpha\pi_1 d_1 \rho^{**}}{\alpha\pi_1(g_2 + d_1)} \quad (45)$$

Tomando

$$A = -\widehat{P}^M(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) - \alpha(\pi - \pi_0)(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) - \alpha\pi_1(g_0 + \gamma - d_0)$$

Temos

$$i^{**} = \frac{A}{\alpha\pi_1(g_2 + d_1)} - \frac{d_1 \rho^{**}}{(g_2 + d_1)} \quad (46)$$

A inclinação do lócus $i' = 0$ pode ser obtida ao diferenciarmos a equação (40) com respeito a i e ρ , obtendo:

$$\frac{\partial i}{\partial \rho} \Big|_{i'=0} = -\frac{d_1}{(g_2 + d_1)} < 0 \quad (47)$$

Dessa forma, a derivada parcial será negativa, e o lócus pode ser visualizado na figura 4 abaixo

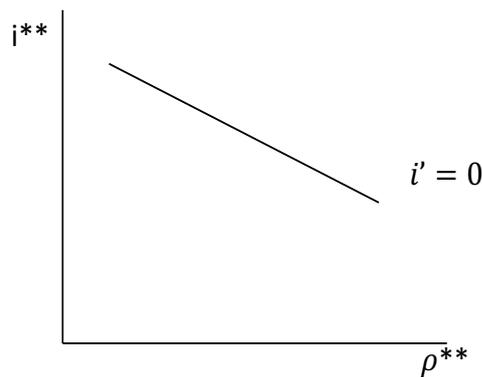


Figura 4 - Lugar Geométrico onde $i'=0$

Do mesmo modo, substituindo (16) em (40) temos:

$$\rho' = B \left((d_0 + d_1(i - i^* - \rho) + d_2 u) - \underline{\bar{d}} \right) \quad (48)$$

Substituindo (17) em (48), e tomando $\rho' = 0$, temos que:

$$\rho^{**} = - \frac{[d_0 + d_1 i - d_1 i^*][\pi(s_c - g_2) + d_2] + d_2[(g_0 + \gamma - d_0) - (g_2 + d_1)i + d_1 i^*] - \bar{d}[\pi(s_c - g_2) + d_2][\pi(s_c - g_2) + d_2]}{[\pi(s_c - g_2) + d_2 - 1]} \quad (42)$$

A inclinação do locus $\partial\rho/\partial t = 0$ pode ser obtida ao diferenciarmos a equação (42) com respeito a i e ρ , obtendo:

$$\frac{\partial\rho}{\partial i} \Big|_{\rho'=0} = - \frac{d_1 \pi(s_c - g_2)}{[\pi(s_c - g_2) + d_2 - 1]}$$

Dessa forma, a derivada parcial será positiva é negativa, e é representada pela figura 5.

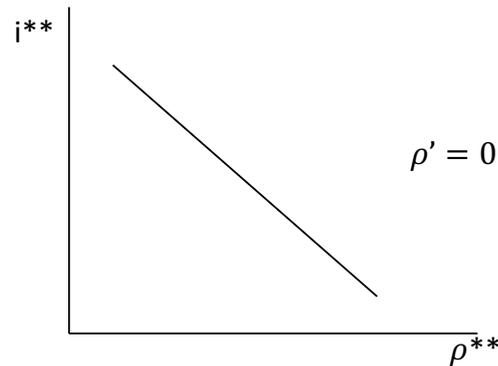


Figura 5 - Lugar Geométrico onde $p'=0$

O equilíbrio de longo prazo do sistema corresponde aos valores de i e ρ que satisfazem simultaneamente as equações (46) e (49). Isso irá ocorrer no ponto de intercessão entre os *locus* $i'=0$ e $\rho'=0$. Como o locus $i'=0$ tem inclinação negativa, e considerando que é satisfeita a condição para que a inclinação do locus $\rho'=0$, existe um ponto de interseção entre os *locus* $i'=0$ e, tal como pode ser visualizado por intermédio da Figura 6.

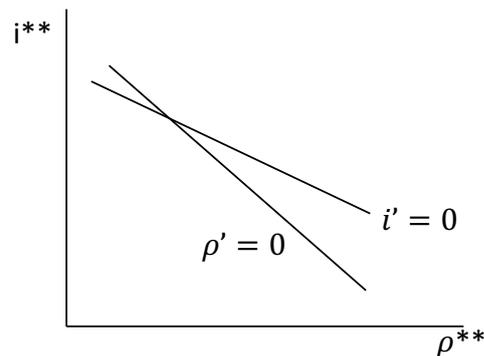


Figura 6 - ponto de interseção entre os locus $i' = p' = 0$

A análise de estabilidade do sistema pode ser feita por meio da matriz Jacobiana associada ao sistema formado pelas equações (37) e (41). Os elementos da matriz Jacobiana são apresentados abaixo:

$$J_{11} = \frac{\partial i'}{\partial i} = \frac{-\vartheta \alpha \pi_1 (g_2 + d_1)}{\pi(s_c - g_2) + d_2}$$

$$J_{12} = \frac{\partial i'}{\partial \rho} = \frac{-\vartheta d_1}{\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1}$$

$$J_{21} = \frac{\partial \rho'}{\partial i} = B \left(d_1 - \frac{d_2(g_2 + d_1)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \right)$$

$$J_{22} = \frac{\partial \rho'}{\partial \rho} = -B \left(d_1 + \frac{d_1 d_2}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \right)$$

Para a análise da estabilidade iremos considerar o Teorema de Olech (Gandolfo, 1997, p.354-355), que afirma que para que um sistema de equações diferenciais 2x2 seja localmente estável é necessário e suficiente que:

$$Det_j > 0$$

$$Tr_j < 0$$

A matriz jacobiana é dada por:

$$J = \begin{vmatrix} \frac{-\vartheta \alpha \pi_1 (g_2 + d_1)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} & \frac{-\vartheta d_1}{\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1} \\ B \left(d_1 - \frac{d_2(g_2 + d_1)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \right) & -B \left(d_1 + \frac{d_1 d_2}{\pi(s_c - g_2) + d_2} \right) \end{vmatrix}$$

A análise da matriz jacobiana é dado por:

$$\begin{vmatrix} J_{11} < 0 & J_{12} < 0 \\ J_{21} > 0 & J_{22} < 0 \end{vmatrix}$$

Então,

$$Det_j > 0$$

E

$$Tr_j < 0.$$

Sendo assim, o sistema é (localmente) estável

3.6.DINÂMICA

Agora iremos encontrar o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital, a taxa de crescimento do estoque de capital e a taxa de lucro de equilíbrio de longo prazo.

Iniciemos pelo déficit em conta corrente. Da equação (16) temos

$$d = d_0 + d_1 \left(\frac{A \alpha \pi_1 - d_1 (i^* + \rho^{**}) - i^*}{\alpha \pi_1 (g_2 + d_1)} \right) - \frac{M}{\pi(s_c - g_2) - g_1} + \frac{Z}{\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1} \quad (40)$$

Tomando

$$M = (d_0 + d_1 i^{**} - d_1 i^* - \underline{d})(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) + d_2(g_0 + \gamma - d_0) - d_2(g_2 + d_1) i^{**} + d_2 d_1 i^*$$

$$Z = d_2(g_0 + \gamma - d_0) - d_2(g_2 + d_1) i + d_1 d_2 (i^* + \rho)$$

Vamos, agora, avaliar a influência de d_1 sobre d^{**}

$$\frac{\partial d^{**}}{\partial d_1} = \left(\frac{A \alpha \pi_1 - d_1(i^* + \rho^{**}) - i^*}{\alpha \pi_1(g_2 + d_1)} \right) \left(\frac{-(i^* + \rho^{**})(\alpha \pi_1(g_2 + d_1)) - (A \alpha \pi_1 - d_1(i^* + \rho^{**}) - i^*)(\alpha \pi_1)}{(\alpha \pi_1(g_2 + d_1))^2} \right) - \frac{(i^{**} + i^*)(\pi(s_c - g_2) + d_2 - g_1) - d_2 i^{**}}{\pi(s_c - g_2)} - \frac{d_2(i + i^* + \rho)}{\pi(s_c - g_2) + d_2} < 0$$

Nessa economia, em quanto maior o grau de abertura da conta de capital, menor o déficit em conta corrente de longo prazo.

Agora vamos analisar os efeitos de variações da taxa de juros internacional, i^* , e a mobilidade de capital, sobre a taxa de juros doméstica.

$$\frac{\partial i^{**}}{\partial i^*} = - \frac{d_1}{(g_2 + d_1)} < 0$$

$$\frac{\partial i^{**}}{\partial d_1} = \frac{\alpha \pi_1[(g_2 + d_1) - A]}{(\alpha \pi_1(g_2 + d_1))^2} - \frac{(i^* + \rho^{**})[(g_2)]}{(g_2 + d_1)^2}$$

Nessa economia, em quanto maior o d_1 , que representa o grau de abertura da capital de capital, mais há relação entre aumento (redução) da taxa de juros internacional e consequente redução (aumento) na taxa de juros doméstica. Isso ocorre pois com o aumento das taxas de juros internacionais há uma tendência de redução no superávit de capital para financiamento do déficit em conta corrente, forçando a redução da taxa de juros doméstica. Assim, uma redução na taxa juros internacionais promove um aumento da taxa de juros doméstica, que por sua vez reduz a taxa de lucro e o crescimento, e aumenta a taxa de utilização da capacidade.

O crescimento de equilíbrio de longo prazo é dado pela equação

$$g^{**} = \frac{\alpha \pi_1[(g_2 + d_1)g_0 + (g_2 + d_1)g_1u + (g_2 + d_1)g_2\pi u] - g_2A - g_2\alpha \pi_1 d_1(i^* + \bar{p})}{\alpha \pi_1(g_2 + d_1)} \quad (41)$$

Uma variação na taxa de juros internacional provoca uma diminuição na taxa de crescimento, esta diminuição será tanto maior quanto maior for o grau de abertura da conta de capitais.

Podemos observar essa situação por meio da seguinte derivação:

$$\frac{\partial g^{**}}{\partial i^*} = \frac{-g_2 d_1}{(g_2 + d_1)} < 0$$

Para verificarmos o comportamento da taxa de crescimento da economia em relação ao déficit em conta corrente que é tido com sustentável pelos mercados financeiros, vamos fazer a seguinte derivada:

$$\frac{\partial \bar{g}}{\partial \bar{p}} \frac{\partial \bar{p}}{\partial \underline{d}} = \frac{1}{\alpha \pi_1(g_2 + d_1)}$$

Nesse caso observamos que a variação no grau normal do déficit em conta corrente interfere positivamente no crescimento da economia. Assim, quanto maior a magnitude do grau de abertura da conta de capitais menos rápido se dá esse crescimento.

Também é fundamental examinar o crescimento em função da mobilidade de capital.

$$\frac{\partial g^{**}}{\partial d_1} = \frac{-g_2(i^* + \rho^{**})}{(g_2 + d_1)} < 0$$

O grau de abertura da conta de capitais tem impacto negativo no crescimento do estoque de capital.

A taxa de lucro de equilíbrio de longo prazo é dada por:

$$r^{**} = \frac{\alpha\pi_1[\tilde{g}(g_2 + d_1) - g_0(g_2 + d_1) - g_1\tilde{u}(g_2 + d_1) + g_2d_1(i^* + \tilde{\rho})] + g_2A}{\alpha\pi_1(g_2 + d_1)g_2} \quad (42)$$

Vamos analisar o comportamento da taxa de lucro da economia em relação a taxa de juros internacionais:

$$\frac{\partial r^{**}}{\partial i^*} = \frac{-\alpha\pi_1d_1}{(g_2 + d_1)} < 0$$

Assim, a medida que há um aumento na taxa de juros internacionais, a taxa de lucro desta economia tende a diminuir. A medida que o grau de abertura tem uma magnitude maior, esse efeito tende a ter uma dimensão mais significativa. Para verificarmos o comportamento na taxa de lucro de variações no déficit em conta corrente que é tido com sustentável pelos mercados financeiros, vamos fazer a seguinte derivada:

$$\frac{\partial r^{**}}{\partial \tilde{\rho}} \frac{\partial \tilde{\rho}}{\partial \underline{d}} = \frac{\alpha\pi_1}{(g_2 + d_1)} > 0$$

O grau normal do déficit influencia positivamente o aumento da taxa de lucro. Porém, quanto maior o grau de abertura das contas de capitais, menor tende a ser este efeito. Vamos examinar o comportamento da taxa de lucros em relação ao grau de abertura da conta de capital.

$$\frac{\partial r^{**}}{\partial d_1} = \frac{+(g_2 - 1)(i^* + \rho^{**})}{g_2(g_2 + d_1)} - \frac{A}{(g_2 + d_1)^2} > 0$$

O grau de abertura da conta capital tem efeito ambíguo em relação a taxa de juros.

3.7. TAXA DE LUCRO E CRESCIMENTO: ASPECTOS DAS CONCLUSÕES DE PIKETTY

Piketty (2014) afirma que a desigualdade no capitalismo se dá em decorrência de $r > g$, ou seja, devido a taxa de retorno do capital ser maior do que a taxa de crescimento da economia.

Assim, a riqueza cresce mais rapidamente do que o produto e, no longo prazo, se concentraria.

Piketty (2014) define o capital como todas as formas de propriedade real e financeira, deixando de fora o capital humano. Contudo, o capital “imaterial” como patentes e direitos de propriedade são contemplados.

Apresenta ainda em seu trabalho as chamadas duas leis fundamentais do capitalismo. A primeira delas coloca a taxa de retorno do capital como função do profit-share e da relação capital produto de modo que:

$$r = \pi \frac{Y}{K} - \delta$$

Onde r corresponde a taxa de retorno do capital, π corresponde a participação dos lucros na renda (profit-share), Y é o nível da renda, K é o estoque de capital e δ corresponde à taxa de depreciação.

Assim, quanto maior a parte da renda apropriada pelos capitalistas na forma de lucros e quanto maior a relação entre o produto e o estoque de capital (ou seja, a produtividade do capital), maior será o retorno do capital. Nessa expressão também há o efeito negativo da depreciação sobre a rentabilidade do capital, apesar de poder ser considerada constante exógena.

A segunda lei é obtida a partir da equação do modelo de crescimento de Solow, em que $\dot{K} = sY - \delta K$. Onde \dot{K} é a variação do estoque de capital e s é a propensão marginal a poupar da economia. Dividindo esta expressão por K e fazendo a taxa de crescimento do estoque de capital igual à taxa de crescimento da economia g tem-se:

$$g = s \frac{Y}{K} - \delta$$

Assim, a taxa de crescimento da economia depende positivamente da propensão a poupar da economia e da produtividade do capital, e a depreciação também exerce um efeito negativo, embora constante, sobre g .

Assim, se $r > g$, tem-se que $\pi > s$, então, a participação dos lucros na renda é superior a taxa de poupança.

De sua análise, Piketty (2014) defende que para frear o processo de concentração de renda é necessário reverter à desigualdade $r > g$.

No modelo desenvolvido no presente trabalho podemos perceber que no equilíbrio de curto prazo, conforme se viu nas equações (33) e (34), o grau de abertura da conta de capais impacta positivamente o g e negativamente o r , sendo com isso um instrumento capaz de contribuir para redução do processo de concentração de renda.

Já no longo prazo, a mobilidade de capital impacta negativamente o crescimento do estoque de capital, g , e positivamente a taxa de lucros. Assim, uma redução na mobilidade de capital pode reduzir a taxa de lucros e aumentar a taxa de crescimento do estoque de capital. De acordo com Pikkety, tal medida promoveria reduções na desigualdade de renda.

Também no longo prazo é possível identificar que variações na taxa de juros internacional tem efeito positivo tanto em r quanto em g , e o déficit em conta corrente que é tido com sustentável pelos mercados financeiros tem efeito negativo também nas duas variáveis.

Assim, a mobilidade de capital, observada sob a ótica da desigualdade colocada por Piketty, tem efeitos contrários no curto e no longo prazo. No curto prazo, para redução da desigualdade,

a solução é aumentar o grau de abertura da conta de capital, já no longo prazo, reduzir esse grau de abertura é medida mais efetiva.

3.6. CONCLUSÃO

Esse trabalho procurou avaliar se a mobilidade de capitais afeta a dinâmica da distribuição de renda, efetuando essa análise por meio de um modelo Neo-Kaleckiano de crescimento e distribuição de renda. Tal análise identificou que o grau de abertura da conta de capais impacta positivamente o crescimento do estoque de capital (g) e negativamente a taxa de retorno do capital (r), sendo com isso, segundo o modelo teórico desenvolvido por Piketty (2014), um instrumento capaz de contribuir para redução do processo de concentração de renda.

Para o desenvolvimento deste artigo, em um primeiro momento foram examinados os equilíbrios de curto prazo do modelo, e como as variáveis relacionadas à mobilidade de capital, tais como, taxa de juros, doméstica e internacional, taxa de lucro, grau de abertura das contas de capital e déficit em conta corrente se comportam nessa situação.

No longo prazo foi estabelecido que o prêmio de risco país e a taxa juros doméstica são variáveis endógenas, de tal forma que a taxa de juros irá aumentar se a inflação efetiva for maior que uma meta de inflação dada, que orienta a regra de política monetária seguida pelo Banco Central. Já o prêmio de risco país depende da relação entre o déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital, e do grau normal do déficit em conta corrente como proporção do estoque de capital.

Nesse contexto, constatamos a existência de uma posição de equilíbrio de longo prazo para o sistema econômico. A análise das condições de estabilidade do modelo aqui proposto mostrou haver estabilidade no sistema.

Ao fim podemos concluir que no curto e no longo prazos é possível utilizar o grau de abertura da conta de capitais como medida para reduzir a desigualdade de renda. Porém, no curto prazo, a desigualdade pode ser reduzida por meio de uma maior abertura dessa conta, que faz com que o crescimento do estoque de capital seja maior que a taxa de lucros; já no longo prazo, para que o mesmo fenômeno ocorra, deve haver uma maior restrição à mobilidade de capital.

4 ABERTURA DA CONTA DE CAPITAIS E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA ECONOMIA BRASILEIRA (1980 – 2015)

4.1.INTRODUÇÃO

A crise financeira econômica global e a crescente preocupação com a desigualdade de renda dentro e entre países, e os efeitos da liberalização financeira sobre níveis de renda, tem demandado cada vez mais pesquisas empíricas e teóricas sobre esse tema (Atkinson e Morelli, 2011).

Uma das mais importantes mudanças pelas quais o Brasil passou nas últimas décadas foi processo de queda contínua e significativa da concentração de renda. As medidas de desigualdade pessoal de renda familiar per capita confirmam que a trajetória de queda, iniciada em meados da década de 1990, assume uma intensidade inequivocamente mais acentuada a partir de 2001, assim permanecendo durante os anos subsequentes, até 2015. Um dos resultados desse processo é que, nesse ano, a desigualdade, até esse ano, alcançou seus menores níveis nas últimas três décadas. No entanto, apesar dos avanços, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, encontrando-se o Brasil entre os países com mais elevados níveis de desigualdade. (Barros et al, 2006)

Durante a década de 1990 a redução no controle da conta capital foi um fato marcante, no Brasil. Os primeiros trabalhos sobre o tema, no caso brasileiro, foram os de Cardoso e Goldfajn (1997) e Garcia e Valpassos (1998). Cardoso e Goldfajn (1997) investigaram empiricamente os determinantes do fluxo de capitais e construíram um índice de controle de capital que abrangeu o período 1988-1995. Esse estudo também mostra que o controle de capital é endógeno, pois conclui que o governo reage à entrada de capital aumentando o controle nos períodos de crescimento e liberalizando o capital nos períodos de crise.

Diante dessas situações, este artigo procura contribuir para a literatura verificando a relação entre o grau de abertura da conta de capitais e a desigualdade de renda no Brasil no período de

1995 a 2015. Para uma melhor compreensão dos efeitos da abertura da conta de capital e de seu comportamento, dedicamos a seção 2 deste artigo e um breve histórico do controle efetuado nessa conta no Brasil. Tal análise mostra como se deu o controle da conta de capitais, relacionado o fato aos momentos econômicos vividos pelo país nos respectivos momentos históricos.

Na terceira seção fazemos uma análise da evolução da distribuição pessoal de renda no Brasil no período alcançado pelo estudo. Verifica-se que houve uma melhor distribuição de renda no período. Também verificamos que mesmo com essa melhora, o Brasil continua a ser um país muito desigual, quando comparado com a média mundial e com países de economias desenvolvidas.

Após uma revisão da literatura empírica efetuada na quarta seção deste artigo, verificamos que o impacto da liberalização financeira na desigualdade de renda é ambíguo, e por fim, na última seção, no entanto, nossa análise sugere que a liberalização financeira piora a distribuição de renda no país no período examinado.

4.2.EVOLUÇÃO DO GRAU DE ABERTURA DA CONTA DE CAPITAIS NO BRASIL

A legislação sobre fluxos de capitais no Brasil foi introduzida na década de 1960, segundo a qual os fluxos de capital estrangeiro deveriam ser registrados para obter permissão para saídas associadas (lucros, juros, royalties e repatriação). As disposições mais importantes da legislação sobre fluxos de capital, particularmente no que diz respeito ao investimento estrangeiro direto e ao endividamento externo, foram introduzidas na década de 1960. A Lei 4.131, de 1962, ainda em vigor, estabelece que o capital estrangeiro deve ser tratado em lei de forma idêntica ao capital nacional. Também define o direito de retorno do capital que entra no Brasil, assegurando ganhos de capital na forma de juros, dividendos e royalties - embora limitando isso ao capital originalmente aplicado. Em 31 de dezembro de 1964, o Conselho Monetário Nacional (Conselho O Monetário Nacional, CMN) foi instituído pela Lei 4.595 como o órgão deliberativo máximo do Sistema Financeiro Nacional (SFN), com competência para estipular diretrizes gerais para a política monetária, cambial e de crédito; regulamentar as condições para a constituição, funcionamento e fiscalização das instituições financeiras; e disciplinar instrumentos de política monetária e cambial. No Brasil, até a década de 1980, acreditava-se amplamente que a conversibilidade da conta de capital deveria ser controlada e limitada.

O processo de liberalização financeira no Brasil começou com cautela no final da década de 1980, quando o mercado financeiro internacional estava praticamente fechado para os países emergentes, por causa da crise da dívida externa. De fato, desde o final da década de 1980, pode-se notar uma tendência crescente de liberalização da conta de capital no Brasil. No início dos anos 90, o investimento direto estrangeiro (IDE) foi ainda mais liberalizado, uma vez que a proibição do IDE em certos setores foi levantada e os obstáculos burocráticos foram reduzidos. Em 1991, o governo brasileiro permitiu a aquisição, por investidores institucionais estrangeiros, de ações de empresas domésticas. Em 1992, o Banco Central permitiu uma ampla liberalização das saídas de capital, uma vez que permitia que uma conta especial não residente, chamada CC5, pudesse ser operada mais livremente por instituições financeiras estrangeiras, como resultado da aquisição ou venda de moedas estrangeiras. Esta exceção criou um caminho privilegiado para a fuga de capitais de curto prazo que foi usada com muita frequência durante períodos de especulação com ataques a moeda nacional e representou introdução de conversibilidade de fato, já que na prática os residentes poderiam depositar na conta de banco não residente em um banco doméstico, que poderia converter moeda nacional em moeda estrangeira: residentes poderiam transferir recursos para o exterior fazendo esses depósitos e pedindo à instituição financeira não residente moeda para fazer depósito em uma conta no exterior. Em abril de 1994, o Plano Brady converteu os empréstimos externos em títulos de dívida, ajudando a superar a crise da dívida externa que contribuiu para o ambiente de 'estagflação' do Brasil desde 1981. Em 1994, o Banco Central implementou um imposto sobre transações financeiras (IOF – Imposto sobre Operações Financeiras) e aumentou as exigências de vencimento mínimo para entradas de capital, a fim de reduzir a pressão de alta sobre a taxa de câmbio, minimizar o custo da esterilização e dar algum grau de liberdade para a política monetária. Ao mesmo tempo, as medidas destinadas a estimular saídas -também foram aprovadas - incluindo a permissão para pré-pagamento de empréstimos estrangeiros e financiamento à importação. A partir dessa medida, verificamos na Gráfico 1 uma acentuada queda na abertura conta de capitais.

Após a crise cambial brasileira de 1999 e a adoção de um regime de câmbio flutuante, as autoridades econômicas implementaram muitas normas que resultaram em maior liberalização financeira (principalmente relacionada a saídas de capital) e maior flexibilidade no mercado de câmbio, incluindo a unificação da taxa de câmbio, os mercados (flutuantes e livres), a redução e posterior eliminação tanto do prazo médio mínimo dos empréstimos externos como do imposto sobre operações financeiras sobre entradas de capital, a eliminação das restrições aos

investimentos no mercado de valores mobiliários por investidores estrangeiros e a simplificação dos procedimentos relacionados à remessa de capital para outros países. Em novembro de 1999, o Brasil aceitou as obrigações previstas no Artigo VIII do FMI, que impedem os países-membros de impor restrições a pagamentos e transferências para transações internacionais correntes.

Essa tendência a liberalização fica aparente na Gráfico 1, onde se verifica uma inclinação positiva da curva

Nos anos 2000, a política de liberalização cambial do Brasil foi direcionada para consolidar e estender as mudanças feitas na década de 1990, particularmente com vistas a reduzir as restrições operacionais, exigências burocráticas e até os custos de transação das entradas e saídas de capital estrangeiro. Uma diferença dos esforços de liberalização da década de 1990, no entanto, é que as medidas anteriores foram concebidas predominantemente (embora não exclusivamente) para proporcionar maior flexibilidade nas “operações internas”, enquanto a liberalização na década de 2000 visava predominantemente “transações externas”.

No Brasil, na década de 2000, as principais medidas que afetaram as “operações internas” foram a redução a zero das alíquotas do Imposto de Renda e do Imposto sobre Operações Financeiras Temporárias e Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, sobre novos investimentos de não residentes, em títulos públicos federais, nos termos da Lei 11.312, de 27 de junho de 2006. Em relação às “operações externas”, algumas dessas medidas foram a flexibilização da cobertura cambial para as exportações brasileiras e a eliminação das restrições aos investimentos estrangeiros diretos por residentes brasileiros. O governo proporcionou ampla liberdade para comprar e vender moedas estrangeiras no mercado de câmbio em 2005, para o qual não era necessária nenhuma permissão específica do Banco Central e, em 2006, permitiu maior flexibilidade na cobertura cambial das operações de exportação, estipulando que os exportadores brasileiros poderiam reter no máximo 30% de suas receitas de exportação no exterior, o saldo seria convertido em reais. Finalmente, em 12 de março de 2008, estipulou que os exportadores brasileiros poderiam reter até 100% de suas receitas de exportação no exterior.

É possível, observar na Gráfico 1, que as medidas implementadas no início da década de 2000 refletem uma redução no índice de abertura de capital, até 2006, quando esse índice volta ter um comportamento ascendente até o final da década.

Em meio a um surto de entrada de capitais desde meados de 2009, e consequente forte tendência de valorização da moeda, o Brasil começou a implementar um conjunto de técnicas de gerenciamento de capital desde o final de 2010 .

Apesar da liberalização da conta de capital de processo no Brasil nos anos 90 e 2000, as normas domésticas sobre transações cambiais ainda permitem a implementação de controles de capital a qualquer momento - não há restrição formal a essa preocupação. A Lei 4.321 / 1961, que permite a adoção de controles sobre as saídas de capitais por investidores estrangeiros e empresas transnacionais, não foi revogada . No entanto, existem alguns limites para a eficácia da regulação da conta de capital (CAR) devido a duas especificidades da economia brasileira. O primeiro é o alto grau de abertura financeira da economia brasileira. O Brasil teve uma experiência ampla e profunda de liberalização financeira externa. Embora o Brasil tenha adotado um estilo mais gradual das políticas do Consenso de Washington em comparação com outros países da América Latina, a liberalização da conta capital foi relativamente rápida e generalizada. Essa liberalização começou na década de 1990 e foi mais incremental no tempo, marcada por regras-chave que, dado seu forte impacto sobre as entradas e saídas de capital, podem ser consideradas como marcos. O processo de abertura financeira ganhou força em janeiro de 2000, quando a Resolução CMN no. 2.689 permitiu o acesso irrestrito de investidores não residentes (ou seja, estrangeiros) a todos os segmentos do mercado financeiro doméstico, incluindo o mercado de derivativos. Posteriormente, durante os anos 2000, houve um processo de consolidação das regras cambiais.

A segunda especificidade é o enorme diferencial entre as taxas de juros internas e externas, que atraíram drasticamente as entradas de capital, principalmente as de portfólio, e estimularam os agentes privados a encontrar brechas para burlar os regulamentos (arbitragem regulatória).

Uma nova onda de entradas de capital para a América Latina (e também para outras economias emergentes) começou em meados de 2009, com uma rápida recuperação das entradas de capital após o contágio da crise financeira global. Os principais impulsionadores por trás dessa onda foram: flexibilização da política monetária nas economias avançadas devido à política de “*quantitative easing*” do FED e, posteriormente, do BCE, ampliando os diferenciais de taxas de juros e criando liquidez abundante no mercado global; melhor desempenho econômico das economias emergentes e a lenta recuperação dos países desenvolvidos; sólida posição fiscal e de endividamento das economias emergentes em relação às economias avançadas; e recuperação rápida e contínua dos preços das commodities até maio de 2011, quando os preços iniciaram uma tendência de queda.

Todos esses fatores, juntamente com a melhoria do apetite de risco global, atraíram entradas de capital, especialmente fluxos de capital de dívida em carteira. Esse fato é caracterizado por uma predominância de fluxos voláteis de carteira, muito mais do que a onda anterior, com um aumento acentuado e sem precedentes nos fluxos (fluxos líquidos de mais de US \$ 50 bilhões em alguns trimestres), seguidos pelos investimentos diretos que aumentaram em 2011. O Brasil tinha registros de fluxos de capital, seguidos pelo México, Colômbia, Peru e Chile. Esse movimento pode ser atribuído pela melhoria do risco-país (o Brasil obteve o grau de “grau de investimento” no segundo trimestre de 2008) e os enormes diferenciais da taxa de juros. Vale ressaltar que, desde meados de 2011, os fluxos de capital para a América Latina, incluindo o Brasil, foram afetados pela crise da Zona do Euro, que resultou em um aumento acentuado da volatilidade no mercado financeiro internacional, para o qual também contribuíram as incertezas relacionadas ao desempenho da economia norte-americana devido à ameaça do chamado “abismo fiscal” (IEDI, 2012). De fato, os influxos de capital diminuíram à medida que a aversão ao risco do mercado global se deteriorou.

O governo Dilma Roussef adotou uma estratégia mais ampla para a gestão de fluxos de capital que combinou o uso de controles sobre entradas de capital (imposto sobre transações financeiras em carteira de renda fixa e empréstimos externos) com regulação financeira prudencial (principalmente vendeu posições dos bancos no mercado à vista). O objetivo principal foi reduzir o fluxo de entrada de capital e sua composição (reduzindo os fluxos de capital de curto prazo) e também reduzir as operações especulativas relacionadas ao mercado de câmbio, a fim de evitar a tendência de valorização da taxa de câmbio.

Inicialmente, as principais medidas adotadas pelo Ministério da Fazenda do Brasil eram aumentar a alíquota de imposto sobre operações financeiras (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF) nas entradas de capital e ampliar o escopo de aplicação do IOF. No final do governo Lula da Silva, desde o final de 2009 e em 2010, foram adotados alguns controles sobre as entradas de capital: em outubro de 2009, o Ministério da Fazenda implementou um IOF de 2% sobre a carteira de ações e renda fixa não residente; e, em outubro de 2010, o IOF aumentou de 2% para 4% para investimentos em carteira de renda fixa e fundos de ações. Em termos de regulação do mercado de derivativos, o IOF sobre a margem das transações com derivativos cambiais aumentou de 0,38% para 6%. Posteriormente, em março de 2011, o governo brasileiro aumentou para 6% o IOF em novos empréstimos externos (empréstimos bancários e títulos emitidos no exterior) com vencimentos de até um ano e, em abril de 2011, um IOF de 6% foi estendido para ativos estrangeiros novos e renovados

empréstimos com vencimentos até 2 anos. No entanto, a tendência de valorização cambial ainda estava em curso até meados de 2011. Assim, para ser eficaz na utilização da regulação da conta de capitais (CAR) para afetar fluxos de capital e operações de especulação relacionadas para o mercado de câmbio, era necessário ampliar o escopo do CAR em uma abordagem mais integrada.

De fato, uma das principais distinções do mercado brasileiro de derivativos cambiais é que essas operações não são entregáveis, ou seja, não há entrega financeira e os ganhos ou perdas nessas operações são liquidados em moeda nacional (BRL - real) e não em moeda estrangeira (USD). Devido à sua legislação de não entrega, as exigências de margem das transações de câmbio futuro podem ser atendidas em BRL. Juntamente com o acesso irrestrito de não-residentes ao mercado de futuros de câmbio no contexto de liberalização financeira, essa norma específica contribuiu para sua maior liquidez em comparação com o mercado à vista de câmbio, uma vez que as operações de câmbio futuro podem ser realizadas sem qualquer fluxo efetivo de moeda estrangeira.

Nos mercados de derivativos, o carry trade se expressa como uma aposta que resulta em uma posição vendida na moeda de financiamento e em uma posição comprada na moeda alvo. No caso do Brasil, devido ao enorme diferencial entre as taxas de juros interna e externa, desde 2003 os investidores estrangeiros assumiram, predominantemente, uma forma de apostar na valorização da moeda brasileira através de posições vendidas no mercado futuro de câmbio (vendendo USD e comprando BRL), o que resultou em pressão negativa sobre o preço do dólar e, portanto, na pressão ascendente sobre o preço do real. Os mercados futuros e à vista estão ligados pela arbitragem realizada principalmente pelos bancos como os dealers no mercado à vista: a oferta excessiva de USD no mercado futuro leva as instituições financeiras a comprar dólares futuros e vender dólares à vista no mercado primário ou no mercado à vista. Diante da tendência de queda do preço futuro do dólar, esses agentes assumiram a posição contrária dos investidores estrangeiros no mercado futuro de câmbio (posição comprada em dólar e curto em reais). Com essa estratégia, os bancos renderam ganhos de arbitragem e, ao mesmo tempo, causaram uma valorização adicional da moeda brasileira.

Portanto, a implementação de controles de capital convencional no caso brasileiro não é suficiente para atenuar a pressão sobre a taxa de câmbio devido às características especiais do mercado de câmbio no Brasil; Por esse motivo, é necessário complementá-los com a regulamentação financeira prudencial e a regulamentação do mercado de derivativos cambiais. De fato, após aumentar o IOF sobre as exigências de margem das transações com derivativos

cambiais de 0,38% para 6% em outubro de 2010, o governo brasileiro determinou em janeiro de 2011 como regulamentação financeira prudencial uma exigência de reserva sem juros equivalente a 60% das posições curtas do dólar no mercado à vista que excede US \$ 3 bilhões ou sua base de capital, o que for menor. O governo brasileiro procurou diminuir o poder de especulação dos bancos no mercado de câmbio, através da implementação de regulamentação financeira prudencial. Posteriormente, em julho de 2011, determinou que as posições excessivamente longas em reais de todos os agentes tinham que pagar um IOF de 1%; esse imposto poderia ser aumentado até 25%.

Essas medidas parecem ser eficazes: desde novembro de 2010, o investimento externo líquido em renda fixa foi zero ou negativo; a taxa de câmbio desvalorizou-se 34,1% de julho de 2011 a julho de 2012, e manteve-se entre R \$ / USD 2,00-2 , 10 desde então. Foi somente com a implementação da regulamentação financeira prudencial e da regulamentação de derivativos cambiais que o governo brasileiro teve maior influência na determinação da taxa de câmbio. O IEDI (2012) aponta que a instabilidade financeira internacional combinada com a gestão de entradas de capital e a nova combinação de preços-chave (redução da taxa de juros e depreciação do câmbio) desaceleraram a entrada de ingressos de capital especulativo que foram atraídos pelo diferencial de juros e volatilidade da taxa de câmbio.

Podemos verificar no Figura 7 o comportamento da abertura da conta de capital no Brasil ao analisarmos a variável Grau de Abertura de Capital de Fernandez et al (2015).

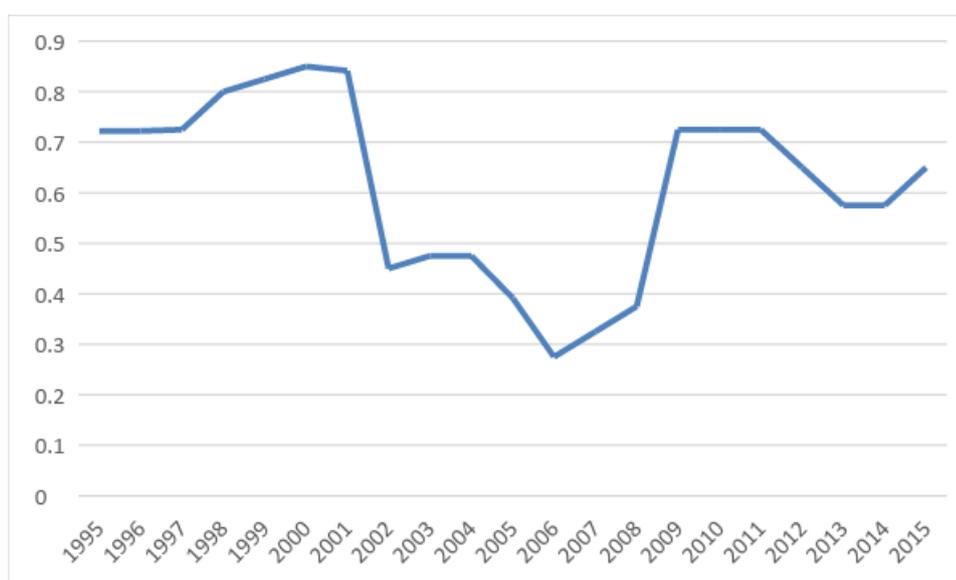


Figura 7 - Evolução do Controle da Conta de Capital – 1995-2015

4.3.EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL

Pretende-se com esta seção fazer uma análise recente da desigualdade de renda no Brasil. Vamos abordar a desigualdade medida pelo índice de GINI, no período compreendido entre

1995 e 2015. Observamos que, a partir de 2001, esse índice começou a declinar de forma acentuada e contínua no Brasil. Apesar dessa redução a desigualdade no país permanece extremamente elevada quando comparada com a média mundial e, mesmo no ritmo acelerado com que vem declinando, seriam ainda necessários mais de 20 anos para que atingíssemos níveis similares aos da média dos países com maior grau de desenvolvimento que o nosso.

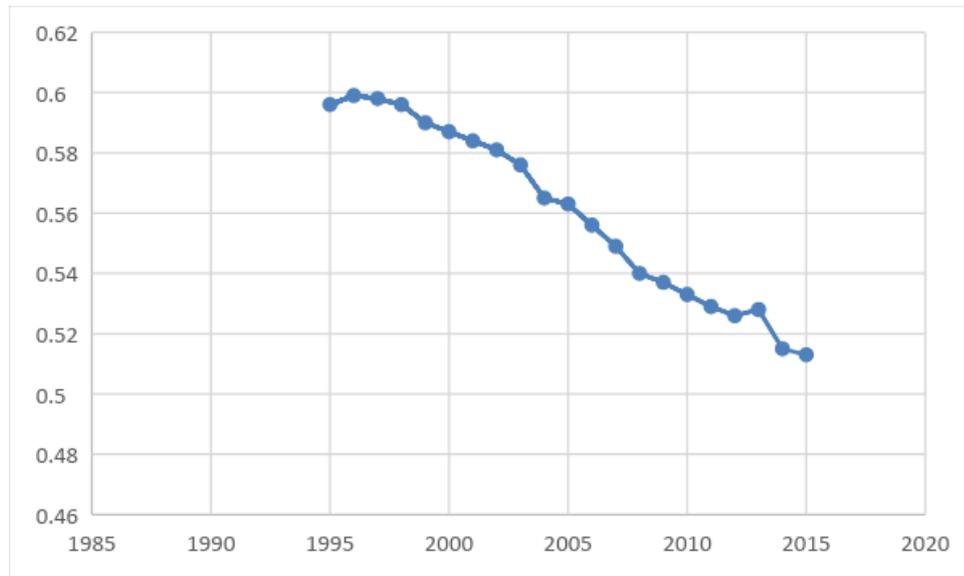


Figura 8 - Brasil: evolução da desigualdade na renda familiar per capita – coeficiente de Gini – 1995-2015 (Coeficiente de Gini)

Apesar dessa acentuada queda, a desigualdade de renda brasileira permanece extremamente elevada quando comparada a de países desenvolvidos. A concentração de renda no topo é uma das características mais marcantes da desigualdade brasileira, algo reconhecido inclusive por estudos baseados em pesquisas domiciliares (MEDEIROS, 2005), cuja capacidade de captar o extremo superior da distribuição de renda é reconhecidamente limitada. A Figura 9 exibe os números para os 0,01%, 0,1% e 1% mais ricos, enquanto o Gráfico 4 traz os resultados para os 1%, 5%, 10% e 15% mais ricos.

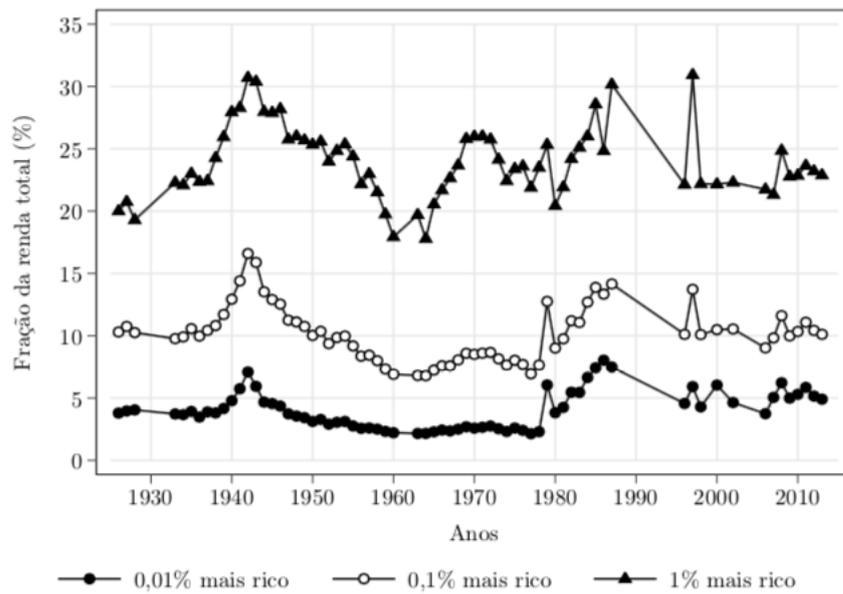


Figura 9 - Fração da renda recebida pelos 0,01%, 0,1% e 1% mais ricos – Brasil, 1926–2013 (%)
 Fonte: Souza (2016) a partir de tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais.

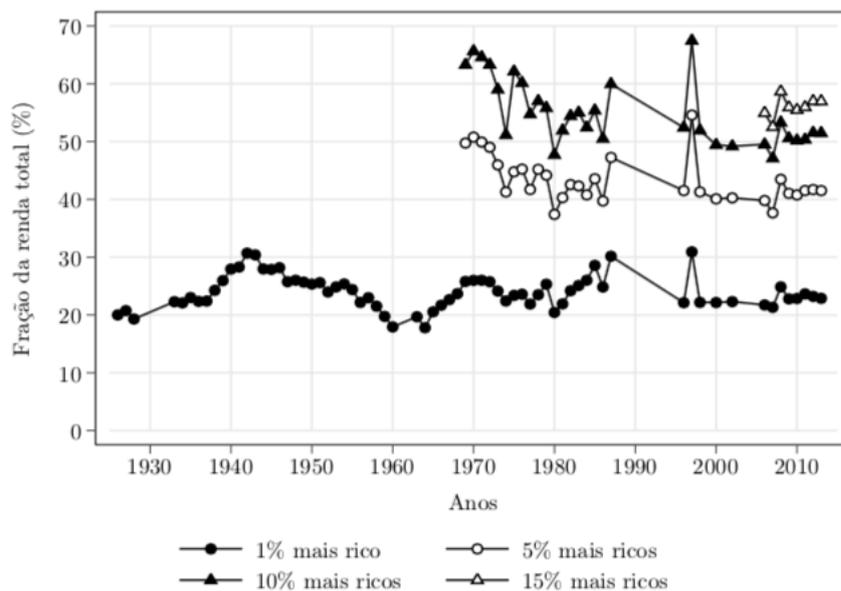


Figura 10 - Fração da renda recebida pelos 1%, 5%, 10% e 15% mais ricos – Brasil, 1926–2013 (%)
 Fonte: Souza (2016) a partir de tabulações de dados tributários e das Contas Nacionais.

O país continua ocupando posição negativa de destaque, por deter um dos mais elevados graus de desigualdade do mundo. Se compararmos o percentual de renda do percentil mais rico com a média mundial e com países como Estados Unidos, Figura 11, vemos que é necessário ainda mais evolução nas políticas que promovam redução da desigualdade.

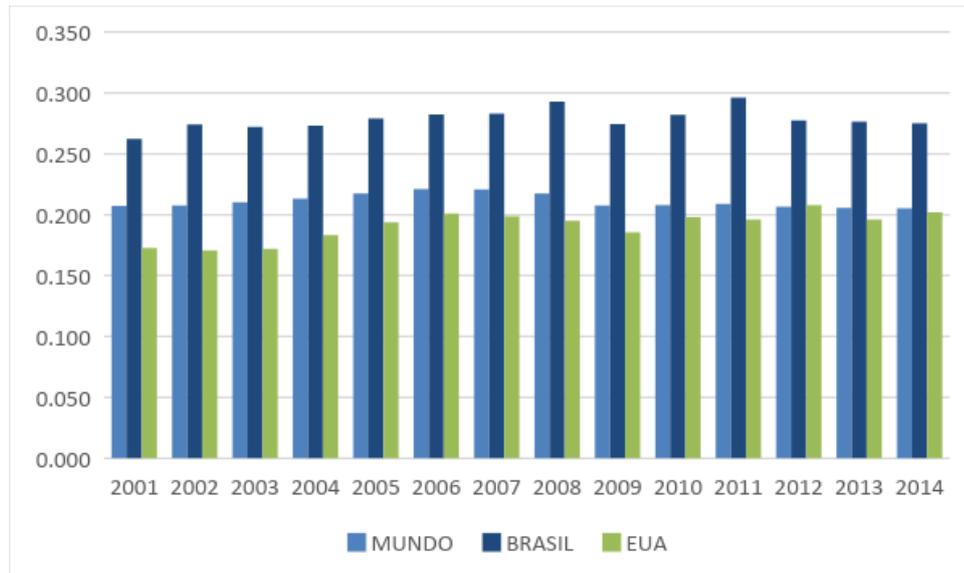


Figura 11 - Participação na renda total da recebida pelos 1% mais ricos

Fonte: Elaboração Própria a partir de tabulações de dados do World Inequality Database

Uma forma alternativa de examinar o mesmo efeito é verificar qual a participação na renda dos 50% mais pobres. Isso é feito por meio do Figura 12.

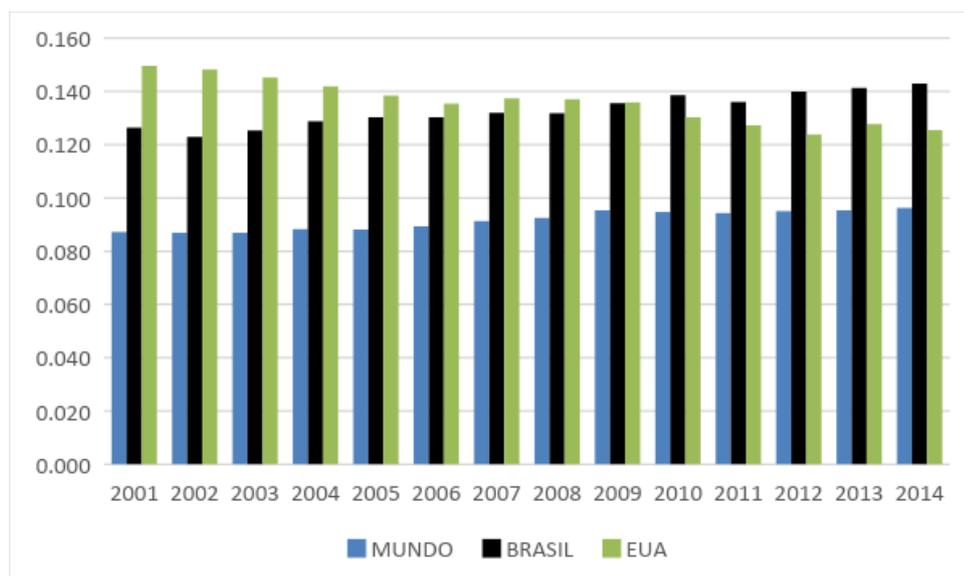


Figura 12 - Participação na renda total recebida pelos 50% mais pobres

Fonte: Elaboração Própria a partir de tabulações de dados do World Inequality Database

A redução da desigualdade mensura pelo GINI é confirmada pelo aumento da participação dos 1% mais ricos na renda, cerca de 5%, menor que o aumento da participação dos 50% mais pobres. É importante destacar que tal efeito ocorre de forma inversa nos EUA, o que confirma o aumento da desigualdade norte americana, medida também pelo GINI. Sempre que houver aumento generalizado na proporção da renda apropriada pelos mais pobres, teremos declínio no grau de desigualdade, independentemente de como se venha a medi-la (SEN, 1997). Outro fator que contribuiu para a redução da desigualdade de renda no Brasil, além do maior aumento da participação na renda dos 50% mais pobres maior que a dos 1% mais ricos é a

variação negativa na renda dos 40% que se encontram no centro da distribuição, uma “classe média” ou os “40% do meio”. O Figura 13 mostra esse desempenho.

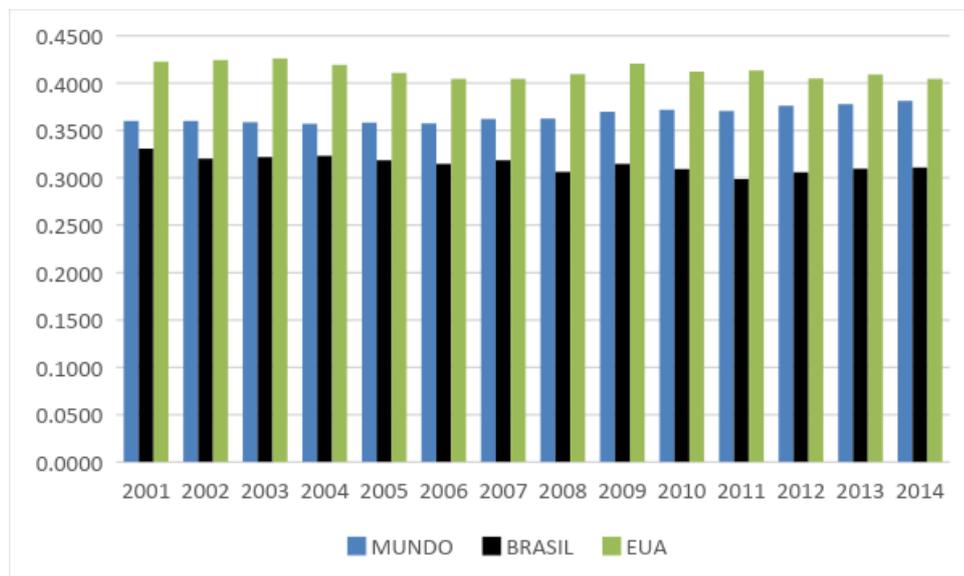


Figura 13 - Participação na renda total recebida pelos 40% do meio

Fonte: Elaboração Própria a partir de tabulações de dados do World Inequality Database

Esses dados mostram que a população situada no meio da faixa da participação na renda, 40 % restantes, foi quem efetivamente teve sua participação na renda diminuída, em cerca de 6%, caracterizando um esmagamento da “classe média”. Também é possível identificar na Figura 14 como a renda está concentrada no topo, ao se observar o tamanho da participação desses grupos na renda nacional.

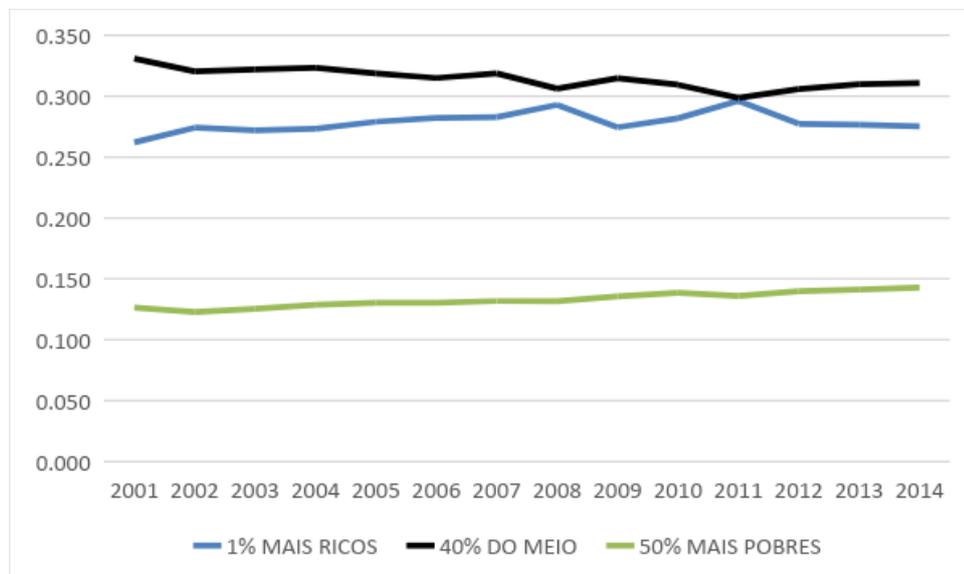


Figura 14 - Evolução da participação na renda Nacional dos grupos de rendimentos

Fonte: Elaboração Própria a partir de tabulações de dados do World Inequality Database

Da Figura 14 podemos verificar que apenas 1% da população, os mais ricos, detém quase o dobro da renda dos 50% mais pobres, e quase o mesmo montante dos 40% do meio.

Segundo Souza (2016), os dados do IRPF não revelam nenhuma tendência de redução da desigualdade desde meados dos anos 2000. Assim, houve alguma redução da desigualdade durante os anos 1990, seguida por estabilidade em um patamar alto. Infelizmente, só é possível analisar a composição dos rendimentos dos mais ricos no período mais recente. Mesmo sem mudanças abruptas, os resultados marcam o aumento dos rendimentos isentos e a correspondente redução do peso dos rendimentos brutos tributáveis. p.307

Afirma ainda a ideia de que a estabilidade da concentração no topo coexistiu com a ascensão dos retornos à atividade empresarial, em detrimento dos rendimentos do trabalho. No entanto, não é possível descartar que parte desse movimento seja simplesmente o que Afonso (2014) chamou de “transfiguração do trabalho em capital”, isto é, a transformação da pessoas físicas em pessoas jurídicas, com a migração crescente de trabalhadores com rendas mais elevadas para relações de trabalhos alheios a CLT.

O crescimento econômico, a recuperação da remuneração dos empregados na distribuição funcional da renda e a queda do coeficiente de Gini nas PNADs fizeram com que o Brasil fosse celebrado como um caso exemplar de crescimento com redistribuição. [...] O consenso recente aponta a melhoria do sistema educacional, a expansão das transferências assistenciais, a formalização e inclusão previdenciária e a valorização do salário mínimo como emblemas de um novo perfil distributivo do Estado, com consequências fundamentais para a redução da desigualdade. Souza (2016)

O papel da educação foi muito destacado, não só porque o mercado de trabalho liderou a queda da desigualdade como também porque a compressão das disparidades salariais entre níveis educacionais deu-se concomitante à redução da heterogeneidade educacional e ao aumento da escolaridade média desde a década de 1990 (Souza, 2012, p.10)

Houve, ao longo do tempo um grande estreitamento da dispersão salarial entre níveis educacionais, denotando, *ceteris paribus*, menos desigualdade salarial. A combinação desses aparentes efeitos distributivos da educação e a maior proeminência das transferências sociais ensejou a proliferação de interpretações otimistas quanto à evolução política e social do Brasil.

4.4.REVISÃO DA LITERATURA EMPÍRICA

Há uma série de trabalhos que tratam da abertura da conta de capital e seus efeitos. Alguns deles sobre os efeitos na desigualdade de renda. Esse tópico trata de alguns desses trabalhos.

OGUNYOMI, DAISI e OLUWASHIKEMI, (2013) desenvolveram estudo que examina o impacto da globalização econômica sobre a desigualdade de renda e o crescimento econômico na Nigéria de 1986 a 2010. A metodologia do estudo foi principalmente o Modelo

Econométrico Linear Estático. Dois modelos foram utilizados para testar as duas variáveis dependentes simultaneamente. Os resultados revelaram que a globalização econômica causou um aumento da desigualdade de renda, bem como redução do crescimento da economia nigeriana, devido à grande ênfase na globalização financeira e outros desequilíbrios macroeconômicos, em vez da globalização do comércio. Por conseguinte, recomenda que, para que a economia da Nigéria aproveite os ganhos da globalização econômica, tal como os tigres asiáticos, o Governo deve demonstrar boa gestão em todos os níveis do governo por meio de uma política comercial e financeira protecionista, de eficiência orçamental, de estabilidade política e de infra-estruturas adequadas.

Mah (2013) examinou o efeito da globalização e da desigualdade de renda da China para o período de 1985 a 2007. A razão decil e o índice RIPO, que é definido no *paper* como a renda média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres, são usados como variável dependente, e as variáveis que representam a liberalização do comércio internacional e os fluxos de IED, são testadas quanto ao seu efeito sobre a desigualdade de renda. Uma vez que as variáveis envolvidas são reveladas como integradas de ordens diferentes, os autores aplicam o teste de Stock e Watson (1993), que é baseado no método OLS dinâmico como o teste de cointegração relevante. A evidência empírica mostra que a liberalização do comércio tem um efeito forte e positivo sobre a desigualdade de renda da China, independentemente da medida de desigualdade de renda e liberalização do comércio, desacreditando o teorema de Stolper-Samuelson⁷. Há evidências mistas sobre o efeito do influxo de IED na desigualdade de renda. Hammed e Nazir (2015) avaliaram o impacto da globalização econômica sobre a pobreza e a desigualdade no Paquistão, concentrando-se no aspecto de liberalização do comércio. Os resultados da causalidade de Granger apontam que a liberalização do comércio desempenhou um papel positivo na geração de empregos, mas teve uma influência negativa no PIB per capita. Em geral, os resultados parecem sugerir que a globalização, ao mesmo tempo em que leva à redução da pobreza, exacerbou ao mesmo tempo a desigualdade de renda. Por fim, afirma-se que, se o Paquistão quiser obter o máximo benefício da globalização econômica, precisa ser acompanhado da adoção de políticas de crescimento pró-pobres que enfatizem o investimento no desenvolvimento humano e forneçam uma estrutura para redes de proteção social para os pobres.

⁷ De acordo com o teorema de Stolper-Samuelson, a globalização levaria a uma redução da desigualdade nos países em desenvolvimento e a um aumento da desigualdade nos países desenvolvidos.

Lin e Fu (2016) examinaram a relação entre expansão comercial e desigualdade de renda, usando técnicas de estimativa de dados em painel e custo de BDI (Commodity) como um instrumento para o comércio, o que permitiu identificar os efeitos da expansão do comércio internacional sobre a desigualdade de variação de renda do país dos dados. A principal conclusão é que o efeito da expansão do comércio sobre a desigualdade de renda não é incondicional às instituições políticas. Em particular, descobriu-se que enquanto a desigualdade de renda se move negativamente com a expansão do comércio nas autocracias, ela se move positivamente nas democracias. Foi dada uma explicação para essa descoberta, documentando que o comércio nas autocracias segue previsões do modelo econômico Heckscher-Ohlin (1970) (HO)⁸ em recursos e bens com pouca habilidade intensiva, por exemplo, exportando mais bens primários: bens agrícolas, combustíveis, minérios e metais; enquanto as democracias atraem uma proporção muito maior do IED (investimento estrangeiro direto) do mundo desenvolvido e exportam mais em bens de processamento de alimentos e bens manufaturados, o que é um indicador da terceirização de fabricação que faz com que as democracias tenham um padrão comercial diferente descrito no quadro HO mas que tenham um tipo padrão de comércio Feenstra e Hanson (1996). -. Esse é o possível motivo pelo qual a expansão do comércio leva a um aumento da desigualdade de renda nos pequenos países democráticos em desenvolvimento. Bumann e Lensink (2016) fizeram uma contribuição tanto teórica quanto empírica para a literatura sobre liberalização financeira e desigualdade de renda. Investigaram o impacto de uma liberalização da conta de capital na desigualdade de renda. As análises teóricas, bem como as estimativas empíricas, sugerem que o efeito de uma liberalização da conta de capital sobre a desigualdade de renda depende do nível de profundidade financeira.⁹ Segundo os autores, essa descoberta persiste se incluirmos variáveis de controle, excluirmos outliers e omitirmos os países

⁸ Esse modelo enfatiza a inter-relação entre dos fatores de produção em diferentes proporções em cada país e sua utilização na produção de bens diferentes. O ponto central do modelo define que os países tendem a direcionar seus esforços para a produção dos bens que demandam os fatores em que esses países são abundantes, ou seja, o país deve produzir aquilo que tem mais fatores abundantes para a produção.

⁹ A profundidade financeira captura o setor financeiro em relação à economia. É o tamanho dos bancos, outras instituições financeiras e mercados financeiros de um país, tomados em conjunto e comparados a uma medida da produção econômica.

Uma variável proxy que tem recebido muita atenção na literatura empírica a esse respeito é o crédito privado em relação ao produto interno bruto (PIB). Mais especificamente, a variável é definida como crédito privado interno ao setor real pelos bancos depositários como porcentagem do PIB em moeda local. O crédito privado, portanto, exclui créditos emitidos para governos, agências governamentais e empresas públicas. Exclui também o crédito emitido pelos bancos centrais.

da África subsaariana. Enquanto outras verificações de robustez inevitavelmente geram estimativas pontuais variáveis, o resultado geral é, no entanto, um quadro consistente. De acordo com as estimativas, uma liberalização da conta de capital só tende a diminuir a desigualdade de renda se o nível de profundidade financeira, medido pelo crédito privado sobre o PIB, exceder 25%. Para a maioria dos países em desenvolvimento, onde a profundidade financeira é baixa, isso implica que a liberalização da conta de capital provavelmente aumentará a desigualdade de renda. A fim de assegurar que as condições de vida dos pobres em países com baixos níveis de profundidade financeira não piorem ainda mais se um governo decidir liberalizar a conta de capital, parece relevante implementar medidas adicionais de proteção para os grupos inicialmente desfavorecidos.

Bergh e Nilsson (2010) estabeleceram que a quarta dimensão do O Índice de Liberdade Econômica do Mundo (EFI)¹⁰ tem um efeito positivo robusto sobre a desigualdade de renda dentro do país. Em muitas especificações, também encontraram efeitos positivos significativos da desregulamentação (a quinta dimensão da liberdade econômica) e da globalização social medida pela segunda dimensão do Índice KOF¹¹. A divisão da amostra de acordo com os níveis de desenvolvimento sugere que os efeitos da desigualdade da liberdade econômica aparecem em países relativamente ricos, enquanto o efeito da globalização social vem de países de renda média e baixa. As estimativas do coeficiente de EFI4 são bastante estáveis em aproximadamente 0,7, e um aumento de dois desvios-padrão em EFI4 aumenta a desigualdade de Gini com 0,22 desvios padrão (embora o efeito seja duas vezes maior nos 28 países mais ricos). Como exemplo concreto, destacaram que a Suécia aumentou sua pontuação EFI4 em 1,4 pontos entre 1980 e 2000. Segundo os coeficientes estimados na amostra completa, isso explica um quarto do aumento da desigualdade da Suécia de 21 para 25 pontos nos dados do SWIID. Usando estimativas apenas para países de alta renda, no entanto, o aumento no EFI4 explica mais da metade do aumento da desigualdade na Suécia durante esse período. Finalmente, vale enfatizar que muitos tipos de liberalização que foram estudados não têm efeito significativo sobre a desigualdade de renda. Somente entre os países mais ricos encontraram que o governo

¹⁰ O Índice de Liberdade Econômica do Mundo (EFI) é um índice composto que pesa em conjunto cinco dimensões da liberdade econômica, EFI1-EFI5, que, por sua vez, são baseadas em vários indicadores: Tamanho do governo (EFI1); Estrutura legal e segurança dos direitos de propriedade (EFI2); Acesso a dinheiro sólido (EFI3); Liberdade de comércio internacional (EFI4); Regulamentação de crédito, trabalho e negócios (EFI5).

¹¹ O Índice de Globalização KOF mede as dimensões econômica, social e política da globalização. Dreher (2006)

menor está ligado a maior desigualdade. Melhorias no sistema monetário, conforme medidas pelo EFI3, provavelmente também podem ser feitas sem aumentar a desigualdade. Talvez o mais interessante seja que a estrutura legal medida pelo EFI2 geralmente tem um sinal negativo (embora raramente significativo). Ao mesmo tempo, Berggren e Jordahl (2005), apud Bergh e Nilsson (2010), demonstram que o EFI2 é, de fato, o componente mais robusto do Índice de Liberdade Econômica quando se trata de explicar o crescimento econômico. Esta descoberta sugere que a construção de um sistema legal que funcione bem pode oferecer uma maneira de promover o crescimento sem induzir consequências distributivas negativas.

Asteriou, Dimelis e Moudatsou (2014) investigaram a relação entre a desigualdade de renda (medida pelo coeficiente de Gini) e a globalização (medida com variáveis comerciais e financeiras) para os países da UE-27 no período de 1995-2009. A análise também foi realizada para subgrupos de países, como os países do Núcleo, da Periferia, da Alta Tecnologia e do Novo Membro da UE. A análise empírica utiliza técnicas de dados em painel apropriadas. Globalmente, os resultados dão indícios de que a abertura comercial exerce um efeito equalizador, enquanto a globalização financeira através do IED, a abertura da conta capital e capitalização no mercado de capitais tem sido, desde 1995, a força motriz da desigualdade de renda na UE-27. A maior contribuição para a desigualdade provém do IED. Embora o impacto comercial tenha permanecido robusto, as disparidades foram observadas nos efeitos da globalização financeira dentro de um determinado grupo ou entre grupos de países. Entre as outras variáveis de controle, a P&D teve a maior contribuição, enquanto o progresso tecnológico através da participação em TIC, educação e emprego foi considerado insignificante na maioria dos casos. Finalmente, a utilização de uma variável fictícia para captar alterações na desigualdade, como resultado da recente crise financeira, mostrou a existência de um aumento significativo apenas na UE-periferia e nos novos Estados-Membros. Resumindo, esse trabalho sugere que os fatores da globalização financeira, principalmente o IED, foram responsáveis pelo aumento da desigualdade na UE-27 nos últimos anos. As políticas comerciais parecem ter sido mais favoráveis à igualdade. Portanto, segundo os autores, quaisquer questões políticas levantadas para reduzir a desigualdade nessa área devem se preocupar principalmente com o IED.

Cobham (2001) estabeleceu um quadro para uma análise mais aprofundada das ligações entre CAL (*capital Account liberalisation*) e pobreza. Afirma o autor que embora a teoria implique que haveria benefícios de eficiência para as finanças internacionais, a existência de benefícios de crescimento para os países em desenvolvimento - tanto de fluxos de curto prazo quanto de

IDE - não foi estabelecida. Além disso, uma variedade de custos para os países liberalizantes e uma série de novos perigos potenciais foram identificados. A principal conclusão para os formuladores de políticas é que a retenção da opção de fazer uso dos controles de capital dentro de uma estrutura de política macroeconômica apropriada é essencial. O pressuposto subjacente de que a liberalização tem benefícios definidos não é um ponto de partida útil nem justificável para iniciar a análise de políticas.

Chimn e Ito (2002) efetuaram uma análise das evidências empíricas sobre a relação entre abertura financeira e desenvolvimento financeiro. A primeira descoberta importante é que, se ao medir o nível de desenvolvimento financeiro em termos de criação de crédito privado e valor de mercado negociado, parece haver uma forte relação negativa entre a extensão dos controles de capital e o desenvolvimento financeiro. Essa constatação vale para os países menos desenvolvidos em termos de valor de mercado negociado, e ainda mais para os países de mercado emergente. Neste último grupo, a ligação é particularmente forte para a criação de crédito privado, o valor negociado no mercado de ações e o giro do mercado de ações. Esses resultados são robustos à presença de outliers nos dados. Talvez o mais importante, verificaram econometricamente a crença amplamente difundida de que os sistemas financeiros com maior grau de desenvolvimento legal/institucional, em média, se beneficiam mais da liberalização financeira do que aqueles com um nível mais baixo. Dessa forma, os resultados estão alinhados com essa percepção convencional. No entanto, o efeito positivo do desenvolvimento jurídico/institucional parece fluir principalmente do grau de proteção ao acionista e dos padrões contábeis. Ou seja, a liberalização dos controles de capital parece ter o maior efeito sobre o desenvolvimento financeiro quando esses índices são mais altos.

Jayadev (2004) procurou avaliar as afirmações conflitantes feitas sobre o impacto distributivo da abertura de contas de capital. Nesse artigo foi usado uma medida política relativamente desenvolvida para tentar esclarecer as mudanças que podem afetar o trabalho, alterando seu poder político e afetando-o por meio de processos de mercado. No geral, os resultados parecem sugerir que a liberalização do comércio tem efeitos diretos e concentrados em setores específicos do trabalho (muitas vezes, por exemplo, os mais protegidos, os mais fortemente sindicalizados, o setor público). Em contrapartida, a Liberalização da Conta de Capital tem efeitos econômicos amplos, alterando os preços relativos das taxas de juros e da taxa de câmbio, precipitando crises generalizadas (pelo menos aos olhos de alguns) e talvez o mais importante, afetando negativamente o poder de barganha do trabalho como um todo.

Muitos trabalhos empíricos, a maioria utilizando dados em painel e medindo a integração financeira internacional com o uso de diferentes índices *de jure* e de fato, buscam avaliar a relação entre a liberalização da conta de capital, por um lado, e o crescimento econômico, crises financeiras. e/ou volatilidade macroeconômica, por outro. Uma série de pesquisas conclui que as evidências empíricas em geral não apresentam uma relação robusta entre a liberalização financeira e o crescimento econômico (Prasad et al, 2003; Einchengreen , 2004, Ch 3). Prasad et al (2003) pesquisam 14 estudos sobre o assunto feitos em 1992-2002 e relatam que apenas três estudos encontraram efeitos positivos da integração financeira no crescimento, enquanto quatro encontraram algum efeito e sete artigos encontraram efeitos mistos. Assim, concluíram ser difícil estabelecer uma relação causal robusta entre o grau de integração financeira e o desempenho do crescimento do produto.

Estudos empíricos realizados pelo FMI (2011) e seus economistas, como Cardarelli et al. (2009), encontraram alguns achados que estão de acordo com a análise de Stiglitz (2000) dos efeitos dos fluxos de capital para economias emergentes:

- a) A volatilidade dos fluxos de capital aumentou ao longo do tempo e as flutuações nos fluxos líquidos são muito mais acentuadas para as economias emergentes em comparação com as economias desenvolvidas - no segundo grupo, as saídas brutas compensaram amplamente as entradas brutas, gerando movimentos mais suaves nos fluxos líquidos. Em contraste, nas economias emergentes, as entradas brutas e os fluxos líquidos caíram drasticamente durante a crise e se recuperaram acentuadamente depois (FMI, 2011, p. 125).
- b) Episódios de grandes entradas de capital estão associados à aceleração do crescimento do PIB, mas depois o crescimento cai com frequência: mais de um terço dos episódios terminados terminaram com uma parada súbita ou uma crise cambial, o que sugere que desfechos abruptos não são um fenômeno raro (Cardarelli et al., 2009, p. 5). Assim, existe um padrão em forma de V invertido de fluxos líquidos de capital para economias emergentes fora do controle dos formuladores de políticas (IMF, 2011).
- c) As flutuações no crescimento do PIB foram acompanhadas por grandes oscilações na demanda agregada e no saldo da conta corrente, com forte deterioração da conta corrente durante o período de entrada e forte reversão no final (Cardarelli et al., 2009, p. 5).
- d) O surto de entradas de capital também parece estar associado a uma apreciação real e efetiva da taxa de câmbio, prejudicando a competitividade dos setores de exportação e potencialmente reduzindo o crescimento econômico (Cardarelli et al., 2009).

Existem alguns trabalhos recentes que avaliaram empiricamente a relação entre liberalização financeira, desempenho econômico e estabilidade macroeconômica no Brasil.

Ono et al (2005) realizaram testes econométricos para refletir possíveis implicações dos regimes de conta de capital no desempenho macroeconômico no período 1990-2001. Utilizando a metodologia VAR, eles examinaram o efeito da liberalização financeira, medida por um índice de controles de capital (CCI), sobre as taxas de juros base (Selic) e taxa de câmbio nominal das variáveis macroeconômicas . Seus resultados mostram que a taxa básica de juros respondeu negativamente a um impulso no ICC (evidência de que um aumento nos controles de capital pode reduzir as variações da taxa de juros de curto prazo) e que a taxa de câmbio não respondeu

a um choque ICC, contradizendo a hipótese de Arida (2004), que mede a restrição dos fluxos de capitais, causaria um desajustamento no mercado de câmbio e até precipitaria um ataque especulativo. Ono et al (2005) também realizaram outro teste econométrico com dados em painel para analisar a conversibilidade da conta de capital e o desempenho macroeconômico. Eles usaram as variáveis PIB per capita, taxa de alfabetização, expectativa de vida, taxa de investimento, consumo do governo e taxa de poupança para um conjunto de 87 países. Os resultados são inconclusivos quanto à hipótese de que países com conversibilidade de conta de capital tendem a um maior crescimento, pois, mesmo quando a amostra foi dividida em dois grupos (membros da OCDE e não-membros), ambos os grupos retornaram coeficientes estatisticamente insignificantes. Os resultados de ambos os testes rejeitam a hipótese avançada por Arida e outros que controles de capital poderiam agir para perturbar o mercado de câmbio, aumentar a taxa de juros e prejudicar o desempenho macroeconômico. Pelo contrário, estes resultados parecem sugerir que os controles de capital podem atenuar a volatilidade da taxa de câmbio e reduzir a taxa de juros.

Goldfajn e Minella (2005) examinaram a relação entre a liberalização da conta de capital e a volatilidade macroeconômica em um período recente no Brasil. No que se refere à suavização das despesas de consumo e redução da volatilidade da taxa de crescimento do PIB, evidenciam que, de acordo com o comportamento do desvio padrão, as duas variáveis se comportaram de forma mais estável no período recente (1992-2003) do que nas décadas de 1970 e 1980. Eles também consideraram a relação entre fluxos de capital e desempenho econômico de janeiro de 1995 a agosto de 2004, usando a metodologia VAR para avaliar o impacto dos movimentos de capitais no seguinte conjunto de variáveis econômicas: produção industrial, saldo de transações correntes, conta de capital privado, termos de troca (medido como uma relação entre os preços de exportação e os preços de importação), taxa de mercados emergentes - Brasil (EMBI + Brasil), taxa de câmbio real e taxa de juros reais internos (Selic). A função de resposta do impulso e os resultados da decomposição da variância mostram que um aumento no risco-país gera uma resposta positiva nas taxas de juros, na depreciação da taxa de câmbio, na redução nos fluxos de capital e, após um certo atraso, uma queda no produto. Enquanto isso, choques positivos nos fluxos de capital não são persistentes, embora eles impliquem em uma redução nas taxas de juros, o que, por sua vez, parece causar uma depreciação na taxa de câmbio. Goldfajn e Minella interpretam esses resultados como uma indicação de que a liberalização financeira levou a uma redução da vulnerabilidade externa e da volatilidade macroeconômica, possivelmente sob o entendimento de que um regime de câmbio flutuante e

a liberalização da conta capital combinadas têm um efeito disciplinador na política econômica, com efeitos benéficos. sobre os fundamentos econômicos (risco-país) e sobre a volatilidade macroeconômica.

Van der Laan (2006) avaliou o processo de liberalização da conta de capital para um período de 1990 a 2005, usando dois índices: um, um índice *de jure*, o índice de controles de capital (ICC) e outro, um índice de integração financeira (IFI). Usando a metodologia VAR, ele realizou uma análise econométrica (com números trimestrais para o período 1994-2005) para testar a relação causal positiva entre a liberalização financeira e o crescimento econômico. As variáveis macroeconômicas utilizadas foram: taxa de juros Selic, taxa de câmbio nominal e variações no PIB (a preço de mercado). Os resultados não permitem estabelecer uma relação positiva robusta para ser estabelecida entre liberalização financeira (*de jure* ou *de facto*) e crescimento econômico para o período considerado. Outros resultados importantes foram: o ICC não é muito significativo para explicar o comportamento da taxa de juros ou da taxa de câmbio, levando o autor a questionar os efeitos benéficos da liberalização *de jure* defendida por Persio Arida (2003). O IFI, por sua vez, gera fortes efeitos oscilatórios na variação da taxa de juros (mas sem tendência definida), e aumentos no IFI tendem a elevar o nível das taxas de juros praticadas no país. O autor conclui que o aumento da liberalização da conta de capital no Brasil tem um efeito líquido negativo, embora limitado.

Van der Laan et al (2011) usa um índice *de jure* - índice ICC de Quiin (1997) - e um índice *de facto* - um índice de integração financeira - para testar econometricamente com um modelo VEC a relação entre liberalização financeira com um conjunto de variáveis macroeconômicas (taxa de juros, risco-país, volatilidade cambial, produção industrial e reservas internacionais) para um período amplo entre janeiro de 1995 e abril de 2011. Os testes mostram efeitos fracos decorrentes da desregulamentação financeira e integração ao desempenho macroeconômico. Além disso, os fluxos financeiros respondem significativamente aos impulsos da economia real, independentemente do nível de controles de capital. Os resultados estão de acordo com o que o FMI reconheceu mais abertamente, que as experiências com controles de capital podem ser instrumentos úteis para gerenciar fluxos de capital de e para uma economia emergente em crescimento, financeiramente integrada ao exterior.

Paula et al (2012) analisaram a relação entre liberalização da conta de capital, desempenho econômico e estabilidade macroeconômica no Brasil no período 1994-2007. Para tanto, o artigo desenvolve um estudo empírico sobre os efeitos da liberalização financeira no Brasil sobre um conjunto de variáveis macroeconômicas usando a metodologia VAR em dois modelos: um com

um índice *de jure* de liberalização financeira e outro com um índice de fato. integração. No primeiro modelo, o estudo pretendeu avaliar a proposta de que a plena convertibilidade da conta de capital no Brasil resultaria na redução do risco-país e, conseqüentemente, da taxa de juros doméstica. No segundo, visou avaliar a hipótese de que a liberalização financeira tem efeito positivo sobre o crescimento econômico e a estabilidade macroeconômica vis-à-vis a hipótese dos críticos da liberalização financeira que sustentam que ela gera efeitos instáveis sobre as economias em desenvolvimento. Os resultados do primeiro modelo (índice de liberalização financeira) não validam a hipótese de que a conversibilidade total da conta de capital teria o efeito de reduzir o risco país e, conseqüentemente, a taxa de juros doméstica. Os resultados do segundo modelo (índice de integração financeira) não oferecem evidências de que a liberalização financeira tenha gerado efeitos positivos sobre um conjunto de variáveis macroeconômicas (inflação e crescimento econômico). Pelo contrário, as evidências empíricas mostram que a maior integração financeira do Brasil, além de ter um efeito adverso sobre o PIB, gerou mais efeitos desestabilizadores do ponto de vista macroeconômico, como evidenciado pelo seu impacto no aumento da taxa de inflação e da taxa de câmbio.

Em suma, a maioria dos estudos empíricos mostra que não há benefícios claros da liberalização da conta de capital e a distribuição de renda, e também em termos de desempenho econômico e estabilidade macroeconômica: em geral, a liberalização financeira tem efeito negativo, embora limitado, sobre o crescimento econômico e efeitos fortes e oscilatórios. na variação da taxa de juros e variação cambial, e também na inflação.

4.5.MODELO ECONOMETRICO

A presente pesquisa propõe uma análise relativa ao Brasil em período após a implantação do Plano Real até o ano de 2015¹². O estudo da relação entre desigualdade de renda e taxa de abertura do capital foi efetivado por meio de um modelo de regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), especificado como segue:

$$GINI_t = \alpha + \beta_1 Ka_t + \beta_2 DCC_t + \beta_3 Ro + \beta_4 G + \beta_5 ii + \beta_6 id + \beta_7 U$$

Os dados utilizados na análise se referem Brasil ao período compreendido entre 1995 e 2015 e são os apresentados na tabela 1:

Tabela 1- Listas das Variáveis do Modelo

Variáveis	Notação
Índice de GINI	GINI
Grau de Abertura de Capital	ka

¹² Período limitado pela disponibilidade de informações.

Déficit em Conta Corrente	DCC
Prêmio de Risco	risco
Taxa de Crescimento da Economia	G
Taxa de Juros No Exterior	ii
Taxa de Juros Doméstica	id
Grau de Utilização da Capacidade Produtiva	U

Fonte: Elaboração Própria

A Tabela 2 contém as estatísticas descritivas das variáveis do estudo.

Tabela 2 - Apresentação e descrição dos dados

	Média	Mediana	Desvio Padrão
GINI	56,005	56,152	2,972
DCC	- 31.365.115.193,9	- 24.852.806.150,0	34.011.593.051,8
risco	492	446	323
G	2,749	3,029	2,542
ii	2,510	2,061	2,229
id	18,283	16,782	10,207
PIB	1.318.540,8	999.582,3	749.228,0
ka	0,613	0,650	0,178

Fonte: Elaborado a partir dos dados do estudo

A escolha das variáveis de controle se deu em função do modelo apresentado no capítulo anterior. Os dados de desigualdade de renda (índice de Gini), foram obtidos junto ao banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata).

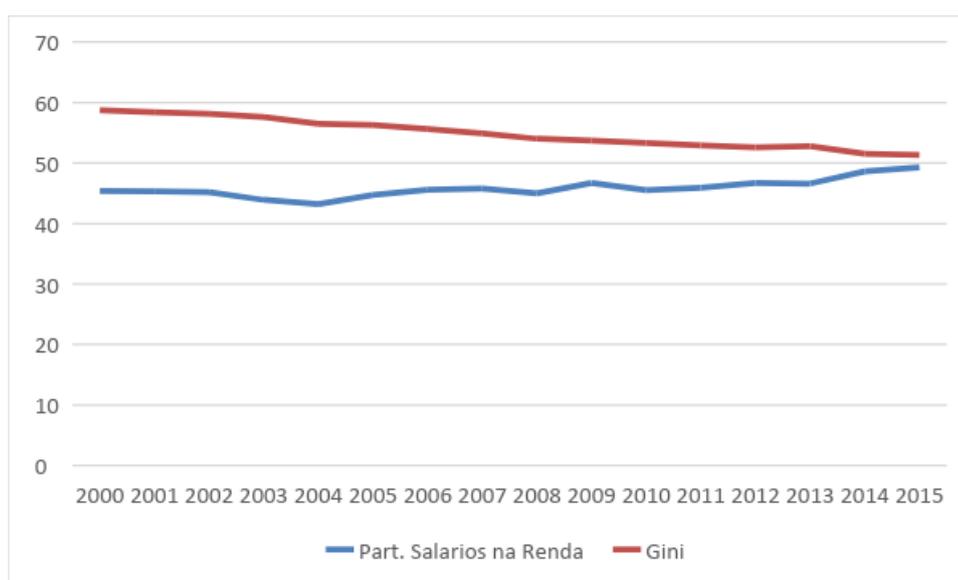
Como visto na Seção 3, o índice de Gini, que mede a distribuição pessoal de renda, passou a mostrar uma melhora contínua significativa, a partir de 1996. Ocorre que, no modelo apresentado do Capítulo 3, analisa-se o efeito da abertura da conta de capital na distribuição funcional de renda.

A distribuição pessoal está mais de acordo com a abordagem teórica dominante, principalmente por que a distribuição funcional tem alguns problemas que limitam seu uso, tal como a impossibilidade de medir a desigualdade entre aqueles que recebem salários. De outro lado há participação do lucro na renda decorrente de micros e pequenos empresários, que por vezes tem remuneração menor que salários de altos executivos.

Assim, como o objetivo desta análise empírica é uma mensuração do bem-estar social e da desigualdade de renda causada pela abertura da conta de capital, tal medida é melhor mensurada por meio da utilização de índice de distribuição pessoal.

Porém, como afirmado por Graña et al. (2005) a distribuição pessoal e a funcional de renda devem ser analisadas em conjunto, pois se a funcional diz pouco sobre a diferenças entre o estrato dos assalariados, a pessoa é uma distribuição de frequência sem muitas informações sobre sua determinação principal.

Para Saramago et al (2018), ao se efetuar uma análise empírica da distribuição funcional da renda, deve-se conhecer o nível de produto (líquido) da economia, medido, via de regra, pelo Valor Adicionado Bruto (VAB), que corresponde ao total da produção da economia (Valor Bruto da Produção – VBP) menos os insumos adiantados para a produção (Consumo Intermediário – CI). Para coletar esses dados, deve-se buscar o Sistema de Contas Nacionais (SCN), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados da Conta da Renda/TRU do Sistema de Contas Nacionais na metodologia mais recente (Sistema de Contas Nacionais – referência 2010) estão disponíveis apenas para o período que vai de 2000 até 2015. Assim, inicialmente, confrontamos os dados de participação do salário na renda com o Gini, na forma apresentada na Figura 15.



*Figura 15 - Evolução da Participação dos Salários na Renda e do índice de Gini
Fonte: Elaboração Própria*

Do comportamento das curvas representadas na Figura 15 é possível verificar que a partir de 2004 as duas curvas passam a ter comportamentos inversos. Assim, a medida que a participação dos salários na renda aumenta, diminui a desigualdade social medida pelo Índice de Gini. Para confirmar tal comportamento, fizemos analisamos a correlação entre as duas variáveis, e encontramos uma correlação negativa de -0,74, significando que há uma correlação forte entre as duas variáveis. Diante desses dados, é possível continuar a análise empírica utilizando-se da distribuição pessoal, e não da funcional de renda.

Para a variável Grau de Abertura de Capital foi escolhido um conjunto de dados de restrições de controle de capital sobre entradas e saídas de dez categorias de ativos para 100 países no período de 1995 a 2015, cuja metodologia está apresentada no *paper* de Fernandez et al (2015) e disponível na *home page* da Universidade de Columbia (<<http://www.columbia.edu/~mu2166/fkrsu/>>). Esse conjunto de dados foi elaborado com base nos dados apresentados pela primeira vez em Martin Schindler (2009), e outros conjuntos de dados baseados no análise do Relatório Anual do FMI sobre Acordos de Câmbio e Restrições Cambiais, este conjunto de dados inclui categorias de ativos adicionais, mais países e um período de tempo mais longo. Neste artigo, os autores também caracterizam os dados com relação à prevalência de controles nas categorias de ativos, a correlação de controles entre categorias de ativos e entre controles sobre entradas e controles de saídas, a agregação das categorias separadas em indicadores mais amplos e a comparação de conjunto de dados com outros indicadores de controles de capitais.

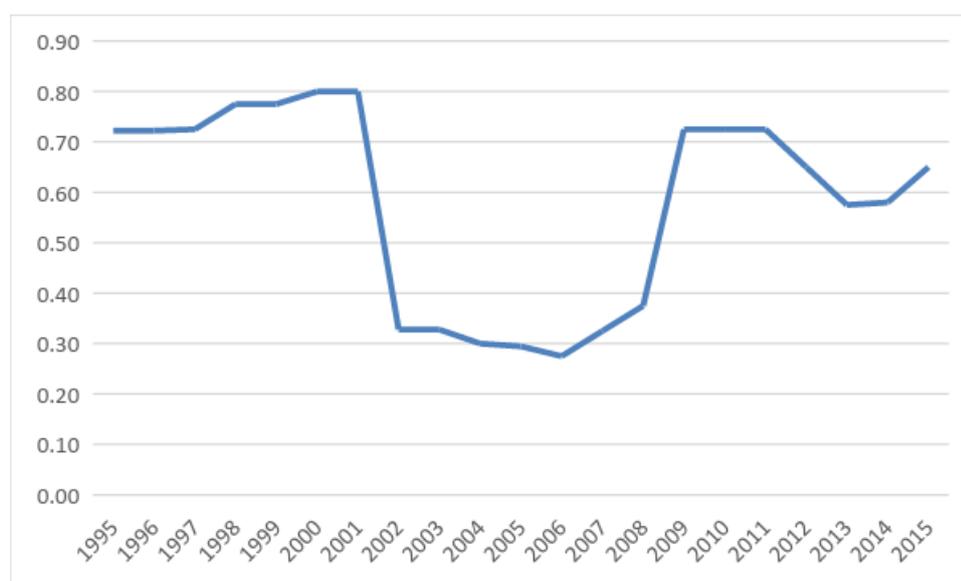


Figura 16 - Grau de Abertura da Conta de Capital – 1995 a 2015
Fonte: Elaboração Própria

Para a variável de DCC foram utilizados dados da série histórica do Balanço de Pagamentos do Banco Central - 6ª edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição de Investimento Internacional (BPM6), disponível em <https://www.bcb.gov.br/htms/infecon/Seriehist_bpm6.asp> .

Para a variável de Prêmio de Risco foi utilizado o EMBI, que é um índice baseado nos bônus (títulos de dívida) emitidos pelos países emergentes. Mostra os retornos financeiros obtidos a cada dia por uma carteira selecionada de títulos desses países. A unidade de medida é o ponto-base. Dez pontos-base equivalem a um décimo de 1%. Os pontos mostram a diferença entre a

taxa de retorno dos títulos de países emergentes e a oferecida por títulos emitidos pelo Tesouro americano. Essa diferença é o spread, ou o spread soberano. O EMBI foi criado pelo JP Morgan está disponível no IPEADATA, em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?module=M&serid=40940>.

Para taxa de juros internacional, ou praticada no exterior, foi utilizado como proxy a taxa de juros dos Estados Unidos, e para o Grau de Utilização da Capacidade Produtiva foi utilizado como proxy o hiato do produto, calculado por meio da diferença entre o PIB e sua tendência calculada por meio do Filtro HP (Hodrick-prescott).

Inicialmente rodamos testes de raiz unitária com as variáveis em nível, conforme Tabela 3, por meio de Teste KPSS. Para esse teste:

H0: a série segue um processo estacionário

H1: a série histórica segue um processo de raiz unitária

Nesse teste, quando o p-value é baixo, rejeita-se a hipótese nula, e a variável é não estacionária. Assim, verificamos que as variáveis GINI, Déficit em Conta Corrente, Prêmio de Risco País e Taxa de Juros Internacionais, são não estacionárias em nível. Para essas duas variáveis fizemos o teste com a primeira diferença. Todas as que não eram estacionárias em nível, passaram sem raiz unitária na primeira diferença, não tendo sido necessários a segunda diferença das variáveis.

Tabela 3 - Kwiatkowski-Philips-Schmidt-Shin (KPSS) test

Variáveis Em nível	KPSS	p-value	Estacionariedade
GINI	1,1930	0,010	não-estacionária
DCC	0,7685	0,010	não-estacionária
risco	0,5213	0,037	não-estacionária
G	0,083	0,100	estacionária
ii	1,4885	0,010	não-estacionária
id	0,1337	0,100	estacionária
ka	0,153	0,100	estacionária
U	0,0677	0,100	estacionária
Primeira Diferença			
Δ kaopen	0,2490	0,100	estacionária
Δ GINI	0,0960	0,100	estacionária
Δ DCC	0,0758	0,100	estacionária
Δ risco	0,0381	0,100	estacionária
Δ G	0,0633	0,100	estacionária
Δ ii	0,0519	0,100	estacionária

Δid	0,0466	0,100	estacionária
Δka	0,0561	0,100	estacionária
ΔPIB_cycle	0,1129	0,100	estacionária

Fonte: Elaboração Própria

Em seguida efetuou-se uma regressão linear simples entre as duas principais variáveis que se pretendia testar, a desigualdade, representada pelo GINI, e o Grau de Abertura de Capital, representada pela variável Ka. O resultado encontra-se na Tabela 4. Verifica-se que a variável que representa o controle da conta de capital é significativa a 1%. Todos os testes realizados mostram que a relação entre essas duas variáveis é robusta.

Ato contínuo, fez-se uma OLS com todas as variáveis, e em seguida com as variáveis excluídas após realizados os devidos testes para detectar a presença (ou não) de heterocedasticidade e autocorrelação. Esse último procedimento foi efetuado por meio do método *backward* que se caracteriza por incorporar todas as variáveis e após percorrer várias etapas, uma variável por vez pode ser eliminada. Se em uma determinada etapa não houver eliminação de alguma variável, o processo é então interrompido e as variáveis restantes definem o modelo final. Numa dada etapa, temos um determinado modelo que denominamos modelo completo da etapa e são investigadas as contribuições individuais das variáveis a esse modelo. A variável de pior desempenho é eliminada comparando-se o modelo completo com o modelo reduzido, pela retirada de tal variável (Charnet *et al*, 2000).

Vale destacar que a variável que representa o grau de controle da conta de abertura de capital, Ka, foi significativa nos 3 modelos testados. E que no modelo final as variáveis que representam o déficit em conta corrente e o grau de utilização da capacidade produtiva também foram.

Tabela 4 - Modelos de regressão estimados

Coefficients:	Regressão linear simples	Regressão Multipla todas variáveis	Regressão backwards
ka	-0,5623 *** (-3,56)	-0,9164 ** (-2,467)	-1,01 *** (-3,143)
diff(DCC)		1,12E-11 (1,433)	1,566E-11 ** (2,74)
G		-0,04098 (-0,973)	
id		0,01553 (1,48)	0,01357 (1,419)

PIB_cycle		8,366E-07 *	9,606E-07 **
		(1,882)	(2,428)
diff(ii)		0,004607	
		(0,055)	
diff(risco)		0,0001184	
		(0,369)	
<hr/>			
R ²	0,400	0,658	0,629
Adjusted R-squared	-	0,475	0,537
F-statistic	12,670	3,580	6,788
p-value	0,002	0,023	0,002
<hr/>			
Resíduos			
<hr/>			
Shapiro-Wilk test	0,947	0,978	0,972
p-value	0,321	0,911	0,794
<hr/>			
Regression error metrics			
<hr/>			
SAE:sum absolute error	1,7081	1,3531	1,1767
MAE:mean absolute error	0,4270	0,3383	0,2942
RAE:relative absolute error	94,8936	75,1695	65,3717
MSE:mean squared error	0,3160	0,1870	0,1415
<hr/>			

Observação 1: estatística t statistics em parêntesis.

Observação 2: significância * $p < 0.10$, ** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$.

Fonte: elaborado a partir dos dados da pesquisa

A restrição de controle da conta de capital é inversa em relação ao GINI, o que é confirmado nas outras análises anteriores. Assim, quando há uma maior restrição ao movimento de capital, menor é o índice de GINI, significando que a desigualdade de renda diminui. Para esse teste o coeficiente beta deu significativo, mostrando que a variável faz parte das variáveis que explicam o fenômeno, ou explica ao menos em parte o fenômeno.

As variáveis que representam déficit em conta corrente e o grau de utilização da capacidade produtiva tem relação direta com o nível de desigualdade de renda.

4.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho procurou identificar de forma empírica a influência que o grau de abertura na conta de capital teve na distribuição de renda pessoal do Brasil nos anos de 1995 a 2015. Preliminarmente identificamos no período os controles *de jure* e *de factu* dessa conta. Acompanhamos seu comportamento ao longo do período, e mostramos o comportamento do índice de controle que foi utilizado na análise empírica.

Ficou evidenciado também, quando analisamos o comportamento da desigualdade no Brasil para o período, que os índices que mensuram a distribuição pessoal de renda demonstraram

redução na desigualdade de renda. Também foi possível mostrar que tal redução se deu com o crescimento da renda dos mais pobres em detrimento não da renda dos mais ricos, mas dos 40% da população que se situa no centro da distribuição de renda, ou seja, que representa a classe média.

Ao fim, identificamos que no período sob exame um maior controle na conta de capitais contribui para redução do Índice de Gini, o que representa uma melhoria na desigualdade de renda do país, pois o coeficiente beta deu significativo, mostrando que a variável faz parte das variáveis que explicam, ao menos em parte, o fenômeno.

Apêndice I - Tabela de Bibliografia

	DESILGUALDADE			OBSERVAÇÕES
	AUMENTA	DIMINUI	NÃO INTERFERE	
modelo de Heckscher-Ohlin (1941)	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Bourguignon e Morrisson, 1990	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Wood (1994)	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Borjas e Ramey (1994)	o estudo sugere uma relação positiva entre desigualdade e globalização.			utilizam técnicas de cointegração para investigar os efeitos causais entre várias variáveis explicativas de desigualdade de renda para os Estados Unidos.
Edwards, (1997)			não encontraram correlação alguma entre a liberalização do comércio e a disparidade na distribuição de renda	investiga a relação entre política comercial e distribuição de renda através da regressão de coeficiente de Gini em seis indicadores diferentes de abertura comercial.
Feenstra e Hanson (1997)	em decorrência da entrada de capital			examinaram o aumento dos salários relativos dos trabalhadores qualificados no México durante a década de 1980.
Li, Squire e Zou, (1998)			não encontraram correlação alguma entre a liberalização do comércio e	não encontraram correlação alguma entre a liberalização do comércio e a disparidade na distribuição de renda

			a disparidade na distribuição de renda	
Aghion e Williamson (1998)				estudam as relações entre globalização, crescimento e desigualdade
Hanson e Harrison, (1999)	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Figini e Gorg (1999)	Inicialmente	depois de incorporada a tecnologia		efeitos ou as desigualdades salariais das empresas multinacionais no país de acolhimento.. U invertida na desigualdade salarial
Barro, (2000)	Em países em desenvolvimento			
Calderón e Chong, (2001)	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Collier e Dollar (2001)				examinam as relações entre globalização, crescimento e pobreza
Mahler (2001)			mostra pouca evidência de uma relação entre a globalização econômica e o rendimento disponível ou rendimentos das famílias no caso dos países desenvolvidos	
Mayer (2001)		globalização dá benefícios mesmo aos países pobres		
Manasse e Turrini (2001)				examinaram os impactos da globalização sobre a

				desigualdade por meio da integração comercial,
Miller (2001)	globalização leva a um aumento significativo da desigualdade de renda			
Lindert e Williamson (2001)			um maior grau de globalização reduziu a desigualdade.	afirmam que a globalização tem implicações muito diferentes para a desigualdade em um país.
Roud e Whalley (2002)		Em países Pobres		geração de emprego e redução da pobreza
Agenor (2002)	Em níveis baixos	A partir de determinado ponto, reduz a pobreza.		relação em forma de U invertida . regressões transversais que relacionam medidas de integração real e financeira com a desigualdade. índice de "globalização" baseado na análise de componentes principais e testado para efeitos lineares e não-lineares.
Talbot (2002)	globalização do século XIX foi uma das razões mais importantes para aumentar a desigualdade internacional.			
Lundberg e Squire, (2003)	Em países em desenvolvimento	Em países desenvolvidos		

Milanovic (2003)	Países de renda média muito baixa			dados de pesquisas de orçamentos familiares e analisando o impacto da abertura e do investimento direto estrangeiro sobre as parcelas de renda relativa de decis baixos e altos. Parece que a abertura torna a distribuição de renda pior antes de melhorá-la, ou diferentemente, porque o efeito da abertura na distribuição de renda de um país depende do nível de renda inicial do país.
Cornia (2003)	a desigualdade dentro do país parece ter aumentado claramente em dois terços dos setenta e três países analisados, principalmente devido à política de desregulamentação interna e de liberalização			analisou as mudanças na desigualdade global, entre os países e dentro dos países, em relação a 1980-2000
Mussa (2003)				examinou questões relacionadas com a distribuição dos benefícios da crescente atividade de globalização.
Dollar e Kraay (2004)	Em países desenvolvidos	Em países em desenvolvimento		
Milanovic e Squire (2005)	Em países em desenvolvimento	Em países desenvolvidos		
Abid e Anila (2005)		Em países Pobres		geração de emprego e redução da pobreza
Bussmann, Soysa and Oneal (2005)		Em países Pobres		geração de emprego e redução da pobreza

Neutel e Heshmati (2006)	relação significativa entre a globalização e a desigualdade de renda.			análise de regressão transnacional
Heshmati (2006c)				revisa a literatura econômica sobre a distribuição mundial de renda e desigualdade de renda.
Summers (2006)	reconhece que a globalização, além de efeitos positivos, tem efeitos adversos como o aumento da desigualdade.			
Adams (2007)			examinou o impacto da globalização sobre a desigualdade de renda para um corte transversal de sessenta e dois países em desenvolvimento ao longo de um período de dezessete anos.	examinou o impacto da globalização sobre a desigualdade de renda para um corte transversal de sessenta e dois países em desenvolvimento ao longo de um período de dezessete anos.
Wan et al. (2007)	parcela positiva e substancial da desigualdade regional e a parcela aumenta com o tempo.			discutiu o processo de globalização da China e estimou renda, incorporando comércio e IED variáveis
Meschi e Vivarelli (2009)	o comércio com países de renda alta piora a distribuição de renda			usaram uma especificação dinâmica para estimar o impacto do comércio internacional sobre a desigualdade de renda dentro de um país em uma amostra

				de sessenta e cinco países em desenvolvimento durante os períodos 1980-1999
Sato e Fukushige (2009)	a abertura dos mercados de capitais pode aumentar a desigualdade de renda em ambos os períodos	a abertura de mercados de bens reduz a desigualdade de renda tanto no curto quanto no longo prazo		analisaram os determinantes do coeficiente de Gini para receitas e despesas na Coreia do Sul entre 1975 e 1995.
Bergh e Nilsson (2010)	Em países desenvolvidos e Em países em desenvolvimento			índice KOF da globalização e o índice Fraser de liberdade econômica. (o principal motor do aumento da desigualdade de renda é a globalização social, um dos componentes do índice KOF)
Heshmat (2010)				investiga a relação entre globalização e desigualdade de renda, desenvolvendo um novo índice de globalização baseado no crescimento econômico.
Bergh e Nilsson (2011)	reformas para a liberdade econômica parecem aumentar a desigualdade principalmente no Hemisfério Norte;			examinam a ligação entre a globalização e a desigualdade de renda dentro dos países, depois de adicionar várias variáveis de controle e controlar a endogeneidade potencial usando GMM.
Atif et al (2012)		Em países Pobres		geração de emprego e redução da pobreza
OGUNYOMI, DAISI e OLUWASHIKEMI, (2013)	na Nigéria			devido à grande ênfase na globalização financeira e outros desequilíbrios

				macroeconômicos, em vez da globalização do comércio
--	--	--	--	--

INOVAÇÃO	DESILGUALDADE			OBSERVAÇÕES
	AUMENTA	DIMINUI	NÃO INTERFERE	
Aghion et al (2016)	Encontrou correlações positivas e significativas entre medidas de inovação, por um lado, e desigualdade de rendas superiores, por outro			e cruzou os dados da zona de comutação dos EUA para analisar a relação entre inovação, desigualdade de rendas superiores e mobilidade social.
Antonelli e Gehringer (2012)		A evidência de um grande conjunto de dados, incluindo os países avançados, como os EUA, o Canadá e os membros da União Européia, bem como os membros do BRIC recentemente industrializados, nos anos de 1995 a 2011		testaram a hipótese de que a inovação é um fator importante na redução das desigualdades de renda
Hémous e Olsen (2016)		Surpreendentemente, uma tecnologia de automação mais produtiva aumenta os salários de baixa qualificação no longo prazo.		Construíram um modelo de crescimento endógeno com automação (a introdução de máquinas que substituem o trabalho de baixa habilidade) e a inovação horizontal.

Beste e Hilário (2013)	Aumenta		esse fator de exclusão e de desigualizações atualmente já não mais vigora com sua força inicial
---------------------------	---------	--	--

Referências

- 29SET16. SPECIAL REPORT: THE WORLD ECONOMY. THE WORLD ECONOMY. AN OPEN AND SHUT CASE. THE CONSENSUS IN FAVOUR OF OPEN ECONOMIES IS CRACKING, SAYS JOHN O’SULLIVAN. IS GLOBALISATION NO LONGER A GOOD THING?
- AARONSON, SUSAN A. THE DIGITAL TRADE IMBALANCE AND ITS IMPLICATIONS FOR INTERNET GOVERNANCE. GLOBAL COMMISSION IN INTERNET GOVERNANCE PAPER SERIES: NO. 25 — FEBRUARY 2016
- ABID HAMEED AND ANILA NAZIR (2005). ECONOMIC GLOBALIZATION AND ITS IMPACT ON POVERTY AND INEQUALITY : EVIDENCE FROM PAKISTAN, UNPUBLISHED PAPER .
- ABÍLIO, M. (2007). GLOBALIZAÇÃO: CARACTERÍSTICAS MAIS IMPORTANTES. REVISTA VISÕES, JULHO/DEZEMBRO 2007, 3ª ED. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.FSMA.EDU.BR/VISOES/ED03/3ED_ARTIGO1.PDF](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed03/3ed_artigo1.pdf). ACESSO EM: 20 DE JANEIRO DE 2017.
- ADAMS, S. (2007). “GLOBALIZATION AND INCOME INEQUALITY : IMPLICATIONS FOR INTELLECTUAL PROPERTY RIGHTS,” JOURNAL OF POLICY MODELLING, VOL. 30, PP. 725-735.
- AGÉNOR, P. (2001) BENEFITS AND COSTS OF INTERNATIONAL FINANCIAL INTEGRATION: THEORY AND FACTS. AUTHORS/EDITORS MESCHI
- AGHION P. E J.G. WILLIAMSON (1998). GROWTH, INEQUALITY AND GLOBALIZATION: THEORY, HISTORY AND POLICY, CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS.
- ALESSI, C. E MCMAHON, R. U.S. TRADE POLICY. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS, 2012.
- BLAUG, M. ECONOMIC THEORY IN RETROSPECT. CAMBRIDGE: CUP, 1997.
- ANTONELLI, CRISTIANO E GEHRINGER, AGNIESZKA . INNOVATION AND INCOME INEQUALITY. SEVENTH FRAMEWORK PROGRAMME.
- ARELLANO, M., BOND, S., 1991. SOME TESTS OF SPECIFICATION FOR PANEL DATA: MONTE CARLO EVIDENCE AND AN APPLICATION TO EMPLOYMENT EQUATIONS. REVIEW OF ECONOMIC STUDIES 58,2, 277-297.
- ARELLANO, M., BOVER, O., 1995. ANOTHER LOOK AT THE INSTRUMENTAL VARIABLE ESTIMATION OF ERROR COMPONENTS MODELS. JOURNAL OF ECONOMETRICS 68, 1, 29-51.
- ASTERIOU, DIMITRIOS. DIMELIS, SOPHIA. MOUDATSOU, ARGIRO. GLOBALIZATION AND INCOME INEQUALITY: A PANEL DATA ECONOMETRIC APPROACH FOR THE EU27 COUNTRIES. ECONOMIC MODELLING 36 (2014) 592–599
- ATKINSON, A. B. (2015). INEQUALITY: WHAT CAN BE DONE?. CAMBRIDGE, MASSACHUSETTS: HARVARD UNIVERSITY PRESS.
- ATKINSON, A. B., PIKETTY, T., & SAEZ, E. (2011). TOP INCOMES IN THE LONG RUN OF HISTORY. JOURNAL OF ECONOMIC LITERATURE, 49, 3–71.
- BARRO, R., 2000. INEQUALITY IN A PANEL OF COUNTRIES. JOURNAL OF ECONOMIC GROWTH 5, 5-32.

- BARROS, R. FOGUEL, M, ULYSSEA, G. 2006. DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL : UMA ANÁLISE DA QUEDA RECENTE– BRASÍLIA: IPEA,. 2 v. : GRÁFS., TABS. 446 p.
- BARTELSON, JENS. INTERNACIONAL SOCIOLOGY. JUNHO 2000. VOL 15(2): 180-196 SAGE – SOCIAL SCIENCE COLLECTION - (LONDON, THOUSAND OAKS, CA, AND NEW DELHI)
- BASÍLIO, F. A. C.; OREIRO, J. L. WAGE-LED OU PROFIT-LED? ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO DAS ECONOMIAS SOB O REGIME DE METAS DE INFLAÇÃO, CÂMBIO FLEXÍVEL, MOBILIDADE DE CAPITAIS E ENDIVIDAMENTO EXTERNO. ECONOMIA E SOCIEDADE, v.24, n.1. P. 29-56, 2015. BLECKER, R. (2002) DISTRIBUTION, DEMAND AND GROWTH IN NEO-KALECKIAN MACRO MODELS. IN: SETTERFIELD, M. (ED.) THE ECONOMICS OF DEMAND-LED GROWTH: CHALLENGING THE SUPPLY- SIDE VISION OF THE LONG RUN, (ALDERSHOT, EDWARD ELGAR).
- BASTER, GISELA MARIA. HILÁRIO, GLORIE TE MARQUES ALVES. DESIGUALDADES, EXCLUSÕES E DEMAIS INDIGNIDADES NO MERCADO LABORAL GERADAS PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO: O QUE FOI E JÁ NÃO O É MAIS EM PARADOXAIS CONTEXTOS DE ATIVAÇÕES ECONÔMICAS?. IV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE DOUTORANDOS/AS DO CES, 6-7 DEZEMBRO 2013 CABO DOS TRABALHOS
- BATA, M., AND BERGESEN, A. J. 2002A. GLOBAL INEQUALITY: AN INTRODUCTION (TO SPECIAL ISSUE ON GLOBAL ECONOMY – PART I). JOURNAL OF WORLD-SYSTEM RESEARCH 8(1): 2–6.
- BATISTA, J. C. O SETOR EXTERNO BRASILEIRO NO SÉCULO XX. IN: IBGE (ED.). ESTATÍSTICAS DO SÉCULO XX. RIO DE JANEIRO: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006. ACESSO EM 14 ABR. 2015. DISPONÍVEL EM: <HTTP://SECULOXX.IBGE.GOV.BR/>.
- BAUMANN, R; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E EXPERIÊNCIA BRASILEIRA. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2004.
- BERGH, A., NILSSON, T., 2010. DO LIBERALISATION AND GLOBALISATION INCREASE INCOME INEQUALITY? EUROPEAN JOURNAL OF POLITICAL ECONOMY, DOI:10.1016/J.EJPOLECO.2010.03.002.
- BENGTSSON, E., & WALDENSTROM, D. (2016). CAPITAL SHARES AND INCOME INEQUALITY: EVIDENCE FROM THE LONG RUN (WORKING PAPER No. 0092). EUROPEAN HISTORICAL ECONOMICS SOCIETY (EHES).
- BERG, ANDREW BUFFIE, EDWARD F. AND ZANNA, LUIS-FELIPE ROBOTS, GROWTH, AND INEQUALITY THE ROBOT REVOLUTION COULD HAVE NEGATIVE IMPLICATIONS FOR EQUALITY . FINANCE & DEVELOPMENT A QUARTERLY PUBLICATION OF THE INTERNATIONAL MONETARY FUND SEPTEMBER 2016 • VOLUME 53 • NUMBER 3
- BERGH, A., FINK, G., 2008. HIGHER EDUCATION POLICY, ENROLMENT, AND INCOME INEQUALITY. SOCIAL SCIENCE QUARTERLY 89, 217-235.
- BLUNDELL, R., BOND S., 2000. GMM ESTIMATION WITH PERSISTENT PANEL DATA: AN APPLICATION TO PRODUCTION FUNCTIONS. ECONOMETRIC REVIEWS 19, 3, 321-40.
- BLUNDELL, R., BOND, S., 1998. INITIAL CONDITIONS AND MOMENT RESTRICTIONS IN DYNAMIC PANEL DATA MODELS. JOURNAL OF ECONOMETRICS 87, 1, 115-43.

- BOIANOVSKY, M. FRIEDRICH LIST AND THE ECONOMIC FATE OF TROPICAL COUNTRIES. HISTORY OF POLITICAL ECONOMY, 2013.
- BORJAS, G, RAMEY, V. (1994). TIME-SERIES EVIDENCE ON THE SOURCES OF TRENDS IN WAGE INEQUALITY. THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW 84 (2), 10-16
- BOURGUIGNON, F., MORRISSON, C., 1990. INCOME DISTRIBUTION, DEVELOPMENT AND FOREIGN TRADE. EUROPEAN ECONOMIC REVIEW 34,1113-1132.
- BOURGUIGNON, F., MORRISSON, C. . (SEP., 2002), "Inequality among World Citizens: 1820-1992", American Economic Review, Vol. 92, No. 4pp.
- BUMANN A , SILKE. LENSINK B, ROBERT. CAPITAL ACCOUNT LIBERALIZATION AND INCOME INEQUALITY. JOURNAL OF INTERNATIONAL MONEY AND FINANCE 61 (2016) 143–162
- BUSSMANN, M. DE SOYSA, I. ONEAL, JR (2005). THE EFFECT OF GLOBALIZATION ON NATIONAL INCOME INEQUALITY. COMPARATIVE SOCIOLOGY 4 (3), 285-312
- CALDERÓN, C., CHONG, A., 2001. EXTERNAL SECTOR AND INCOME INEQUALITY IN INTERDEPENDENT ECONOMIES USING A DYNAMIC PANEL DATA APPROACH. ECONOMICS LETTERS 71, 2, 225-231.
- CARDOSO, E.; BARROS, R. P. DE; URANI, A. INFLATION AND UNEMPLOYMENT AS DETERMINANTS OF INEQUALITY IN BRAZIL: THE 1980. RIO DE JANEIRO: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÓMICA APLICADA, 1993. (TEXTO PARA DISCUSSÃO, N. 298).
- CARDOSO, F. H. PROLETARIADO NO BRASIL: SITUAÇÃO E COMPORTAMENTO SOCIAL. REVISTA BRASILIENSE, v. 41, n. MAIO-JUNHO, p. 98–122, 1962.
- CARDOSO, F. H. PREFÁCIO. IN: TOLIPAN, R.; TINELLI, A. C. (ED.). A CONTROVÉRSIA SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO: ZAHAR EDITORES, 1975.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. DEPENDENCY AND DEVELOPMENT IN LATIN AMERICA. BERKELEY; LOS ANGELES: UNIVERSITY OF CALIFORNIA PRESS, 1979.
- CARDOSO, E. E GOLDFAJN I. (1997), “CAPITAL FLOWS TO BRAZIL: THE ENDOGENEITY OF CAPITAL CONTROLS”, INTERNATIONAL MONETARY FUND, PAPER Nº 115.
- CARNEIRO, D. D.; MODIANO, E. AJUSTE EXTERNO E DESEQUILÍBRIO INTERNO: 1980–1984. IN: ABREU, M. DE P. (ED.). A ORDEM DO PROGRESSO: CEM ANOS DE POLÍTICA ECONÓMICA REPUBLICANA, 1889–1989. RIO DE JANEIRO: EDITORA CAMPUS, 1990.
- CARTER, J.R., 2007. AN EMPIRICAL NOTE ON ECONOMIC FREEDOM AND INCOME INEQUALITY. PUBLIC CHOICE 130, 163-177
- CARVALHO, L. D. & OREIRO, J. L. (2007). A DINÂMICA DA TAXA DE LUCRO, DA TAXA DE JUROS E DO GRAU DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE PRODUTIVA EM UM MODELO PÓS-KEYNESIANO. ESTUDOS ECONÓMICOS, 37(4):903–936.
- CASTELLS, MANUEL. EL SURGIMIENTO DE LA SOCIEDAD DE REDES. 1999. EN: [HTTP://WWW.HIPERSOCIOLOGIA.ORG.AR/CATEDRA/MATERIAL/CASTELLSCAP6.HTML](http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/castellscap6.html)

- CASTELLS, MANUEL. LA ERA DE LA INFORMACIÓN. EN:
[HTTP://WWW.HIPERSOCIOLOGIA.ORG.AR/CATEDRA/MATERIAL/CASTELLSPROL.HTM](http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/castellsprol.htm)
- CASTELLS, MANUEL. LA REVOLUCIÓN DE LA TECNOLOGÍA DE LA INFORMACIÓN. EN:
[HTTP://WWW.HIPERSOCIOLOGIA.ORG.AR/CATEDRA/MATERIAL/CASTELLSCAP1.HTM](http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/castellscap1.htm)
- CERNY, P (1995). GLOBALIZATION AND THE CHANGING LOGIC OF COLLECTIVE ACTION. INTERNATIONAL ORGANIZATION 49(4): 595-635
- CHANG, H. KICKING AWAY THE LADDER: THE “REAL” HISTORY OF FREE TRADE. FPIF SPECIAL REPORT, 2003.
- CHARNET, R.; BONVINO, H; FREIRE C. A. L; CHARNET, E. M. R. ANÁLISE DE MODELOS DE REGRESSÃO LINEAR COM APLICAÇÕES. CAMPINAS, SP: UNICAMP, 1999.
- CHESNAIS, FRANÇOIS. ECONOMIA E SOCIEDADE, CAMPINAS, (5):1-30, DEZ.1995
- CHINN, MENZIE D. ITO , HIRO. CAPITAL ACCOUNT LIBERALIZATION, INSTITUTIONS AND FINANCIAL DEVELOPMENT: CROSS COUNTRY EVIDENCE. NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC .2002. DISPONÍVEL EM [HTTP://WWW.NBER.ORG/PAPERS/W8967](http://www.nber.org/papers/w8967)
- COBHAM, ALEXANDER. CAPITAL ACCOUNT LIBERALISATION AND POVERTY. FINANCE AND TRADE POLICY RESEARCH CENTRE QUEEN ELIZABETH HOUSE UNIVERSITY OF OXFORD, UK. 2001
- COLLIER, P., AND DOLLAR, D. 2001. CAN THE WORLD CUT POVERTY IN HALF? HOW POLICY REFORM AND EFFECTIVE AID CAN MEET INTERNATIONAL DEVELOPMENT GOALS. WORLD DEVELOPMENT 29(11): 1787–1802.
- CORNIA, G. (2003). “THE IMPACT OF LIBERALIZATION AND GLOBALIZATION ON INCOME INEQUALITY IN DEVELOPING AND TRANSITIONAL ECONOMICS,”CESIFO WORKING PAPER, No. 843. Pp. 1-32.
- CORRY, B. A. "TORRENS, ROBERT (1780–1864)." THE NEW PALGRAVE DICTIONARY OF ECONOMICS. SECOND EDITION. EDS. STEVEN N. DURLAUF AND LAWRENCE E. BLUME. PALGRAVE MACMILLAN, 2008. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://0-WWW.DICTIONARYOFECONOMICS.COM.LIBRARY.LEMOYNE.EDU/ARTICLE?ID=PDE2008_T000080](http://0-www.dictionarofeconomics.com.library.lemoyne.edu/article?id=pde2008_T000080)>
- DALCERO, PEDRO LUIZ. GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E VOLATILIDADE DE CAPITAIS: A BUSCA DE UMA ALTERNATIVA RACIONALISTA. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICAS INTERNACIONAIS. REV. BRAS. POLÍT. INT. VOL.40 NO.2 BRASÍLIA JULY/DEC. 1997
- DÁVILA-FERNÁNDEZ, MARWIL J. AND OREIRO, JOSÉ LUIS PIKETTY IN THE LIGHT OF PASINETTI AND FOLEY: INCOME DISTRIBUTION, ECONOMIC GROWTH AND FINANCIAL FRAGILITY. REV. ECON. POLIT., DEC 2016, VOL.36, NO.4, P.667-683. ISSN 0101-3157
- DESTLER, I. AMERICA’S UNEASY HISTORY WITH FREE TRADE. HARVARD BUSINESS REVIEW: ECONOMICS & SOCIETY, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://HBR.ORG/2016/04/AMERICAS-UNEASY-HISTORY-WITH-FREE-TRADE](http://hbr.org/2016/04/americas-uneasy-history-with-free-trade)>
- DOLLAR, D., KRAAY, A., 2004. TRADE, GROWTH AND POVERY. THE ECONOMIC JOURNAL 114,493,22-49.

- DOMAR, E. 1946. CAPITAL EXPANSION, RATE OF GROWTH, AND EMPLOYMENT. *ECONOMETICA*, 14: 137-147
- DREHER, A (2006): DOES GLOBALIZATION AFFECT GROWTH? EVIDENCE FROM A NEW INDEX OF GLOBALIZATION, *APPLIED ECONOMICS* 38, 10: 1091-1110.
- DREHER, A., GASTON, N., MARTENS, P., AND VAN BOXEM, L. 2010. MEASURING GLOBALIZATION – OPENING THE BLACK BOX. A CRITICAL ANALYSIS OF GLOBALIZATION INDICES. *JOURNAL OF GLOBALIZATION STUDIES* 1: 166–185.
- ECONOMICS. SECOND EDITION. EDS. STEVEN N. DURLAUF AND LAWRENCE E. BLUME. PALGRAVE MACMILLAN, 2008. DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.DICTIONARYOFECONOMICS.COM/ARTICLE?ID=PDE2008_I000281](http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_I000281)>
DOI:10.1057/9780230226203.0790
- EDWARDS, S.(1997).”TRADE POLICY , GROWTH, AND INCOME DISTRIBUTION “, *THE AMERICAN ECONOMIC REVIEW*, VOL. 87, NO. 2, PP. 205-10.
- EICHENGREEN, B. KEYNES AND PROTECTION. *THE JOURNAL OF ECONOMIC HISTORY*, VOL. 44, N.2, THE TASKS OF ECONOMIC HISTORY, 1984.
- FEENSTRA, R.C, AND HANSON, G., (1997). FOREIGN DIRECT INVESTMENT AND RELATIVE WAGES : EVIDENCE FROM MEXICO“S MAQUILADROS”, *JOURNAL OF INTERNATIONAL ECONOMICS*, VOL. 42, PP. 371-393.
- FERNANDEZ, A; SCHINDLER, M; KLEIN, M; URIBE, M; REBUCCI, A; CAPITAL CONTROL MEASURES: A NEW DATASET . NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH 1050., MASSACHUSETTS AVENUE. CAMBRIDGE, MA 02138 FEBRUARY 2015
- FERREIRA, F. H. G.; LITCHFIELD, J. EDUCATION OR INFLATION? THE MICRO AND MACROECONOMICS OF THE BRAZILIAN INCOME DISTRIBUTION DURING 1981–1995. *CUADERNOS DE ECONOMÍA*, v. 38, n. 114, p. 209–238, 2001.
- FERREIRA, M. C. PERMEÁVEL, MA NON TROPPO? A MOBILIDADE SOCIAL EM SETORES DE ELITE, BRASIL – 1996. *REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, v. 16, n. 47, p. 141–160, 2001.
- FIGINI, P. AND H. GORG (1999). “MULTINATIONAL COMPANIES AND WAGE INEQUALITY IN THE HOST COUNTRY : THE CASE OF IRELAND, “TRINITY ECONOMIC PAPER SERIES, TECHNICAL PAPER, No. 98/16.
- FIORIN, J. L. A GLOBALIZAÇÃO E A NOVÍSSIMA DEPENDÊNCIA.— RIO DE JANEIRO: IE/UFRJ, 1995. (TEXTO PARA DISCUSSÃO, N.43)
- FOLEY, D. FINANCIAL FRAGILITY IN DEVELOPING ECONOMIES. IN: DUTT, A.; ROS, J. (ED.) DEVELOPMENT ECONOMICS AND STRUCTURALIST MACROECONOMICS: ESSAYS IN HONOR OF LANCE TAYLOR. CHELTENHAM: EDWARD ELGAR, 2003. CAP. 8, P. 157–78.
- FRANCO, G. H. B. AUGE E DECLÍNIO DO INFLACIONISMO NO BRASIL. IN: GIAMBIAGI, F. ET AL. (ED.). ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER; EDITORA CAMPUS, 2005.
- FREUND, C. TRUMP’S CONFRONTATIONAL TRADE POLICY. *INTERECONOMICS*, VOLUME 52, NÚMERO 1, JANEIRO/FEVEREIRO, 2017, PP. 63-64.

- FROMAN, M. TRADE, GROWTH, AND JOBS: U.S. TRADE POLICY IN THE OBAMA ADMINISTRATION. CABINET EXIT MEMO, JANUARY 7, 2017.
- GANDOLFO, G. (1997). ECONOMIC DYNAMICS. SPRINGER-VERLAG: BERLIM.
- GARCIA, M.G.P. E VALPASSOS M.V.F. (1998), “CAPITAL FLOWS, CAPITAL CONTROLS AND CURRENCY CRISIS: THE CASE OF BRASIL IN THE NINETIES, TEXTO DE DICUSSÃO Nº 345, PUC-Rio
- GONÇALVES, REINALDO. O NÓ ECONÔMICO, EDITORA RECORD, RIO DE JANEIRO, 2002.
- GRANA, J. M., KENNEDY, D., LINDENBOIM, J. E PISSACO, C. (2005). “LA DISTRIBUCIÓN FUNCIONAL DEL INGRESO EN ARGENTINA: INCIDENCIA DE LOS PRECIOS RELATIVOS EM LA ÚLTIMA DÉCADA”, VII CONGRESO NACIONAL DE ESTUDIOS DEL TRABAJO, 2005.
- GYGLI, SAVINA, FLORIAN HAEGL AND JAN-EGBERT STURM (2018): THE KOF GLOBALISATION INDEX – REVISITED, KOF WORKING PAPER, NO. 439.
- HAMEED, ABID. NAZI, ANILA. ECONOMIC GLOBALIZATION AND ITS IMPACT ON POVERTY AND INEQUALITY: EVIDENCE FROM PAKISTAN. DISPONÍVEL EM <
[HTTPS://PDFS.SEMANTICSCHOLAR.ORG/9A05/3EE09380AB58E062A3E7E0CA758B6C784187.PDF](https://pdfs.semanticscholar.org/9a05/3ee09380ab58e062a3e7e0ca758b6c784187.pdf)>
- HANSON, G., HARRINSON, A., 1999. TRADE AND WAGE INEQUALITY IN MEXICO. INDUSTRIAL AND LABOUR RELATIONS REVIEW, 52,2, 271-288.
- HARROD, R. (1939) AN ESSAY IN DYNAMIC THEORY. *THE ECONOMIC JOURNAL*. VOL. 49, No. 193, pp. 14-33
- HARRINTON JR., J. INTERNATIONAL TRADE THEORY. UNIVERSITY OF WASHINGTON, 2013.
- HARRISON, A. (ED.) 2007. GLOBALIZATION AND POVERTY. CHICAGO – LONDON: UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS.
- HARRISON, A.E., RODRÍGUEZ-CLARE, A., 2010. TRADE, FOREIGN INVESTMENT, AND INDUSTRIAL POLICY FOR DEVELOPING COUNTRIES. IN: RODRIK, D., ROSENZWEIG, M. (EDS.), HANDBOOK OF DEVELOPMENT ECONOMICS, VOL. 5, pp. 4039–4214.
- HERMANN, J. AUGE E DECLÍNIO DO MODELO DE CRESCIMENTO COM ENVIDAMENTO: O II PND E A CRISE DA DÍVIDA EXTERNA. IN: GIAMBIAGI, F. ET AL. (ED.). ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, EDITORA CAMPUS, 2005.
- HERMANN, J. REFORMAS, ENVIDAMENTO EXTERNO E O “MILAGRE” ECONÓMICO. IN: GIAMBIAGI, F. ET AL. (ED.). ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, EDITORA CAMPUS, 2005.
- HERTEL, T. W., AND WINTERS, L. A. (EDS.) 2006. POVERTY AND THE WTO: IMPACTS OF THE DOHA DEVELOPMENT AGENDA. WASHINGTON, D.C.: WORLD BANK; HOUNDMILLS – NEW YORK: PALGRAVE MACMILLAN.
- HESHMATI, A. 2006A. MEASUREMENT OF A MULTIDIMENSIONAL INDEX OF GLOBALIZATION. GLOBAL ECONOMY JOURNAL 6(2), ARTICLE 1.

- HESHMATI, ALMAS AND LEE, SANGCHOON. THE RELATIONSHIP BETWEEN GLOBALIZATION, ECONOMIC GROWTH AND INCOME INEQUALITY JOURNAL OF GLOBALIZATION STUDIES, VOL. 1 NO. 2, NOVEMBER 2010 87–117
- HESHMATI, ALMAS. THE RELATIONSHIP BETWEEN INCOME INEQUALITY AND GLOBALIZATION. THE UNITED NATIONS UNIVERSITY, UNU/WIDERKATAJANOKANLAITURI 6B, FIN-00160 HELSINKI, FINLAND. APRIL, 2003
- HOBSBAWM, ERIC. THE AGE OF EXTREMES. (1994) P. 278
- HOFF, K. "STIGLITZ, JOSEPH E. (BORN 1943)." THE NEW PALGRAVE DICTIONARY OF ECONOMICS. SECOND EDITION. EDS. STEVEN N. DURLAUF AND LAWRENCE E. BLUME. PALGRAVE MACMILLAN, 2008. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://0-WWW.DICTIONARYOFECONOMICS.COM.LIBRARY.LEMOYNE.EDU/ARTICLE?ID=PDE2008_S000447](http://0-www.dictionarofeconomics.com.library.lemoyne.edu/article?id=pde2008_s000447)>
- IANNI, OCTAVIO. TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO. RIO DE JANEIRO: EDITORA CIVILIZAÇÃO, 2002.
- IRWIN, D. "INFANT-INDUSTRY PROTECTION." THE NEW PALGRAVE DICTIONARY OF
- IRWIN, D. AGAINST THE TIDE: AN INTELLECTUAL HISTORY OF FREE TRADE. PRINCETON UNIVERSITY PRESS, 1996.
- IRWIN, D. HISTORICAL ASPECTS OF US TRADE POLICY. NBER REPORTER: RESEARCH SUMMARY, SUMMER 2006. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.NBER.ORG/REPORTER/SUMMER06/IRWIN.HTML](http://www.nber.org/reporter/summer06/irwin.html)>
- JAYADEV, ARJUN. THE IMPACT OF CAPITAL ACCOUNT LIBERALIZATION ON THE LABOR SHARE OF INCOME. FEBRUARY 2004. DISPONÍVEL EM <[HTTPS://WWW.PERL.UMASS.EDU/FILEADMIN/PDF/NS/NSARJUN.PDF](https://www.perl.umass.edu/fileadmin/pdf/ns/nsarjun.pdf)>
- JARSULIC, M. (1989). ENDOGENOUS CREDIT AND ENDOGENOUS BUSINESS CYCLE. JOURNAL OF POST KEYNESIAN ECONOMICS, 12(1):35–47.
- JENS, BARTELSON. TREE CONCEPTS OF GLOBALIZATION. LONDON. INTERNACIONAL SOCIOLOGY, VOL 15(2):180-196, SAGE
[HTTP://JOURNALS.SAGEPUB.COM/DOI/ABS/10.1177/0268580900015002003](http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0268580900015002003)
- KALDOR, N. (1957) A MODEL OF ECONOMIC GROWTH, THE ECONOMIC JOURNAL, v. 67, n. 268, p. 591-624. KALECKI, M. THEORY OF ECONOMIC DYNAMICS. ALLEN & UNWIN, LONDRES. 1954.
- KAMIEN, MORTON E NANCY SCHWARTZ "MARKET STRUCTURE AND INNOVATION", CAMBRIDGE U. PRESS, 1982.
- LAKNER, C., & MILANOVIC, B. (2015B). LA DISTRIBUCIÓN GLOBAL DEL INGRESO. DE LA CAÍDA DEL MURO DE BERLÍN A LA GRAN RECESIÓN. REVISTA DE ECONOMÍA INSTITUCIONAL, 17(32), 71–128. [HTTP://DOI.ORG/10.18601/01245996.V17N32.03](http://doi.org/10.18601/01245996.v17n32.03)
- LANDAIS, C. (2007) LES HAUTS REVENUS EN FRANCE (1998-2006): UNE EXPLOSION DES INÉGALITÉS. PARIS SCHOOL OF ECONOMICS WORKING PAPER,
- LASTRES, HELENA M M. PAPEL DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E TECNOLÓGICO. TEXTO PARA DISCUSSÃO N 519. IPEA. BRASÍLIA, 1997.

- LI, FAQIN.FU, DAHAI. TRADE, INSTITUTION QUALITY AND INCOME INEQUALITY. WORLD DEVELOPMENT VOL. 77, PP. 129–142, 2016 0305-750X/ 2015 ELSEVIER LTD. ALL RIGHTS RESERVED.
- LI, H., SQUIRE, L., ZOU, H., 1998. EXPLAINING INTERNATIONAL AND INTERTEMPORAL VARIATION IN INCOME INEQUALITY. THE ECONOMIC JOURNAL 108,26-43.
- LIMA, G. T. (1999). PROGRESSO TECNOLÓGICO, ENDÓGENO, CRESCIMENTO ECONÔMICO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. IN LIMA, G. T., SICSÚ, J., & DE PAULA, L. F., EDITORS, MACROECONOMIA MODERNA: KEYNES E A ECONOMIA CONTEMPORÂNEA. CAMPUS, RIO DE JANEIRO.
- LINDERT, P. H., AND WILLIAMSON, J. G. 2001. DOES GLOBALIZATION MAKE THE WORLD MORE UNEQUAL? NBER WORKING PAPER 8228. CAMBRIDGE, MA: NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH.
- LIST, F. O SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA. SÃO PAULO: NOVA CULTURAL, 1986.
- LUNDBERGH, M., SQUIRE, L., 2003. THE SIMULTANEOUS EVOLUTION OF GROWTH AND INEQUALITY. ECONOMIC JOURNAL 113,487,326-344.
- LUTER, RYSZARD. REGION Y GLOBALIZACIÓN. EN:
[HTTP://REDALYC.UAEMEX.MX/REDALYC/PDF/105/10502504.PDF](http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/105/10502504.pdf)
- MAH, JAI S. GLOBALIZATION, DECENTRALIZATION AND INCOME INEQUALITY: THE CASE OF CHINA. ECONOMIC MODELLING 31 (2013) 653–658
- MAHLER, V. A. 2001. ECONOMIC GLOBALIZATION, DOMESTIC POLITICS AND INCOME INEQUALITY IN THE DEVELOPED COUNTRIES: A CROSS-NATIONAL ANALYSIS. LUXEMBOURG INCOME STUDY WORKING PAPER 273. LUXEMBOURG: LUXEMBOURG RESEARCH INSTITUTE.
- MALTHUS, T. THE GROUNDS OF AN OPINION ON THE POLICY OF RESTRICTING THE IMPORTATION OF FOREIGN CORN, 1815. DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://SOCIALSCIENCES.MCMASTER.CA/~ECON/UGCM/3LL3/MALTHUS/GROUNDS.TXT](https://socialsciences.mcmaster.ca/~econ/ugcm/3ll3/malthus/grounds.txt)>
- MANASSE, P., AND TURRINI, A. 2001. TRADE, WAGES, AND ‘SUPERSTARS’. JOURNAL OF INTERNATIONAL ECONOMICS 54: 97–117.
- MARJIT, S., BELADI, H. AND CHAKRABARTI, A. (2004). “TRADE AND WAGE INEQUALITY IN DEVELOPING COUNTRIES”, ECONOMIC INQUIRY , VOL. 42, No. 2, PP. 295-303.
- MARX, K. ON THE QUESTION OF FREE TRADE. PREFACE BY FREDERICK ENGLES FOR THE 1888 ENGLISH EDITION PAMPHLET. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.MARXISTS.ORG/ARCHIVE/MARX/WORKS/1888/FREE-TRADE/](https://www.marxists.org/archive/marx/works/1888/free-trade/)>
- MAYER, J. 2001. GLOBALIZATION, TECHNOLOGY TRANSFER, AND SKILL ACCUMULATION IN LOW INCOME COUNTRIES. WIDER DISCUSSION PAPER 39. HELSINKI: UNU-WIDER.
- MEDEIROS, M., & SOUZA, P. H. F. (2014). THE RICH, THE AFFLUENT AND THE TOP INCOMES. CURRENT SOCIOLOGY, (0011392114551651), 1–26.
[HTTP://DOI.ORG/10.1177/0011392114551651](http://doi.org/10.1177/0011392114551651)
- MESCHI, ELENA & Vivarelli, Marco, 2009. "Trade and Income Inequality in Developing Countries," World Development, Elsevier, vol. 37(2), pages 287-302

- MILANOVIC, B. (2003). CAN WE DISCERN THE EFFECT OF GLOBALIZATION AND INCOME DISTRIBUTION? EVIDENCE FROM HOUSEHOLD BUDGET SURVEYS, POLICY RESEARCH WORKING PAPER, No. 2876.
- MILANOVIC, B. (2010). THE HAVES AND THE HAVE-NOTS: A BRIEF AND IDIOSYNCRATIC HISTORY OF GLOBAL INEQUALITY. BASIC BOOKS.
- MILANOVIC, B., SQUIRE, L., 2005. DOES TARIFF LIBERALISATION INCREASE WAGE INEQUALITY? SOME EMPIRICAL EVIDENCE. WORLD BANK POLICY RESEARCH WORKING PAPER, No. 3571.
- MILLER, T. C. 2001. IMPACT OF GLOBALIZATION ON US WAGE INEQUALITY: IMPLICATIONS FOR POLICY. NORTH AMERICAN JOURNAL OF ECONOMICS AND FINANCE 12(3): 219–242.
- MOREIRA, U. TEORIAS DO COMÉRCIO INTERNACIONAL: UM DEBATE SOBRE A RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO ECONÓMICO E INSERÇÃO EXTERNA. REVISTA ECONOMIA POLÍTICA. VOL.32, Nº 2. SÃO PAULO, ABRIL/JUNHO 2012.
- MUSSA, M. 2003. MEETING THE CHALLENGES OF GLOBALIZATION. JOURNAL OF AFRICAN ECONOMIES 12(1): 14–34.
- NASCIMENTO, B. DESENVOLVIMENTO E DEPENDÊNCIA NO SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA DE FREDERICO LIST, 2003. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.PERIODICOS.UDESC.BR/INDEX.PHP/PERCURSOS/ARTICLE/DOWNLOAD/1435/1208](https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/download/1435/1208)>
- NERI, M. A NOVA CLASSE MÉDIA. RIO DE JANEIRO: CENTRO DE POLÍTICAS SOCIAIS, FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008.
- NEUMAYER, E. (2004) 'Does the "Resource Curse" Hold for Growth in Genuine Income as Well?', World. Development 32(10): 1627-1640
- NEUTEL, M. AND A. HESHMATI (2006). GLOBALIZATION , INEQUALITY AND POVERTY RELATIONSHIPS : A CROSS COUNTRY EVIDENCE , IAZ DISCUSSION PAPER, No. 2223.
- NISSANKE, M., AND THORBECKE, E. (EDS.) 2007. THE IMPACT OF GLOBALIZATION ON THE WORLD'S POOR: TRANSMISSION MECHANISMS. STUDIES IN DEVELOPMENT ECONOMICS AND POLICY. HOUNDMILLS – NEW YORK: PALGRAVE MACMILLAN.
- NYE, J. CORN LAWS, FREE TRADE AND PROTECTIONISM. THE NEW PALGRAVE DICTIONARY OF ECONOMICS. SECOND EDITION. PALGRAVE MACMILLAN, 2008. DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://WWW.DICTIONARYOFECONOMICS.COM/ARTICLE?ID=PDE2008_T000208](http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde2008_T000208)>
doi:10.1057/9780230226203.0322
- OGUNYOMI, OLUWATOSIN O. , DAISI, OLUSEGUN RICHARD . OLUWASHIKEMI, RASAQ ADEBOLA ECONOMIC GLOBALIZATION, INCOME INEQUALITY AND ECONOMIC GROWTH IN NIGERIA: A STATIC DATA. ANALYSIS (1986-2010). ABC JOURNAL OF ADVANCED RESEARCH, VOLUME 2, No 2 (2013) ISSN 2304-2621. ASIAN BUSINESS CONSORTIUM | ABC-JAR PAGE 55
- OREIRO, J. L. “ECONOMIA PÓS-KEYNESIANA: ORIGEM, PROGRAMA DE PESQUISA, QUESTÕES RESOLVIDAS E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS”, ENSAIOS FEE, VOL. 32, N. 2, P. 283-312, 2011.

- PALEN, M. U.S. FOREIGN TRADE POLICY FROM THE REVOLUTION TO WORLD WAR I. OXFORD RESEARCH ENCYCLOPEDIA, AMERICAN HISTORY. OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2016.
- PASINETTI, L. (1962) RATE OF PROFIT AND INCOME DISTRIBUTION IN RELATION TO THE RATE OF ECONOMIC GROWTH. THE REVIEW OF ECONOMIC STUDIES, v. 29, n. 4, pp. 267-279.
- DE PAULA, LUIZ FERNANDO. FINANCIAL LIBERALIZATION, CAPITAL ACCOUNT REGULATION AND ECONOMIC POLICY IN BRAZIL. TO BE PUBLISHED IN IN: BRESSER-PEREIRA, L.C.; KREGEL, J.; BURLAMAQUI, L.. (ORG.). FINANCIAL STABILITY AND GROWTH: PERSPECTIVES ON FINANCIAL REGULATION AND THE NEW DEVELOPMENTALISM. ABINGDON: ROUTLEDGE, 2014.
- PETRAS, JAMES. EL IMPACTO POLÍTICO Y SOCIAL DEL NEOLIBERALISMO. EN: [HTTP://AR.GEOCITIES.COM/VEAYLEA2002/PETRAS/04-10-00IMPACTO.HTM](http://ar.geocities.com/veaylea2002/petras/04-10-00IMPACTO.HTM)
- PIKETTY, THOMAS, CAPITAL IN THE 21ST CENTURY, HARVARD UNIVERSITY PRESS, 2014. TECHNICAL APPENDIX AVAILABLE ON-LINE AT [HTTP://PIKETTY.PSE.ENS.FR/CAPITAL21C](http://PIKETTY.PSE.ENS.FR/CAPITAL21C).
- PIKETTY, THOMAS, GILLES POSTEL-VINAY AND JEAN-LAURENT ROSENTHAL, "WEALTH CONCENTRATION IN A DEVELOPING ECONOMY: PARIS AND FRANCE, 1807-1994", AMERICAN ECONOMIC REVIEW, 2006, VOL. 96 (1), p.236-256
- PIKETTY, THOMAS, GILLES POSTEL-VINAY AND JEAN-LAURENT ROSENTHAL, "INHERITED VS. SELF-MADE WEALTH: THEORY AND EVIDENCE FROM A RENTIER SOCIETY (1872-1927)", EXPLORATIONS IN ECONOMIC HISTORY, 2014, VOL. 51 (1), p.21-40
- PIKETTY, THOMAS AND EMMANUEL SAEZ, "A THEORY OF OPTIMAL INHERITANCE TAXATION", ECONOMETRICA, 2013, VOL.81 (5), p.1851-1886
- PIKETTY, THOMAS AND EMMANUEL SAEZ, "INEQUALITY IN THE LONG RUN", SCIENCE, 2014, VOL.344 (6186), p.838-844
- PIKETTY, THOMAS, EMMANUEL SAEZ, AND STEFANIE STANTCHEVA, "OPTIMAL TAXATION OF TOP LABOR INCOMES : A TALE OF THREE ELASTICITIES", AMERICAN ECONOMIC JOURNAL : ECONOMIC POLICY, 2014, VOL.6 (1), p.230-271
- PIKETTY, THOMAS AND GABRIEL ZUCMAN, « CAPITAL IS BACK: WEALTH-INCOME RATIOS IN RICH COUNTRIES 1700-2010 », QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS, 2014, VOL.129 (3), p.1155-1210
- PIKETTY, THOMAS AND GABRIEL ZUCMAN, « WEALTH AND INHERITANCE IN THE LONG RUN », IN HANDBOOK OF INCOME DISTRIBUTION, A. ATKINSON, F. BOURGUIGNON, EDs., VOL; 2, ELSEVIER, 2015
- PIKETTY, T. THE ECONOMICS OF INEQUALITY. HARVARD UNIVERSITY PRESS. 2015.
- RICARDO, D. PRINCÍPIOS DE ECONOMIA POLÍTICA E TRIBUTAÇÃO. NOVA CULTURAL, 1985.
- ROBERTSON, R. GLOBALIZATION.— LONDON: SAGE PUBLICATIONS, 1992.
- ROINE, J. VLACHOS, J. WALDENSTRÖM, D. (2009) THE LONG-RUN DETERMINANTS OF INEQUALITY: WHAT CAN WE LEARN FROM TOP INCOME DATA?. JOURNAL OF PUBLIC ECONOMICS 93 (7-8), 974-988

- ROTHBAR, M. AN AUSTRIAN PERSPECTIVE ON THE HISTORY OF ECONOMIC THOUGHT. VOLUME I. AUBURN: LUDWIG VON MISES INSTITUTE, 2006.
- ROUND J. AND J. WHALLEY (2002). "GLOBALIZATION AND POVERTY: IMPLICATIONS OF SOUTH ASIAN EXPERIENCE FOR WIDER DEBATE", DFID (DEPARTMENT OF INTERNATIONAL DEVELOPMENT) PROJECT PAPER.
- ROWTHORN, R. (1981); DEMAND, REAL WAGES AND ECONOMIC GROWTH, THAMES PAPERS IN POLITICAL ECONOMY, AUTUMN, 1-39, REPRINTED IN M.C. SAWYER (ED.), POST-KEYNESIAN ECONOMICS, ALDERSHOT: EDWARD ELGAR.
- RUN: THE CASE OF SOUTH KOREA 1975-1995, "JOURNAL OF ASIAN ECONOMICS, No. 20, pp. 62-68.
- SETTERFIELD, MARK. (2005). "IS INFLATION TARGETING COMPATIBLE WITH POST KEYNESIAN ECONOMICS?". DISPONÍVEL EM: <[HTTP://EMP.TRINCOLL.EDU](http://emp.trincoll.edu)>.
- SAEZ, EMMANUEL, AND GABRIEL ZUCMAN, "WEALTH INEQUALITY IN THE UNITED STATES SINCE 1913", NBER WORKING PAPER, 2014
- SATO, S. AND M. FUKUSHIGE (2009). "GLOBALIZATION AND ECONOMIC INEQUALITY IN THE SHORT AND LONG
- SARAMAGO, H.A. FREITAS, F., MEDEIROS, C. DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA: ASPECTOS CONCEITUAIS E METODOLÓGICOS E UMA ANÁLISE DE DECOMPOSIÇÃO PARA A PARCELA SALARIAL NO BRASIL (1995-2015). ANAIS DO 46º ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA.
- SCHUMPETER, J.A. THE INSTABILITY OF CAPITALISM. ECONOMIC JOURNAL, 1928, pp. 361-386.
- SCHUMPETER, JOSEPH A. THE THEORY OF ECONOMIC DEVELOPMENT: AN INQUIRY INTO PROFITS, CAPITAL, CREDIT, INTEREST, AND THE BUSINESS CYCLE. 1ST ED., HARVARD UNIVERSITY PRESS, CAMBRIDGE, MA, USA, 1912.
- SCHUMPETER, JOSEPH. CAPITALISM, SOCIALISM, AND DEMOCRACY. HARPER & ROW, NEW YORK AND LONDON, 1942.
- SEN, A. ON ECONOMIC INEQUALITY. OXFORD: CLARENDON PRESS, 1997.
- SEN A. HOW TO JUDGE GLOBALISM. THE AMERICAN PROSPECT. 2002;SPECIAL SUPPLEMENT (WINTER).
- SMITH, A. A RIQUEZA DAS NAÇÕES. NOVA FRONTEIRA, 2017.
- SOLO, C.S. INNOVATION IN THE CAPITALIST PROCESS: A CRITIQUE OF SCHUMPETERIAN THEORY. THE QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS, VOL. 65, NO. 3, AUG. 1951, pp. 417-248.
- SOLOW, R. TECHNICAL CHANGE AND THE AGGREGATE PRODUCTION FUNCTION. REVIEW OF ECONOMICS AND STATISTICS, v. 39, 1957, pp. 312-320.
- SOUZA, PEDRO. A DESIGUALDADE VISTA DO TOPO: A CONCENTRAÇÃO DE RENDA ENTRE OS RICOS NO BRASIL, 1926-2013. TESE APRESENTADA AO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/UNB COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR.

- STIGLITZ, J. INFORMATION AND THE CHANGE IN PARADIGM IN ECONOMICS. NOBEL PRIZE LECTURE, 2001. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.NOBELPRIZE.ORG/NOBEL_PRIZES/ECONOMICS/LAUREATES/2001/STIGLITZ-LECTURE.HTML](https://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2001/stiglitz-lecture.html)>
- STIGLITZ, J.; CHARLTON, A. FAIR TRADE FOR ALL. NEW YORK: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2005.
- STOLPER, W. F.; SAMUELSON, P. A. (1 DE NOVEMBRO DE 1941). «Protection and Real Wages». The Review of Economic Studies
- SUMMERS, L. 2006. THE GLOBAL MIDDLE CRIES OUT FOR REASSURANCES. THE FINANCIAL TIMES 29.10: 9.
- SUMMERS, LAWRENCE (2014). REFLECTIONS ON THE ‘NEW SECULAR STAGNATION HYPOTHESIS’. HARVARD UNIVERSITY < [HTTP://VOXEU.ORG/ARTICLE/LARRY-SUMMERS-SECULAR-STAGNATION](http://voxeu.org/article/larry-summers-secular-stagnation)>
- TALBOT, B. 2002. INFORMATION, FINANCE, AND THE NEW INTERNATIONAL INEQUALITY: THE CASE OF COFFEE. JOURNAL OF WORLD-SYSTEM RESEARCH 8(2): 213–250.
- TIME. READ DONALD TRUMP’S SPEECH ON TRADE. TIME, 28 DE JUNHO DE 2016. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://TIME.COM/4386335/DONALD-TRUMP-TRADE-SPEECH- TRANSCRIPT/](http://time.com/4386335/donald-trump-trade-speech-transcript/)>
- TREBILCOCK, M. E HOWSE, R. THE REGULATION OF INTERNATIONAL TRADE. ROUTLEDGE, 2005.
- TYSON, LAURA. LUND, SUSAN DIGITAL GLOBALIZATION AND THE DEVELOPING WORLD). PROJECT SYNDICATE. 2016 <[HTTPS://WWW.PROJECT-SYNDICATE.ORG/COMMENTARY/DIGITAL-GLOBALIZATION-OPPORTUNITIES-DEVELOPING-COUNTRIES-BY-LAURA-TYSON-AND-SUSAN-LUND-2016-03](https://www.project-syndicate.org/commentary/digital-globalization-opportunities-developing-countries-by-laura-tyson-and-susan-lund-2016-03)>
- USTR. THE PRESIDENT’S 2017 TRADE POLICY AGENDA. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://USTR.GOV/SITES/DEFAULT/FILES/FILES/REPORTS/2017/ANNUALREPORT/CHAPTE R%20I%20-%20The%20PRESIDENT%27S%20TRADE%20POLICY%20AGENDA.PDF](https://ustr.gov/sites/default/files/files/reports/2017/annualreport/chapter%20I%20-%20The%20President%27s%20Trade%20Policy%20Agenda.pdf)>
- VINER, J. STUDIES IN THE THEORY OF INTERNATIONAL TRADE. LONDRES: BRADFORD AND DICKENS, 1937.
- VOLSCHO, T. KELL, N. (2012) THE RISE OF –SUPER-RICH: POWER RESOURCE, TAXES, FIANCIAL MARKETS, AND THE DYNAMICS OF THE TOP 1 ERCENT, 1949 TO 2008. AMERICAN SOCIOLOGICAL REVIEW 77(5) 679–699
- WAN, G.L.M. AND Z. CHEN (2007). “GLOBALIZATION AND REGIONAL INCOME INEQUALITY: EMPIRICAL EVIDENCE FROM WITHIN CHINA, ”REVIEW OF INCOME AND HEALTH , SERIES 53, No. 1.
- WATANABE, K. (1997). AN ENDOGENOUS GROWTH MODEL WITH ENDOGENOUS MONEY SUPPLY: INTEGRATON OF POST-KEYNESIAN GROWTH MODELS. BANCA NAZIONALE DEL LAVORO QUARTERLY REVIEW, 200:50–75.
- WOOD, A., 1994. NORTH-SOUTH TRADE, EMPLOYMENT, AND INEQUALITY: CHANGING FORTUNES IN A SKILL- DRIVEN WORLD. CLARENDON PRESS, OXFORD.

ZYSMAN , JOHN AND KENNEY MARTIN. THE NEXT PHASE IN THE DIGITAL REVOLUTION:
PLATFORMS, ABUNDANT COMPUTING; GROWTH AND EMPLOYMENT. ©BRIE & AUTHORS
AUGUST 26, 2016

ZUCMAN, G. (2013) THE MISSING WEALTH OF NATIONS: ARE EUROPE AND THE US NET
DEBTORS OR NET CREDITORS?. QUARTERLY JOURNAL OF ECONOMICS 128 (3), 1321-1364